

Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos

Organizadoras

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Ariane Kuhnen

Claudia Pato

Série - Sociedade e Meio Ambiente

Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos

Organizadoras:

Maria Inês Gasparetto Higuchi
Ariane Kuhnen
Claudia Pato



Florianópolis, 2019

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

P974

Psicologia ambiental em contextos urbanos [recurso eletrônico] / organizadoras,
Maria Inês Gasparetto Higuchi, Ariane Kuhnen, Claudia Pato. – Dados
eletrônicos. – 1. ed. – Florianópolis : Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019.
191 p. : ils., gráfs., tabs. – (Sociedade e Meio ambiente)

Inclui bibliografia

E-book (PDF)

ISBN 978-85-60501-37-3

1. Psicologia ambiental. 2. Qualidade de vida – Aspectos psicológicos.
I. Higuchi, Maria Inês Gasparetto. II. Kuhnen, Ariane. III. Pato, Claudia.

CDU: 159.922.2

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

Edição de textos: Fábio Brüggemann

Capa: Leonardo Alexandre Reynaldo/UFSC

Projeto Gráfico: Arnaldo Bublitz/UFSC



Creative Commons License

Todo o conteúdo da obra está licenciado sob uma Licença Creative Commons BY 4.0



Edições do Bosque Gestão 2016-2020

Ana Lúcia Campos Brizola e Paula Pinheiro Machado

Conselho Editorial

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO

Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Fernando dos Santos Sampaio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca

Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona

Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales,

Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre as Edições do Bosque

As Edições do Bosque tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da Editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A Editoria do Bosque conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

Endereço

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

Campus Universitário. Trindade. CEP 88040-970 Florianópolis – SC, Brasil

<http://nuppe.ufsc.br/> • nuppe@contato.ufsc.br

Sumário

Prefácio	6
Apresentação	8
Capítulo 1	15
Onde em nós a casa mora? Os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente	
<i>Dayse da Silva Albuquerque e Isolda de Araújo Günther</i>	
Capítulo 2	33
Proposta transdisciplinar em contextos formativos: chave mestra para a sustentabilidade	
<i>Claudia Pato e Zenith Nara Costa Delabrida</i>	
Capítulo 3	58
Ambientes para crianças pequenas	
<i>Mara Ignes Campos-de-Carvalho e Gleice Azambuja Elali</i>	
Capítulo 4	73
A dimensão educativa do pátio escolar: contribuições da psicologia ambiental	
<i>Ana Rosa Costa Picanço Moreira e Jéssica Aparecida Ferreira</i>	
Capítulo 5	86
A afetividade no contexto universitário: a relação de apego entre professores, estudantes e servidores com o campus	
<i>Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Camila Moreira Maia, Andersson de Castro Lima e Ana Caroline Costa</i>	
Capítulo 6	115
Relações de bem-estar e estresse no ambiente hospitalar	
<i>Maira Longhinotti Felipe e Bettieli Barboza da Silveira</i>	
Capítulo 7	133
A força da natureza no ambiente de trabalho	
<i>Adria de Lima Sousa e Maria Inês Gasparetto Higuchi</i>	

Capítulo 8 155

Relações pessoa-ambiente em contexto de expansão urbana

Roberta Borghetti Alves, Márcia Battiston, Nikolas Olekszechen e Jacksiani Erat Sleiter

Capítulo 9..... 177

A natureza: espaço de desenvolvimento, qualidade de vida e afetividade

Camila Klein, Patrícia M. Schubert Peres e Gilvana da Silva Machado

Prefácio

Caro leitor,

é com imenso prazer que apresento esta obra, fruto de esforços excepcionais do Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). A área carecia de um livro desta qualidade no contexto brasileiro. Parabéns a todos os envolvidos e, principalmente, a Maria Inês, Ariane e Claudia pela concretização do projeto.

Nosso desenvolvimento enquanto indivíduos e cidadãos decorre das interações que temos com outras pessoas em espaços naturais e construídos. Estes espaços incluem nossas moradias, espaços de trabalho, espaços de educação formal, como creches, escolas e universidades, bem como diversos espaços naturais e urbanos onde as relações socioafetivas ocorrem.

Estudar as relações pessoa-ambiente é, portanto, imprescindível para entendermos os processos psicossociais resultantes das inter-relações entre as pessoas e os seus entornos sociais e físicos. Os temas abordados nos capítulos da presente obra abrangem esta temática, e constituem uma contribuição importantíssima para a consolidação e o desenvolvimento da Psicologia Ambiental no Brasil.

Gostaria de destacar as características multinível das relações pessoa-ambiente, e que estudos futuros possam enfatizar cada vez mais a influência do contexto nas interdependências destas relações em abordagens teóricas e procedimentos metodológicos.

Por fim, sinto-me muito privilegiado pelo convite para prefaciar obra tão significativa. Convido você, leitor, a saltar imediatamente desse prefácio às primeiras páginas do livro, que seguramente o levará

a caminhos e temáticas importantes da Psicologia Ambiental brasileira, plenamente conectadas a pesquisas do contexto internacional. Confio que terá tempo para se aprofundar nas interdependências das relações pessoa-ambiente, tendo a chance de novos insights que contribuam para esta área. Boa leitura!

Taciano Lemos Milfont

www.milfont.com

Co-Diretor do Centro de Pesquisas Transculturais Aplicadas

Professor Associado em Psicologia da Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia

Editor Associado do Environment and Behavior e do Journal of Environmental Psychology

Apresentação

Diante da busca de compreensão do comportamento humano, a Psicologia tem se destacado. Porém, algumas críticas incidem no fato de que tradicionalmente esta enalteceu a concepção de mundo interno e da relação com outros, negligenciando o papel do entorno físico no qual essa pessoa ou os grupos se constituem. É na emergência desse debate que surge a Psicologia Ambiental, como uma possibilidade de atender a esta necessidade.

A Psicologia Ambiental empenha-se em investigar e compreender os processos psicossociais decorrentes das inter-relações entre as pessoas e os seus entornos sociais e físicos. Apesar dos significativos estudos, ainda é um campo em construção. Nesse sentido, o campo de pesquisas carece de processos metodológicos inovadores que contemplem tal diversidade. Ao mesmo tempo em que se propõe a inovar, a Psicologia Ambiental consolida um campo interdisciplinar em sua própria natureza, cujo foco é centrado na pessoa e no ambiente ao mesmo tempo. Resultante de um momento importante na sociedade, o paradigma da interdisciplinaridade figura desde o início da formação da Psicologia Ambiental. A colaboração entre áreas disciplinares aparentemente distantes tem se mostrado imprescindível à compreensão das relações pessoa-ambiente em toda a sua complexidade.

A Psicologia Ambiental vem se destacando com o esforço de um grande grupo de pesquisadores localizados em várias partes do mundo, os quais se dedicam a pensar não apenas os acontecimentos sociais, mas a conformação e o papel do ambiente físico nesse cenário. Muitas designações estão atreladas nesse foco, mas há um consenso de que esse foco seja reconhecido como Estudos das Relações

Pessoa-Ambiente. Desde a sua concepção, a Psicologia Ambiental tem se comprometido com o desenvolvimento de um campo que é orientado para problemas socioambientais. Sob essa perspectiva, vem priorizando pesquisas com o objetivo de contribuir para a solução de complexos problemas ambientais, na busca do bem-estar individual dentro de uma sociedade abrangente e planetária, bem como na promoção de lugares harmonizados e que proporcionem maior equilíbrio psicossocial.

Nascemos, desenvolvemos e findamos numa diversidade de contextos, os quais são aspectos constituintes de nossa própria humanidade. O que está ao nosso redor não são apenas cenários externos a nós mesmos, mas parte de nossa existência como pessoa. Dessa maneira, pensar sobre as características desses lugares ressoa o ser que somos. Por isso, ao prestarmos atenção aos lugares onde estamos significa prestarmos atenção ao que somos. A partir desses pressupostos que são caros à Psicologia Ambiental, nasceu a ideia desse livro – Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos. Nascida no âmbito do Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – a obra é fruto de envolvimento e convergência interdisciplinar que une profissionais de várias regiões brasileiras.

Nesse sentido, há um interesse em compartilhar pesquisas e atuações no campo da Psicologia Ambiental como uma possibilidade que reflete um novo olhar, uma proposta inclusiva e abrangente, que pode ser parte de uma grande diversidade de atuação na Psicologia e fora dela. Nesse livro, abordamos alguns contextos da urbanidade e, a partir deles, vislumbramos a relação bidirecional pessoa-ambiente. A cidade, forma concreta da expressão urbanidade, acolhe, nem sempre afetuosamente, mais da metade da população mundial. É nessa espacialidade da urbanidade que as pessoas compartilham diversos contextos como plataformas de acontecimentos sociais. Viver a urbanidade é, pois, viver a moradia, a mobilidade, os cuidados com a saúde em hospitais, os contatos com a natureza, o trabalho e a educação, entre tantos outros.

Os acontecimentos sociais são diversos, mas a centralidade da pessoa toca sem precedentes o lugar da casa. É a moradia que expressa uma forte substância da formação da pessoa. Albuquerque & Günther, em seu texto, apresentam com maestria o lugar da casa nessa relação pessoa-ambiente. As autoras lembram que a casa é, por excelência, o território primário no qual o indivíduo sustenta suas necessidades básicas de abrigo, segurança psíquica e social, contexto de compartilhamento e privacidade. Por consequência, é no contexto da moradia onde se delineiam os primeiros aspectos identitários, de quem vive nela e fora dela. As relações tecidas no contexto de moradia adquirem contornos diferenciados e, portanto, ajudam a moldar aspectos de quem somos nós e a formar os necessários laços afetivos e uma esperada saudabilidade para transitar na sociedade em que estamos inseridos. As autoras evidenciam que o desenvolvimento humano, perpassando a infância, a juventude, a adultez e a velhice, encontra no espaço físico da moradia um campo de identidade, afeto e segurança. Ao problematizar tais aspectos, as autoras apontam para a importância de não se negligenciar esse contexto nos estudos de pessoa-ambiente.

Ao se transitar nessa espacialidade da urbanidade, os contextos educacionais nos definem desde os primeiros meses de vida. Não apenas um tipo de contexto educacional, mas uma grande diversidade que assegura aspectos de socialização e aprendizado específico, para momentos distintos da vida de uma pessoa. Alguns dos textos aqui apresentados trazem reflexões acerca desses contextos. Inicialmente, partindo de um posicionamento político pedagógico, Pato e Delabrida sustentam que diante do consenso do impacto humano na produção dos problemas ambientais é necessário discutir essa relação de forma transversal nos mais diversos contextos educacionais. Nesse texto convergem a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental como campos associados, e quando abordados de forma integrada, podem contribuir para a compreensão do comportamento ecológico em suas especificidades, relações e inter-relações. Tal compreensão

pode contribuir significativamente para favorecer a transformação das relações, de maneira a reduzir os impactos ambientais negativos e desenvolver comportamentos, atitudes e valores que possam promover vidas sustentáveis nesse planeta.

Ao focar no ambiente físico como dimensão inalienável da vida social que ocorre nos contextos educacionais, dois textos discutem com propriedade a espacialidade que produz socialidades distintas na escola. Primeiramente, Campos-De-Carvalho e Elali destacam que ao focalizar as inter-relações pessoa(s)-ambiente, a Psicologia Ambiental tem contribuído substancialmente para melhor compreender e melhorar no planejamento de ambientes coletivos para crianças, notadamente de creches, com atendimento a crianças de zero a dois anos. As autoras apresentam alguns conceitos importantes nesse campo, como arranjo espacial (maneira como móveis e equipamentos estão posicionados entre si e em relação ao local como um todo, definindo configurações abertas ou fechadas) e docilidade ambiental (plasticidade do ambiente para atuar de modo a acomodar as competências e habilidades da pessoa e, assim, compensar suas dificuldades e facilitar comportamentos). As autoras apresentam, ainda, exemplos de arranjos espaciais de baixo custo, tempo e esforço físico, que podem ser estruturados para otimizar as interações e intermediações no contexto educacional de creche.

Moreira e Ferreira apresentam o espaço do pátio escolar, que embora frequentemente considerado como espaço paralelo, se constitui como espaço educativo essencial. As autoras chamam a atenção que o não reconhecimento da dimensão educativa do pátio, ambiente onde ocorrem aprendizagens informais, tem levado gestores e educadores a investirem pouco na sua estruturação espacial (arquitetura, brinquedos, vegetação etc.), reforçando a crença de que somente na sala de aula a aprendizagem acontece e, conseqüentemente, inibindo um pleno desenvolvimento psicossocial. O texto trata de uma pesquisa sobre os modos de apropriação dos aspectos físicos do ambiente de recreio de uma escola municipal por crianças de

8-9 anos. Associando a Psicologia Ambiental e Educação, as autoras evidenciam a importância da organização do pátio com elementos interessantes (construídos e naturais) para favorecer não somente a apropriação do lugar como também a convivência entre criança-criança e criança-adulto.

Bonfim, Maia, Lima e Costa trazem à baila a contribuição da Psicologia Ambiental como perspectiva reveladora na análise do apego e da qualidade de vida no ambiente universitário. A partir da leitura do campus da Universidade Federal do Ceará, as autoras mostram que o apego se revela como uma categoria analítica importante para a avaliação de ambientes universitários. Destacam, ainda, que o apego pode ser constituído como indicador de desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais e de apropriação do espaço entre usuários do campus, sejam eles professores ou não.

Ao focar o olhar na saúde, Felipe e Silveira analisam as relações de saúde e estresse em que estão implicados aspectos físicos e psicossociais do ambiente. As autoras examinam as duplas dimensões existentes nos contextos hospitalares, os quais reúnem em si um conjunto de potenciais estressores, ao mesmo tempo em que deveriam oferecer condições propícias para a recuperação da saúde e à manutenção do bem-estar de familiares e profissionais. No texto, são examinadas as noções de estresse e restauração, ambientes restauradores e teorias da restauração por influência ambiental, bem como os processos e produtos da percepção, representação e cognição ambientais — em especial, o significado ambiental — nas relações de saúde e estresse com o espaço sociofísico. Os quadros conceituais da Psicologia Ambiental, Arquitetura e Design se articulam seguindo um recorte tomado na análise da percepção de atributos físicos de ambientes hospitalares como potencialidades de investigação e ação da Psicologia Ambiental em contextos de saúde.

Na atualidade, o contexto de trabalho incide de forma contundente sobre nossa vida. O espaço de trabalho possui aspectos cruciais tanto para o desenvolvimento psicossocial da pessoa quanto para outros elementos que expressam em várias rubricas socioculturais

da coletividade. Muito se tem avançado para tornar o ambiente de trabalho um espaço que proporcione bem-estar e qualidade de vida, além dos aspectos de produtividade. A Psicologia Organizacional e a do Trabalho mostram com propriedade que as vivências e experiências nas organizações ampliam ou restringem o desenvolvimento integral das pessoas nelas inseridas. No entanto, as pesquisas nessa área frequentemente negligenciam as dimensões físicas ambientais como partes indissociáveis do significado e da identidade dados à vida na urbanidade. Nesse sentido, os estudos da Psicologia Ambiental podem trazer importantes contribuições.

Nesse contexto, Souza e Higuchi reiteram, a partir de uma pesquisa desenvolvida no norte do Brasil, que a presença da natureza nos espaços de trabalho é percebida como algo positivo e que transcende aspectos de produtividade para se instalar no âmago do desenvolvimento psicossocial dos trabalhadores de uma instituição de pesquisa. Na confluência da Psicologia Ambiental e das Ciências Ambientais, o estudo revelou que a natureza circundante do campus institucional possui um forte caráter restaurativo das emoções e cognições diante do estresse laboral. Além disso, os resultados encontrados nesse estudo mostraram que a convivência com a natureza possibilita uma relação de respeito e cuidado ecológico, de modo que tal cenário se reveste num aspecto de orgulho ao trabalhador por estar integrado nesse ambiente onde a natureza é preservada.

Pensando nos espaços naturais como parte das cidades, dois textos apresentam possibilidades de aplicação dos conhecimentos em Psicologia Ambiental. No primeiro, Peres, Klein & Machado apresentam uma revisão integrativa sobre os estudos de Psicologia Ambiental para compreender a relação pessoa-natureza em diferentes cenários da urbanidade. As autoras discutem três pesquisas empíricas desenvolvidas para pensar a natureza em diferentes proporções e distintos aspectos físicos. A interlocução entre tais estudos tenta responder como esta natureza é vivenciada e percebida e como se dá a interação pessoa-natureza. Os distintos espaços da natureza, desde

aquele de origem nativa em um entorno urbano preservado, ou sob ameaça de especulação imobiliária e devastação, até aquele em que a presença da natureza seja fruto de intervenção paisagística planejada, inevitavelmente se constituem matrizes de acontecimentos sociais. Integrando-se, os estudos figuram como exemplos das variadas abordagens no estudo da relação pessoa-ambiente, visto que articulam suas temáticas à luz de conceitos distintos, quais sejam: affordances, qualidade de vida, sustentabilidade, afetividade e lugar.

Como importante aspecto vivido na urbanidade, a mobilidade pode ser vista como lócus dinâmico de relações e é assim tratada no texto de Alves, Battiston, Erat e Olekszechen. A partir da análise do espaço urbano de duas cidades no sul do Brasil, o estudo evidencia a relação de funcionalidade entre o ser humano e o ambiente, de modo que o espaço visa satisfazer uma necessidade imediata, que pode ser de longo prazo ou permanente (transitar e habitar). Isso quer dizer que o ser humano usa este ambiente em benefício próprio, ficando como secundário as consequências que estas ações trarão para o ecossistema ou para os demais grupos sociais que compartilham esses espaços. A partir de conceitos da Psicologia Ambiental e de Gestão Urbana os autores nos convidam a pensar o ambiente urbano como socialmente construído, com relações intrincadas pelos processos ocupacionais, e permeados por questões político-econômicas que ultrapassam as possibilidades decisórias das pessoas inseridas nesse meio.

As leituras feitas em cada contexto fornecem, portanto, caminhos que podem ser apropriados pelo leitor interessado em estudos que visualizam a totalidade da experiência humana. Embora seja uma singela contribuição, desejamos que os textos sejam inspiração para a inserção das relações pessoa-ambiente para compreender a magnitude de nossa existência nesse planeta.

Maria Inês, Ariane e Claudia

Capítulo 1

Onde em nós a casa mora? Os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente

Dayse da Silva Albuquerque¹

Isolda de Araújo Günther²

Ambientes residenciais

Por muitas décadas, o ambiente físico foi negligenciado enquanto elemento constituinte da subjetividade humana, mas basta pensar em como as pessoas definem umas as outras, para vislumbrar esse componente. Ao responder quem somos, comumente indicamos um local de origem, uma referência que afirme o pertencimento a um lugar (HAUGE, 2007). Dentre os diversos cenários com os quais as pessoas se relacionam estão os ambientes residenciais, que abrangem a área interna do local de moradia e suas adjacências (vizinhança e bairro). Incorporam ainda os lugares e equipamentos onde as pes-

.....
1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (PSTO-UnB). albuquerquepsi@hotmail.com

2 Pesquisadora colaboradora sênior do Laboratório de Psicologia Ambiental (LPA) da Universidade de Brasília (UnB). isolda.gunther@gmail.com

soas buscam os principais serviços que necessitam, como comércios, áreas de lazer (espaços verdes, parques, locais para prática esportiva), transporte público, escolas e serviços de saúde (LAWRENCE, 2002; TORRES, 2015).

A área interna do local de moradia é denominada habitação e se apresenta como espaço privilegiado por possibilitar privacidade e proteção do ambiente externo. O processo de habitar é uma demanda básica do ser humano e compõe sua territorialidade, ou seja, a apropriação e o pertencimento a um local. Permite, ainda, socializações e aprendizagens com os indivíduos que compõem esse microsistema e auxilia na construção de aspectos identitários. A vizinhança, não somente constituída a partir das relações sociais diárias, forma uma rede de apoio que viabiliza conexões e fortalecimento do pertencimento comunitário. Ademais, o bairro, além de uma delimitação física e geográfica, abrange os serviços necessários para a satisfação de seus moradores (BRONFENBRENNER, 1999; FISCHER, 1994). Dada a importância atribuída ao processo de habitar, devido à sua função de refúgio contra os riscos externos, o ambiente residencial se soma a essa noção para incorporar o entorno do local de moradia e os aspectos que o compõem na construção de vínculos sociais e expansão da territorialidade nos níveis secundário e público (ELALI; PINHEIRO, 2013).

A habitação é uma experiência humana universal (SMITH, 1994) e constitui-se como elemento de diferenciação de acordo com as condições dos moradores e do local de moradia (HIGUCHI, 2003). A habitação permite a conexão entre as pessoas, os lugares e a historicidade do local. Considerando a influência exercida pelo local de moradia nos seus ocupantes, bem como a influência recíproca entre a pessoa e seu ambiente, é que o morador desse espaço também exerce influência sobre o seu entorno (AMÉRIGO, 2002).

Nesse processo recíproco, os estudos pessoa-ambiente apontam para as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e comportamentais. De acordo com Moser (2009), o exame dessas dimensões revela a

segurança, o conforto e a possibilidade de um refúgio para onde se retorna após os deslocamentos. Saegert (1985) aponta cinco dimensões que ajudam a transformar a habitação em “lar”. Tais dimensões são, em si, explicativas: a centralidade, a continuidade, a privacidade, a expressão de si, a identidade e as relações sociais. Por sua vez, Sixsmith (1986) estuda essa questão a partir de três dimensões: pessoal, social e física.

Desse modo, conceitos como identidade de lugar e satisfação residencial são enfatizados para aprofundar a compreensão de como se constrói maior congruência entre as necessidades individuais e as características do ambiente físico para redução de níveis de pressão e estresse ambiental (GUNTHER, 2011; GUNTHER; FRAGELLI, 2011; PERLAVICIUTE; STEG, 2012; PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983). As relações fortalecidas ao longo do desenvolvimento humano com tais ambientes conferem a necessidade de adaptações e ajustamentos constantes, que repercutem tanto em processos de saúde-doença quanto em processos de formação identitária. Isso ocorre porque o ambiente residencial se constitui como território primário de construção de relações significativas (FISCHER, 1994). Assim, uma relação saudável com esses ambientes é primordial para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida das populações urbanas.

Congruência entre a pessoa e o ambiente residencial

Estudos sobre satisfação com o ambiente residencial surgiram entre as décadas de 50 e 60 como tentativa de busca por parâmetros de avaliação dos locais de moradia e de proposta para melhorias nas relações pessoa-ambiente. A partir de duas perspectivas distintas, a satisfação residencial passou a ser concebida tanto como critério para a qualidade de vida dos cidadãos guiando processos de planejamento urbano, quanto como preditora de comportamentos ligados às ações individuais e coletivas para modificação dos ambientes resi-

denciais (RÍOS; MORENO-JÍMENEZ, 2012). O modelo sistêmico de satisfação residencial proposto por Amérigo (2002) abrange aspectos objetivos do ambiente que são mediados pelas percepções e características das pessoas, culminando com os aspectos subjetivos dessa relação. Os processos de adaptação e modificação ambientais nessa interrelação reverberam em satisfação com o entorno e, consequentemente, com outros setores associados.

A premissa de Kurt Lewin, na qual o comportamento é uma função da interação pessoa-ambiente, gerou reflexões sobre como o ambiente afeta o ser humano em suas vivências diárias. Lawton (1991) delineou um modelo de qualidade de vida e argumentou que aspectos do ambiente físico, competências comportamentais individuais e a percepção de bem-estar estão diretamente implicados nos processos adaptativos ambientais. O modelo de satisfação residencial apresenta similaridades no modo como situa os fatores citados por Lawton, articulando referenciais para a compreensão de como elementos do local de moradia repercutem na congruência entre demandas e competências individuais e demandas e oportunidades ambientais.

Advinda desses modelos, surge a noção de ajuste, colocada como primordial para o aprofundamento dos processos e práticas compartilhados entre as pessoas e seus ambientes residenciais. O modelo conceitual para esse aprofundamento, de acordo com Bonaiuto e Alves (2012), engloba todos os níveis dos ambientes residenciais (moradia, vizinhança e bairro), os vínculos sociais estabelecidos nesse contexto e as formas de uso do local, em ambientes internos ou externos à habitação. Colaborando para ajustes/adaptações mais ou menos satisfatórios, somam-se os elementos que possibilitam determinados tipos de interações e os aspectos objetivos e subjetivos citados nas definições de Amérigo (2002) e Lawton (1986) relacionados diretamente à qualidade de vida percebida.

Dessa forma, o ambiente residencial apresenta-se como local propício para manutenção dessa congruência pessoa-ambiente. A

congruência de características ambientais e necessidades individuais pauta-se como um meio para entender o impacto ambiental sobre o bem-estar e ajuste de pessoas idosas, tendo a docilidade como aspecto saliente dessa interrelação. Nesse sentido, é importante questionar não somente se o ambiente é bom, mas para quem ele é bom (KAHANA, 1982). O modelo ecológico de envelhecimento humano (LAWTON; NAHEMOV, 1973) identificou que ambientes específicos com maiores níveis de pressão afetam de maneira significativa pessoas com baixa competência comportamental (habilidades cognitivas, físicas e sociais), tornando a inter-relação pessoa-ambiente menos dócil. Em contrapartida, quando o indivíduo tem habilidades que permitem maior adaptação e uso dos recursos disponíveis no local, considera-se a atuação proativa desse inter-relacionamento.

Embora o modelo de Lawton focalize a relação idoso-ambiente, observa-se que níveis de competência individuais variam ao longo do desenvolvimento humano, apresentando especificidades nos períodos da infância, da juventude e da vida adulta. Tendo em vista a multidimensionalidade sob a qual os estudos sobre o tema têm sido pesquisados, constata-se que o momento do ciclo de vida no qual o indivíduo se encontra repercute em suas percepções, necessidades e avaliações de seus ambientes residenciais.

A escolha por lugares que revelam esses aspectos costuma variar. Entre jovens e adultos é comum a indicação de espaços ao ar livre como geradores de bem-estar. A experiência de idosos está mais associada a áreas internas (LOPEZ; FELIPPE; KUHNEN, 2012; SCOPPELLITI; GIULIANI, 2004). O estudo de Macedo et al. (2008) revelou preferências de idosos por ambientes facilitadores de interação social, pela casa, por ambientes naturais e pela igreja, respectivamente, locais que podem ou não estar presentes em ambientes residenciais.

A disponibilidade de serviços, suporte social, participação comunitária, garantia de privacidade, comodidade e mobilidade, percepção de segurança e estética ambiental agradável são alguns fa-

tores que exercem peso significativo nos níveis de satisfação com o ambiente residencial. A presença de espaços verdes no entorno de ambientes residenciais é fator considerado preponderante para níveis mais elevados de satisfação residencial. Além de contribuírem para o bem-estar, são identificados como potencializadores para a realização de atividades físicas, culminando em redução da obesidade e do estresse. Melhorias na autoestima e humor também são atribuídos à contemplação e contato com ambientes naturais presentes nas proximidades das residências, beneficiando até mesmo a interação e conexão entre os moradores (KAPLAN; KAPLAN, 2011; WELLS; ROLLINGS, 2012). Tais benefícios tornam o ambiente mais acolhedor e auxiliam no desenvolvimento e manutenção de habilidades dos mais variados grupos. Contudo, características individuais também direcionam a importância atribuída a cada um desses fatores, tornando-os mais ou menos indispensáveis para a qualidade de vida dos moradores.

Destarte, os ambientes residenciais incorporariam as funções básicas de manutenção, estimulação e suporte definidas por Lawton (1986) em sua hipótese de docilidade ambiental. A manutenção de um certo grau de previsibilidade e constância garantiriam a apropriação do espaço e o apego ao lugar para a atribuição de significados e construção de afetos positivos. A flexibilidade e estimulação permitiriam a exploração e adaptação conforme as necessidades individuais. O suporte resultaria na eliminação de obstáculos, tornando o ambiente acessível e seguro. Reconhece-se que um bom ajuste ocorre quando um ambiente fornece suporte e é flexível às demandas e capacidades dos indivíduos que dele fazem uso (OSWALD; WAHL; MARTIN; MOLLENKOPF, 2003; SILVA; ELALI, 2015).

A apropriação do espaço engloba as dimensões de identificação simbólica e ação-transformação. Nesse sentido, identificar-se com uma categoria urbana, como um bairro por exemplo, significa manter características específicas e comuns a determinado grupo que compartilha um espaço. Esse sentimento de pertencimento, base-

ado no apego ao lugar, direciona a maneira como as pessoas agem cotidianamente, tendo maior apreço ao entorno. Intervir sobre o espaço, agir e transformar, refletem expansão do ambiente pessoal e fortalecimento da identidade de lugar, de modo a atender às necessidades dos indivíduos que ali se encontram (FELIPPE, 2009; VIDAL; POL; GUÀRDIA; PERÓ, 2004).

Ambientes residenciais apoiadores são aqueles que possuem infraestrutura capaz de dar suporte a padrões diários de atividades e integrá-los em suas dimensões temporais e espaciais. A redução do ajuste ou a falta de compatibilidade levaria a comportamentos mal adaptativos e afetos negativos (KAHANA; LOVEGREN; KAHANA; KAHANA, 2003). Em diferentes momentos do ciclo de vida, as relações tecidas com o local de moradia adquirem contornos diferenciados e, portanto, ajudam a moldar aspectos identitários e a formar sentimentos positivos e negativos que influenciam na saúde dos indivíduos.

A má adaptação e o fortalecimento de afetos negativos relacionados aos ambientes residenciais tendem a gerar desejo de mudança do local de moradia. O desenraizamento pode estar associado tanto às condições ambientais quanto às problemáticas sociais. Em um estudo realizado com 161 jovens da cidade de Manaus/AM, constatou-se que dentre os principais motivos para mudar-se estavam as dificuldades no relacionamento com a vizinhança e com os familiares. A ausência de regras de convivência e sentimentos de insegurança, medo e mal-estar, advindos das situações de violência constantes nos bairros também aumentavam a percepção de risco e potencializavam o desejo por afastamento (ALBUQUERQUE; HIGUCHI, 2015).

Em contrapartida, o estudo de Capone (2001) sobre a satisfação de idosos em ambientes de vizinhança no Distrito Federal revelou que a disponibilidade de serviços nas proximidades da residência era um dos fatores determinantes para uma avaliação positiva do local. Porém, quando se faziam necessários maiores deslocamentos, a insatisfação com os serviços oferecidos aumentava e não estava neces-

sariamente atrelada à ausência deles. Deslocamentos urbanos estão intrinsecamente conectados com fatores como acessibilidade e mobilidade, abrangendo desde a manutenção e conservação das vias e calçadas até a qualidade do transporte público (RAMÍREZ, 2002).

Na maioria das cidades, o surgimento de ambientes residenciais ocorreu de maneira desordenada, com o mínimo de infraestrutura e planejamento requerido. À medida que se expandiam, inúmeras adaptações destes ambientes se faziam emergentes para garantir as demandas populacionais. Na atualidade, para se avaliar aspectos de qualidade de vida nos ambientes residenciais, Fornara, Bonaiuto e Bonnes (2010) recomendam que os instrumentos incluam (a) características do planejamento urbano que podem ser observadas e avaliadas de maneira objetiva por especialistas e de maneira subjetiva por meio das percepções dos moradores; (b) características sociais referentes às relações e vínculos entre os moradores; (c) características funcionais associadas à disponibilidade e qualidade dos serviços oferecidos na vizinhança e, (4) características contextuais ligadas às possibilidades de uso para desenvolvimento de atividades locais.

O nível de satisfação pode variar conforme as características individuais, os parâmetros comparativos estabelecidos, o modo como o ambiente residencial é organizado e suas possibilidades funcionais. Diferenças nesses padrões também podem estar relacionadas à idade do residente. Crianças costumam apresentar percepções similares a de seus pais, demonstrando preferências por residências amplas e que incluam espaços para lazer (ARAGONÉS; AMÉRIGO; PEREZ-LOPEZ, 2017). No que se refere aos idosos, surge a preferência por envelhecer no local de moradia, sobremaneira quando comparada à possibilidade de institucionalização. Altos níveis de satisfação residencial na velhice refletem em menor interesse por outros ambientes, menos deslocamentos e vida social agregada ao lar (FORNARA; MANCA, 2017).

A própria delimitação do ambiente residencial varia de acordo com a percepção de cada morador, pois considera os deslocamen-

tos diários de cada indivíduo, o modo como tais deslocamentos são realizados (caminhada a pé, de bicicleta, de carro, de ônibus, etc.), as relações estabelecidas na vizinhança, dentre outros aspectos provenientes da apropriação do espaço. Sob esse enfoque, a habitação pode compor-se apenas como um local físico situado em um ponto geográfico, um endereço que designa onde o indivíduo mora, mas que não lhe confere apego ao lugar. Por outro lado, esse local de moradia pode ser concebido como lar, envolto de significados e afetos positivos compartilhados com os demais moradores.

Ambas as concepções são complementares, pois o ambiente residencial é concomitantemente composto por elementos físicos e sociais. Porém, percepções que se direcionam para um ou outro extremo geram comportamentos de afastamento ou aproximação no que diz respeito às relações com o local de moradia. A satisfação com o ambiente residencial entrelaça-se com tais questões porque permite a avaliação de características ambientais imbricadas na permanência ou na saída de determinados locais.

Fatores de vulnerabilidade socioambiental também se constituem como mobilizadores das relações pessoa-ambiente. Áreas de risco (por alagamento ou deslizamento, por exemplo), degradadas ou sem saneamento básico podem ser ocupadas gerando situações de vulnerabilidade aos seus moradores. Do ponto de vista social, tais pessoas podem não possuir situação socioeconômica favorável para mudança do local de moradia, por mais precárias que sejam as condições ambientais. Outro fator de vulnerabilidade alude à ausência de um lugar fixo para residir. Moradores de rua, por exemplo, ficam expostos à inúmeros riscos por não possuírem uma habitação (CARTIER; BARCELOS; HUBNER; PORTO, 2009).

Alguns países investiram no realojamento urbano como alternativa para minimizar tais situações de vulnerabilidade. Nesse cenário, surgiram as moradias públicas/sociais, que consistem em imóveis cedidos pelo governo para pessoas que não possuem recursos financeiros para adquiri-los. Um exemplo clássico e emblemático sobre

esse tipo de experiência foi a construção do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, na década de 50, na cidade de Sant Louis, no Estado do Missouri, Estados Unidos. O projeto inicial previa a retirada de populações migrantes que se aproximavam cada vez mais do centro da cidade para realocação em prédios em uma área mais isolada. Apesar da proposta incluir áreas de lazer, de convivência e arborização local, o que ocorreu nos anos seguintes à sua implantação foi exatamente o oposto, pois a falta de manutenção, cuidado e o próprio abandono assistencial transformaram o conjunto em um espaço insalubre e inadequado para a permanência das pessoas (AMÉRIGO, 2002).

Na década de 60 iniciaram-se os incentivos para a saída dos moradores que permaneciam no conjunto, principalmente pela falta de condições para residir em outra área da cidade. A segregação racial, marginalização e estigmatização apenas serviam para manter a população residindo no local em situação bastante precária. Sem muitas alternativas, os prédios começaram a ser demolidos no início da década de 70 e, desde então, a história sobre essa experiência se firmou como marco na arquitetura e tem servido como base para a discussão em Psicologia Ambiental, sobre moradias públicas e males urbanos (BRISTOL, 1991).

As principais críticas sobre os conjuntos habitacionais como o Pruitt-Igoe refletem níveis reduzidos de satisfação residencial. Além da verticalização das moradias para redução da ocupação do espaço público, tais prédios carecem de locais de convivência e estrutura adequada para o estabelecimento de redes sociais de apoio, tão necessárias para o fortalecimento dos vínculos com o lugar. Outro ponto bastante discutido nesses tipos de construções refere-se à ausência de espaços defensáveis, ou seja, mecanismos que possibilitem vigilância natural entre as habitações e que viabilizem o controle, a redução da criminalidade e estimulem a integração social (NEWMAN, 1995).

A ideia de espaços defensáveis é intimamente relacionada com o incentivo à apropriação dos espaços públicos para que sentimentos

de apego e identidade com o lugar possam aflorar e repercutir em ações de cuidado. Para tanto, algumas soluções ambientais sugeridas para redução dos males urbanos são o investimento em praças, áreas de lazer, espaços verdes e os mercados ao ar livre. A estimulação de atividades a serem realizadas no entorno do local de moradia permite a circulação de pessoas, promovendo interações e possibilitando a identificação entre as pessoas e o lugar. O desenho das habitações proporcionando a comunicação com as áreas circundantes e as pessoas, com fachadas que viabilizem observar as ruas e as movimentações diárias, também contribuem para o fortalecimento da territorialidade e dos afetos positivos (NEWMAN, 1972; RAMÍREZ, 2002).

No Brasil, há alguns exemplos de programas governamentais voltados para a construção de moradias sociais. O mais abrangente, denominado Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciou sua implantação em 2009, após a criação do Ministério das Cidades. Suas obras expandiram-se por grande parte do território brasileiro com projetos financiados pela Caixa Econômica Federal. Com a ampliação da oferta de habitações ao longo dos anos e a redução de custos nas obras, o que se passou a observar foram grandes áreas, cada vez mais isoladas, com inúmeras casas padronizadas, com espaços cada vez mais reduzidos para as famílias se estabelecerem. Com infraestrutura deficiente, antevê-se para vários dessas locais consequências similares às ocorridas no Pruitt-Igoe. Há casos de vendas de moradias (apesar de ser uma prática ilegal pelas normas contratuais da casa cedida pelo governo) ou alterações que não são permitidas, como cercas ou muros no entorno da residência, garagens, andares superiores, entre outras modificações na estrutura original (NASCIMENTO; TOSTES, 2011).

Situação análoga ocorre no estado do Amazonas, onde foi inaugurado, em 2003, o Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). Na busca por promover a retirada de populações que residiam às margens dos rios em condições insalubres,

foram construídos conjuntos habitacionais em pontos distintos da cidade. Com características similares, blocos de apartamentos sem revestimento externo foram entregues a mais de cem mil pessoas, modificando completamente suas rotinas e vínculos sociais outrora estabelecidos. Alguns hábitos também dificultaram esse processo de transição. Apesar da estrutura oferecida ter sido elogiada por sua estética, o distanciamento dos serviços públicos e a falta de coesão entre os moradores, que perderam a vizinhança com a qual já tinham estabelecido laços afetivos, resultaram em dificuldades para a permanência dos beneficiados pelo programa e para a manutenção do local (LEMOS, 2010).

As restrições que alguns ambientes residenciais por vezes impõem, como no caso de moradias sociais ou coletivas, vão de encontro aos benefícios discutidos na bibliografia quando os indivíduos se apropriam e vinculam-se ao local de moradia. Portanto, há que se ter em conta no planejamento urbano tais nuances, que dificultam ou favorecem o dia-a-dia dos moradores. Reduzir os níveis de pressão ambiental para garantir que as pessoas atuem em sua zona de desempenho é primordial para o bem-estar dos cidadãos. Além disso, a docilidade ambiental colabora para níveis reduzidos de estresse e aumento dos índices de satisfação, tornando o lugar amigável.

Face a esses exemplos, considera-se que uma ampla gama de elementos contribui para a satisfação com os ambientes residenciais. Por isso, o levantamento das necessidades dessas populações abrange a utilização de abordagens multimétodos, que incluam procedimentos de pesquisa-ação e avaliações pós-ocupação. Atingir esse tipo de proposta requer a articulação de conhecimentos provenientes de várias áreas, incorporando a especialidade de profissionais com distintas experiências (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2008). Com essa perspectiva é que a Psicologia Ambiental se situa entre os campos voltados para os estudos pessoa-ambiente, interessada em aprofundar processos perceptivos, cognitivos, afetivos e comportamentais atrelados a essas interrelações.

Considerações finais

Os ambientes residenciais compõem um importante cenário para os estudos da Psicologia Ambiental. Dada a relevância da habitação para o ser humano, o papel exercido por esses espaços é envolto de complexidade. O investimento em estudos sobre a temática se mostra premente para subsidiar o planejamento de espaços apropriados para os indivíduos que dele fazem parte.

As relações pessoa-ambiente revestem-se de nuances que, ao serem observadas e detalhadas, direcionam a proposição de novos modos de sentir, pensar e agir os espaços e lugares que compõem o cenário urbano. O bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos perpassam a satisfação com o ambiente residencial. Portanto, o aprofundamento da compreensão sobre aspectos ligados à relação de crianças, jovens, adultos e idosos em seus locais de moradia pode repercutir em bairros e cidades mais amigáveis para essas populações de acordo com suas especificidades.

Referências

ALBUQUERQUE, D. S.; HIGUCHI, M. I. G. Implicações socioafetivas do jovem com o local de moradia. In: MACHADO, F. V.; MASSOLA, G. M.; RIBEIRO, M. A. T. (Orgs.). **Estado, Ambiente e Movimentos sociais**. Florianópolis: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. p. 264-283.

AMÉRIGO, M. Ambientes residenciais. In: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (Orgs.). **Psicologia Ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2002. p. 173-193.

ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M.; PÉREZ-LÓPEZ, R. Residential Satisfaction and Quality of Life. In: FLEURY-BAHI, G.; POL, E.; NAVARRO, O. (Eds.). **Handbook of Environmental Psychology and Quality of Life Research**. Switzerland: Springer, 2017. p. 311-328. DOI: 10.1007/978-3-319-31416-7

BONAIUTO, M.; ALVES, S. Residential Places and Neighborhoods: Toward Healthy Life, Social Integration, and Reputable Residence. In: CLAYTON, S. D. (Ed.). **The Oxford Handbook of Environmental and Conservation Psychology**. Oxford University Press, 2012. p. 221-247. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199733026.013.0013

BRISTOL, K. G. The Pruitt-Igoe Myth. **The Journal of Architectural Education**, v. 44, n. 3, p. 163-171, 1991. DOI: 10.1080/10464883.1991.111102687

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: FRIEDMAN, S. L.; WACHS, T. D. (Eds.). **Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts**. Washington, DC: American Psychological Association Press, 1999. p. 3-28.

CAPONE, V. C. **Satisfação de idosos em ambientes de vizinhança de duas regiões do Distrito Federal**. 2001. 128p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HUBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade socioambiental e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, 2009.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, S.B; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.). **Qualidade Ambiental na Habitação: Avaliação Pós-Ocupação**. São Paulo: Oficina de textos, 2013. p. 15-35. ISBN: 978-85-7975-076-2

FELIPPE, M. L. Ambiente Pessoal: o papel da personalização na construção de espaços saudáveis. In: KUHNEN, A.; CRUZ, R. M.; TAKASE, E. (Orgs.). **Interações Pessoa-Ambiente e Saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 117-136.

FISCHER, G. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FORNARA, F.; BONAIUTO, M.; BONNES, M. Cross-validation of abbreviated perceived residential environmental quality (PREQ) and neighborhood attachment (NA) indicators. **Environment and Behavior**, v. 42, n. 2, p. 171-196, 2010. DOI: 10.1177/0013916508330998

FORNARA, F.; MANCA, S. Healthy Environments for the Elderly. In: FLEURY-BAHI, G.; POL, E.; NAVARRO, O. (Eds.). **Handbook of Environmental Psychology and Quality of Life Research**. Switzerland: Springer, 2017. p. 441-468. DOI: 10.1007/978-3-319-31416-7

GUNTHER, I. A. Pressão Ambiental. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011. p. 290-295.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Multimétodos. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011. p. 250-266.

GUNTHER, I. A.; FRAGELLI, T. B. O. Estresse Ambiental. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011. p. 191-197.

HAUGE, A. L. Identity and Place: a critical comparison of three identity theories. **Architectural Science Review**, v. 50, n. 1, p. 44-51, 2007. DOI: 10.3763/asre.2007.5007

HIGUCHI, M. I. G. A socialidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**, v. 33, p. 49-70, 2003.

KAHANA, E. A congruence model of person-environment interaction. In: LAWTON, M. P.; WINDLEY, P. G.; BYERTS, T. O. (Eds.). **Aging and the environment: Theoretical approaches**. New York: Springer, 1982. p. 97-121.

KAHANA, E.; LOVEGREEN, L.; KAHANA, B.; KAHANA, M. Person, Environment, and Person-Environment fit as influences on residential satisfaction of elders. **Environment and Behavior**, v. 35, n. 3, p. 434-453, 2003. DOI: 10.1177/0013916503251447

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. Well-being, Reasonableness and the natural environments. **Applied Psychology: health and well-being**, v. 3, n. 3, p. 304-321, 2011. DOI: 10.1111/j.1758-0854.2011.0105.xj

LAWRENCE, R. J. Healthy Residential Environments. In: BETCHEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Eds.). **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons Inc., 2002. p. 394-412. ISBN: 0-471-40594-9

LAWTON, M. P. A multidimensional view of quality of life in frail elders. In: BIRREN, J. E.; LUBBEN, J. E.; ROWE, J. C.; DEUTCHMAN, D. E. (Eds.). **The concept and measurement of quality of life in the frail elderly**. New York: Academic Press, 1991. p. 3-27.

LAWTON, M. P.; NAHEMOW, L. Ecology and the aging process. In EISDORFER, C.; LAWTON, M. (Eds.). **The psychology of adult development and aging**. Washington, DC: American Psychological Association, 1973. p. 619-674.

LAWTON, M. P. **Environment and Aging**. Center for Study of Aging, Albany, New York, 1986. ISBN: 0-937829-00-5

LEMOS, J. A. **Vivendo a transição do ambiente de moradia: um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus – PROSAMIM**. 2010, 89p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

LOPEZ, M.; FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. Lugares favoritos no envelhecimento: Explorando estudos e conceitos. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 71, p. 639-649, 2012. ISSN 0103-7013

MACEDO, D.; OLIVEIRA, C. V.; GÜNTHER, I. A.; ALVES, S. M.; NÓBREGA, T. S. O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: o que dizem os idosos? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 4, p. 441-449, 2008. DOI: 10.1590/S1413-294X2003000200012

MOSER, G. **Psychologie environnementale. Les relations homme-environnement**. Bruxelles: De Boeck, Collection, 2009.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, v. 12, 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>

NEWMAN, O. **Defensible space**. New York: Macmillan, 1972.

NEWMAN, O. Defensible Space: A new physical planning tool for urban revitalization. **Journal of the American Planning Association**, v. 61, n. 2, p. 149-155, 1995. DOI: 10.1080/01944369508975629

OSWALD, F.; WAHL, H.; MARTIN, M.; MOLLENKOPF, H. Toward measuring proactivity in person-environment transactions in late adulthood: the housing-related control beliefs questionnaire. In: SCHEIDT, R. J.; WINDLEY, P. G. (Eds.). **Physical environments and aging: critical contributions of M. Powell Lawton to the theory and practice**. The Haworth Press, Inc., 2003. p. 135-152.

PERLAVICIUTE, G.; STEG, L. Calidad de vida em entornos residenciales. **Psycology**, v. 3, n. 3, p. 271-286, 2012. ISSN: 2171-1976.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, p. 57-83, 1983.

RAMÍREZ, B. F. El medio urbano. In ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (Coords.). **Psicologia Ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2002. p. 259-280.

RÍOS, M. L.; MORENO-JÍMENEZ, M. P. Identidad con el lugar y satisfacción residencial: diferencias en población autóctona e inmigrante. **Psycology**, v. 3, p. 15-26, 2012. ISSN: 2171-1976.

SAEGERT, S. The role of housing in the experience of dwelling. In Altman, I.; Werner, C. M. (Eds.). **Home environments**. London: Plenum, 1985. p. 287-309.

SCOPELLITI, M.; GIULIANI, M. V. Choosing restorative environments across the lifespan: a matter of place experience. **Journal of Environmental Psychology**, v. 24, p. 423-427, 2004. DOI: 10.1016/j.jenvp.2004.11.002

SILVA, E. A. R.; ELALI, G. A. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 382-396, 2015.

SIXSMITH, J. A. The meaning of home: an exploratory study of environmental experience. **Journal of Environmental Psychology**, v. 6, p. 281-298, 1986.

SMITH, S. G. The essential quality of a home. **Journal of Environmental Psychology**, v. 14, p. 31- 46, 1994.

TORRES, A. L. L. **O papel do ambiente residencial na qualidade de vida de idosos: um estudo exploratório em Cabedelo, Paraíba**. 2015, 205p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

VIDAL, T.; POL, E.; GUÁRDIA, J.; PERÓ, M. Um modelo de apropiación del espacio mediante actuaciones estructurales. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 1y2, n. 5, p. 27-52, 2004.

WELLS, N. M.; ROLLINGS, K. A. The Natural Environment in Residential Settings: Influences on Human Health and Function. In: CLAYTON, S. D. (Ed.). **The Oxford Handbook of Environmental and Conservation Psychology**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 611-628. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199733026.013.0027

Capítulo 2

Proposta transdisciplinar em contextos formativos: chave mestra para a sustentabilidade

Claudia Pato¹

Zenith Nara Costa Delabrida²

Introdução

As questões ambientais ganharam destaque na mídia e na literatura, principalmente a partir da década de 1960, quando se ressaltaram as relações entre eventos ambientais e o comportamento humano e suas consequências para a humanidade. Nesse processo, um dos marcos é o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1969). Nele, a autora denunciou o problema ambiental provocado pelo uso de produtos químicos e defensivos agrícolas em plantações, e as consequências disso para o meio ambiente, para a vida humana e para a vida não humana. Carson (1969) contribuiu para a discussão sobre as questões ambientais e a ética antropocêntrica,

.....
¹ Pedagoga, doutora em Psicologia, professora da Universidade de Brasília. claudiap@unb.br

² Psicóloga, doutora em Psicologia, professora da Universidade Federal de Sergipe. zenith@ufs.br

alertando para a morte anunciada e o risco ambiental provocado pelo ser humano.

Questões como essas e outras relacionadas à temática ambiental têm ganhado cada vez mais espaço nos meios de comunicação e na difusão de informação, atraindo interesse de diferentes esferas sociais, inclusive da ciência. A problemática ambiental tem no comportamento humano um tema transversal, tendo em vista o consenso do impacto humano nos problemas ambientais (SCHULTZ, 2014). Compreende-se que o mesmo humano que degrada pode reverter esse quadro e oferecer soluções que contribuam para essa reversão.

A complexidade inerente à problemática ambiental envolve uma imbricada trama de relações e inter-relações entre os seres humanos e as demais formas de vida. Destaca-se, ainda, que tais relações ocorrem em contextos e ambientes diversos e distintos, o que torna mais evidente a dinâmica complexa dessas teias de relações e o desafio enfrentado por quem procura compreender e intervir nessa realidade. Algumas áreas, como Economia, Sociologia, Ciência Política, Psicologia e Educação, além da própria Biologia, têm gerado abordagens e formulado conceitos na tentativa de compreender essa realidade sob a ótica de seus campos disciplinares. Entretanto, geralmente permanecem nesse foco disciplinar, restringindo e limitando tanto o alcance de suas formulações quanto as possibilidades de soluções para as problemáticas estudadas.

De acordo com Moser (2005), a preocupação com o ambiente global e o comportamento ecológico, compreendido como o comportamento humano relativo às questões ambientais, envolve principalmente as ciências sociais. Para o autor, apenas o conhecimento integrado das diferentes abordagens disciplinares pode ser capaz de enfrentar os desafios que envolvem a relação pessoa-ambiente. Neste sentido, vislumbra-se um diálogo transdisciplinar e a construção de um campo de estudos sem fronteiras entre as duas áreas: Psicologia Ambiental e Educação Ambiental. Considerando-se que tanto a Psi-

cologia quanto a Educação têm como foco de estudos primordial o ser humano e suas relações, embora com intencionalidades e esferas de atuação distintas, compreende-se que as duas áreas têm papel e responsabilidade centrais na problemática ambiental.

Desse modo, o presente texto centra-se especificamente nessas duas áreas e suas interfaces, a partir de uma visão ecocêntrica e sistêmica, em que todos os seres e elementos fazem parte da teia da vida, em busca de sua sobrevivência e conservação. Nesse aspecto, convergem a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental. O diálogo e a parceria entre essas duas áreas, sob a perspectiva transdisciplinar, podem resultar em compreensão mais clara e aprofundada da problemática socioambiental e efetividade nas ações e intervenções pedagógicas e formativas. Pretende-se, com esse ensaio, promover um diálogo transdisciplinar a partir dessas duas áreas e fomentar o debate em torno da temática socioambiental sob este enfoque, tendo em vista tanto a compreensão quanto a intervenção nesta realidade complexa.

Educação Ambiental – breve contextualização

A educação ambiental surge na emergência da crise socioambiental, nos anos 60, alcançando destaque a partir da Conferência Rio-92, sobretudo no Brasil, quando o tema passa a ser a sustentabilidade da vida no planeta Terra. Emerge daí o conceito de sustentabilidade, que passa a ser objeto das mais diversas áreas do conhecimento dedicadas a compreender as questões ambientais e a lidar com os problemas a elas associados. A ética da sustentabilidade passa, então, a dar o tom aos discursos ambientalistas e às ações de educação ambiental.

No Brasil, a educação ambiental tem amparo legal, compreendido como a consolidação de um processo de inclusão da dimensão ambiental na Educação, muito embora essa dimensão enfrente avanços e recuos. A Constituição Federal, a Política Nacional de Edu-

cação Ambiental e, mais recentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental buscam assegurar a compreensão do ambiente natural e social e garantir que a educação ambiental seja inserida na formação do cidadão brasileiro em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1988, 1999, 2012).

Apesar de essa regulamentação pelo Estado sugerir um avanço considerável em relação à discussão da temática ambiental pela educação, Layrargues (2002) questiona a hegemonia e o consenso aparentemente absoluto ou inquestionável na formulação dessa política, que não revela a existência de interesses contraditórios em nossa realidade. Para o autor, a elaboração de uma política que não encontra oposição ou resistência, sequer pelos educadores ambientais, seja por falta de articulação ou omissão, seja por haver um consenso em torno dela, merece crítica e reflexão pelos educadores ambientais. Sugere que talvez essa regulamentação tenha sido prematura, uma vez que, em sua opinião, antecedeu a própria estruturação das bases organizacionais e políticas dos educadores ambientais no Brasil.

Para os propósitos deste ensaio, considera-se relevante evidenciar que a Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 destaca a importância de atuação em aspectos tais como formação ética, de valores, atitudes e mudança comportamental. Infere-se, portanto, uma perfeita sintonia entre a educação ambiental e a psicologia e, em especial, a Psicologia Ambiental, que tem nesses aspectos um de seus principais focos de interesse.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Assim como não existe um pensamento ambiental único, também não existe uma única concepção de educação ambiental. A depender da visão de mundo subjacente e de seus objetivos, diferentes correntes de educação ambiental são adotadas. Entre tantas perspectivas, destacam-se a educação ambiental crítica, a educação ambiental popular, a educação ambiental tradicional ou tecnicista e a ecopedagogia (LAYRARGUES, 2004; SAUVÉ, 2005a). Reconhece-se, contudo, que a educação ambiental pretende promover a transição da sociedade rumo à sustentabilidade, pautada por uma nova ética. Para tanto, assume-se, neste trabalho, a concepção de educação ambiental mais alinhada à concepção crítica, enraizada, principalmente, nos ideais democráticos e de emancipação presentes na obra de Paulo Freire.

Inspirada nestas ideias-força que posicionam a educação imersa na vida, na história, na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos e nas questões urgentes de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. (CARVALHO, 2004)

Destaca-se, principalmente, a educação para a cidadania, com vistas a uma ação política que contribua para a formação de uma coletividade que se sinta co-responsável pelo mundo que habita (SORRENTINO et al., 2005). Coloca-se, portanto, como desafio, a formulação de uma educação ambiental que seja ao mesmo tempo crítica e inovadora, concebida fundamentalmente como um ato político voltado para a transformação social (JACOBI, 2003). Aliada a essa concepção, agrega-se a dimensão pessoal, advinda da ecologia humana, que considera a tríade pessoa-sociedade-natureza de modo interdependente. Entende-se que na relação com o outro e com a natureza o ser humano reconhece sua própria natureza e se (re)des-

cobre como parte integrante desse sistema, conforme destacado por Sauvé (2005b).

Nesse sentido, constrói-se uma concepção de educação ambiental que tem uma forte raiz na crítica do modo de vida da contemporaneidade, em seu contexto histórico e social. Parte-se da práxis de uma ecologia profunda, em que sujeito, cultura e natureza compõem um sistema único de relações e inter-relações, conforme Guattari (1990) sugere. Nessa perspectiva de ecologia humana concebe-se o ser humano como parte integrante do sistema da vida. A educação ambiental, sob esse enfoque, tem na psicologia e, em especial, na Psicologia Ambiental, uma forte aliada. Juntas, as duas áreas podem agregar conhecimentos teóricos e empíricos que fundamentam suas ações e constroem um diálogo transdisciplinar. Assim, será possível aprender a viver juntos na Terra, desafio ético e político fundamental das sociedades contemporâneas (SAUVÉ, 2016).

O educador ambiental precisa compreender os aspectos psicossociais envolvidos nos processos formativos estabelecidos nas temáticas de seu interesse (OLIVOS-JARA; ARAGONÉS; NAVARRO-CARRASCAL, 2013). A partir dessa compreensão, o educador ambiental poderá intervir de maneira mais adequada para promover a transformação dessas relações, conforme defende Sauvé (2005b). Além disso, é importante destacar que pessoas, grupos e instituições muitas vezes atuam de modo sustentável, servindo como exemplos e fonte de inspiração. Desse modo, a compreensão dos aspectos presentes nesses contextos pode contribuir para a promoção de uma educação ambiental sustentável, voltada para a solução dos problemas socioambientais da contemporaneidade.

Psicologia Ambiental

Esse novo paradigma, que considera a tríade pessoa-sociedade-natureza de modo interdependente, tem como pano de fundo as questões ambientais. A Psicologia Ambiental, como outras áreas do

conhecimento, tem como um de seus propósitos dar respostas aos problemas ambientais e ampliar o entendimento dessas questões de uma maneira mais sistêmica. Isso inclui não apenas a ação humana como foco, mas também os contextos que podem afetar o comportamento humano, como o físico, o social e o econômico, vistos como interdependentes.

Boa parte da tecnologia produzida ao longo dos anos pela humanidade tem contribuído para o esgotamento dos recursos naturais e para a poluição do ambiente natural. Entende-se, na Psicologia Ambiental, que a questão ambiental trata principalmente desses dois aspectos: a necessidade de encontrar respostas para esses novos problemas e produzir uma tecnologia social que aponte para soluções tendo como pano de fundo a necessidade de uma mudança na nossa relação com o ambiente.

Ao caracterizar esse processo de mudança, García Mira (2009) destaca que há uma realidade social e espacial a ser considerada, e que há um conflito de interesses no uso dos recursos naturais. Para o autor, a solução se encontra na produção de novos valores, crenças, atitudes e comportamentos, de forma que o sistema social e econômico não entre em choque com os recursos naturais. Esses aspectos estão no escopo de ação da psicologia e, mais especificamente, na sua vertente ambiental, contribuindo para o entendimento de como o comportamento afeta a natureza e é por ela afetado. Com base nessa compreensão, deve-se pensar estratégias com vistas a uma nova relação mais sustentável entre ser humano e natureza.

Esse processo de mudança, que pode ser mediado pelo conhecimento científico, incluindo o psicológico, encara os problemas ambientais como uma questão que, ao invés de enfraquecer a organização social e econômica, possibilita e potencializa a emergência de uma nova forma de se relacionar com o ambiente físico, seja ele construído ou natural, com a produção de novos valores, crenças, atitudes e comportamentos para, então, promover uma mudança social e econômica. Essa perspectiva é baseada no fato de que, ao longo da história

da humanidade, situações de crise como a que vivemos atualmente possibilitaram tanto a emergência de novos padrões comportamentais quanto o surgimento de novos valores associados a essas mudanças.

Assim, as diversas áreas de conhecimento têm sido desafiadas a apresentar soluções aos problemas ambientais. A Psicologia Ambiental, também definida como área de estudos pessoa-ambiente, com origem na busca do entendimento da relação entre o comportamento humano e o ambiente físico, compreende essa relação como bidirecional, contextual e socioambientalmente determinada. Nessa perspectiva, o ser humano tem papel ativo quando se considera a sua ação no ambiente físico e sofre as consequências das mudanças nesse ambiente bem como os demais seres vivos. Os contextos ambientais, sociais e econômicos influenciam nos problemas ambientais e são levados em consideração na análise dos mesmos. Especificamente para a Psicologia Ambiental, o ambiente físico é a variável de estudo que permite identificar o impacto da ação, do pensamento e dos sentimentos humanos no seu contexto de vida e, da mesma forma, saber como o ambiente físico impacta no modo como as pessoas agem, pensam e sentem tanto no nível individual quanto no grupal.

Os temas de interesse da Psicologia Ambiental podem ser agrupados em três níveis: individual, grupal e global. No individual focalizam-se os processos psicológicos individuais, que se referem à cognição ambiental, percepção ambiental, experiência emocional e sensorial do ambiente e espaço pessoal, entre outros. Esses estudos têm revelado, por exemplo, que barreiras psicológicas impedem ou dificultam as ações de proteção ambiental, e que a conexão dos humanos com a natureza tem dimensão cognitiva e afetiva (GIFFORD, 2011; SCHULTZ, 2002; ZELENSKI; NISBET, 2014).

Já no nível grupal, tem-se o foco na relação dinâmica indivíduo-grupo permeada pelos aspectos individuais, grupais e ambientais.

Sob esse enfoque trata-se de ecologia do pequeno grupo, behavior setting, ambientes de trabalho, residenciais, escolares, meio urbano e ambiente natural. Resultados destes estudos apontam, por exemplo, que quanto mais privacidade um trabalhador possui no espaço de trabalho menos ele enfrenta exaustão emocional, e que os aparelhos eletrônicos e o estilo de vida moderno têm efeito no espaço social (Gifford, 2014; Laurence; Fried; Slowik, 2013).

No nível global, focalizam-se aspectos individuais e grupais que podem ser compartilhados por todos os seres humanos, como as atitudes e as crenças em relação ao meio ambiente, os aspectos comportamentais para a solução dos problemas ambientais, a percepção de risco, a gestão ambiental e a educação ambiental (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2010). Estudos demonstraram, por exemplo, que os valores, as crenças e as atitudes influenciam os comportamentos das pessoas sobre as questões ambientais (BEST; MAYERL, 2013; BROEK; BOLDERDIJK; STEG, 2017; HARTMANN et al., 2017; MILFONT; DUCKITT; WAGNER, 2010; PATO; TAMAYO, 2006, 2007), que as condições e as situações do ambiente podem facilitar ou dificultar a manifestação de comportamentos pró-ambientais (CORRALIZA; BERENGUER, 2000), e que a conexão com a natureza e a afetividade podem favorecer o comportamento mais sustentável e responsável com relação ao meio ambiente (OLIVOS-JARA; ARAGONÉS; NAVARRO-CARRASCAL, 2013).

Ao estudar a interação pessoa-ambiente físico, a Psicologia Ambiental trouxe para a investigação dois campos disciplinares específicos que, até então, estavam bastante afastados (BONNES; FORNARA; CARRUS, 2005), a arquitetura e o planejamento urbanístico e as ciências naturais-biológicas. Os estudos direcionados para o primeiro campo ficaram conhecidos como de Psicologia Ambiental Arquitetural e os do segundo campo, como de Psicologia Ambiental Verde. Essa distinção diz respeito à perspectiva em que se vê a inter-relação comportamento-ambiente. Do efeito do ambiente

físico sobre o comportamento, seja ele individual ou social, tem-se a Psicologia Ambiental Arquitetural. Já do efeito do comportamento humano no ambiente físico, a Psicologia Ambiental Verde.

Destaca-se que essa divisão é mais didática e de contextualização histórica e geográfica da produção de conhecimento na área do que uma diferenciação teórica. A própria definição de Psicologia Ambiental considera a influência bidirecional da relação ambiente-comportamento, compreendida como uma *gestalt*, em que ora se enfatiza o fundo e ora a figura, sem perder a noção do todo.

Dessa forma, os aspectos norteadores nos quais a Psicologia Ambiental se baseou ao longo dos últimos 30 anos de desenvolvimento foram (BONNES; BONAIUTO, 2002, p. 31): (a) Atenção às características físico-espaciais do ambiente onde acontece o comportamento; (b) Uso de variados métodos de pesquisa; (c) Orientação a problemas com clara relevância social; (d) Orientação interdisciplinar para a pesquisa.

Como as questões ambientais impuseram grandes mudanças no entendimento da relação pessoa-ambiente (BONNES; BONAIUTO, 2002; GIULIANI; SCOPELLITI, 2009; STOKOLS, 1995), houve necessidade de se prestar atenção na interdependência dos aspectos envolvidos nas ações individuais em um ambiente específico e nas características multiníveis dessas interdependências, partindo-se do nível mais individual, local e circunscrito para o mais coletivo, abrangente e geral (BONNES; BONAIUTO, 2002). Tal necessidade colocou em evidência a contribuição da psicologia para a temática ambiental.

Pol (2007) explica que, desde a década de 60, surgiram trabalhos investigando a preocupação ambiental dentro da psicologia. A partir dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, ocorreu, segundo o autor, a chamada “virada verde”. Houve, portanto, uma intensificação dos estudos voltados para a relação comportamento-ambiente com maior preocupação com o impacto no ambiente natural. Até então, os estudos tinham se direcionado para a investigação de problemas que envolvessem o ambiente urbano e sua dinâmica. O autor, sob

a perspectiva histórica, aponta que o momento atual é o da Psicologia Ambiental da Sustentabilidade ou da Psicologia Ambiental Verde, corroborado por Bonnes e Bonaiuto (2002). O autor fala em quatro fases: (a) a psicologia ambiental; (b) a transição americana; (c) a psicologia da arquitetura e, (d) a psicologia da sustentabilidade (Pol, 2006, 2007). A análise da bibliografia reforça essa trajetória, ao mostrar que o tema pró-ambiental centrado, sobretudo nas atitudes e no comportamento, é o mais prevalente na área, seguido de cognição espacial, ligação ao lugar ou identidade de lugar (Milfont; Page, 2013).

Portanto, o estudo do comportamento ecológico tem-se inserido na agenda permanente da Psicologia Ambiental. Torna-se, assim, um desafio lidar com essa nova forma de ver a relação pessoa-ambiente físico, que pressupõe uma visão holística, sistêmica e dinâmica, integrando a perspectiva do espaço e do tempo, do individual, grupal e global e dos seres vivos e não vivos (BONNES; BONAIUTO, 2002). Essa empreitada só parece possível se for partilhada por todas as áreas de conhecimento, construindo-se um diálogo entre as áreas e para além delas.

Ao analisar as publicações clássicas no principal periódico da área, *Journal of Environmental Psychology*, conclui-se que um dos papéis dessas publicações tem sido caracterizar a área, mas também de potencializar o seu aspecto interdisciplinar (MILFONT; PAGE, 2013). O presente texto segue essa vocação interdisciplinar e propõe além disso. Ao mostrar que a intersecção entre a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental centra-se na compreensão de que a ação humana tem gerado problemas ambientais os quais têm impactado a vida – humana e não humana –, evidencia-se que essa parceria entre as duas áreas é fundamental. Importante destacar que a Educação Ambiental que se apresenta aqui tem seu foco não no ambiente físico, seja natural ou construído, mas no desenvolvimento pessoal, social e ambiental de maneira inter-relacionada, com vistas a um melhor posicionamento das pessoas nos processos de vida e no mundo em que habitam. Ao estabelecerem um diálogo, essas áreas partem de perspectivas distintas na forma de abordar a problemática ambiental, mas convergem na

importância que deve ser dada à mesma, trazendo conhecimentos, experiências e métodos para a solução dos problemas estudados.

Para que haja mudança no comportamento das pessoas acerca das questões ambientais, a educação torna-se fundamental. Entretanto, integrando os conhecimentos advindos da Psicologia Ambiental, a construção de uma nova prática a partir de métodos que possam investigar e implementar mudanças em uma perspectiva de retroalimentação teoria e prática parece ser a mais adequada (DELABRIDA, 2011).

Propõe-se, portanto, a necessidade de uma nova fase de entendimento da relação pessoa-ambiente e da relação entre as diferentes áreas em função da complexidade das questões ambientais. Dada a necessidade de análise em diferentes níveis, exigindo diferentes métodos, de diferentes áreas, e da tradução desses resultados em implementação de uma prática que apresente soluções, caminha-se na construção de uma visão e uma ação transdisciplinar. Pressupõe-se a necessidade de uma intersecção de conhecimentos e saberes de diferentes áreas para que se possam compreender as questões que envolvem a relação pessoa e ambiente de maneira mais holística, sistêmica e dinâmica que a interdisciplinaridade parece não mais atender.

Transdisciplinaridade – um novo olhar sobre a realidade

Considerando-se que as novas problemáticas exigem novas abordagens, emergem nesse contexto as concepções de interdisciplinaridade e, posteriormente, de transdisciplinaridade. Trata-se de uma clara referência de que apenas uma área do conhecimento não seria capaz de oferecer explicações e soluções possíveis ao enfrentamento dessa realidade complexa relativa aos problemas socioambientais da contemporaneidade, com múltiplas dimensões inter-relacionadas. Significa lidar com o novo a partir de um novo olhar. Entretanto, não em uma perspectiva pluridisciplinar, em que se continua inscri-

to na estrutura disciplinar (NICOLESCU, 1999) para gerar novos conhecimentos. Nesse sentido, surge uma visão interdisciplinar, em que as fronteiras das áreas de conhecimento se alargam e sobrepõem, surgindo, inclusive, novas áreas dessa integração. A interdisciplinaridade, conforme Nicolescu (1999), é caracterizada especificamente pela transferência do método de uma disciplina para outra, podendo ser distinguida em três graus: de aplicação, epistemológico e de geração de novas disciplinas. A ideia de interdisciplinaridade se refere a uma comunicação entre as áreas de conhecimento, o estabelecimento de uma relação entre elas.

Segundo Moser (2005), a abordagem interdisciplinar é uma abordagem paralela de um mesmo objeto ou problema, tendo uma trajetória disciplinar com um desfecho final confrontativo para uma conclusão em conjunto, que garante a ecologia da proposta, conforme ilustrado pela figura 1, abaixo.

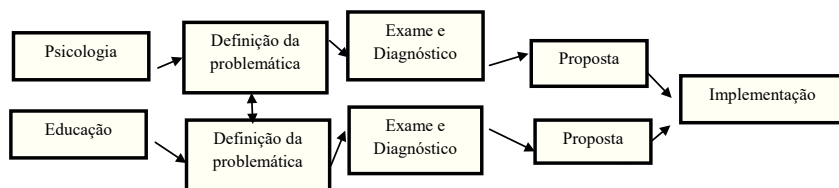


Figura 1: Processo interdisciplinar voltado para a solução de problemas socioambientais, inspirado em Moser (2005)

Segundo Uzzell (2005), a forma de conexão entre diferentes áreas pode ser o método. Para o autor, o uso do método é uma forma de comunicação, que pode ser benéfica ou maléfica, a depender se for usada para aumentar a comunicação ou para aumentar o feudo de cada área. O autor destaca os métodos como instrumentos políticos, de melhoria da compreensão, de caracterização da forma como as trocas serão feitas entre as áreas. Entretanto, o aspecto mais importante é que o emprego de um método e as trocas metodológi-

cas estabelecidas possuam uma implicação ética. Para ele, “a adoção de metodologias em um contexto interdisciplinar também requer a adoção de padrões éticos supostos de acompanhar o seu emprego” (Uzzell, 2005, p. 196).

Sendo assim, o autor aponta a necessidade do uso do método por áreas distintas ser acompanhado não apenas por um treino na execução do mesmo, mas também de um entendimento das suas aplicações e limitações e de uma discussão das implicações éticas da sua utilização. Os diferentes métodos não podem ser usados por outras áreas como meros instrumentos técnicos. Eles carregam em si todo o processo de construção de conhecimento que aquela área desenvolveu. Portanto, a sua utilização implica em um conhecimento mais abrangente, que englobe seus processos, seus conceitos e sua postura ética, mostrando que há a necessidade de caminhar para uma relação entre as áreas que seja mais complexa e abrangente.

Apesar de avançar em relação à pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade permanece na estrutura disciplinar. Portanto, não atende às exigências de um novo olhar sobre a realidade socioambiental complexa e multidimensional. Nesse sentido, emerge a concepção de transdisciplinaridade, que tem seu surgimento historicamente situado em um evento internacional realizado em 1994 (SANTOS, 1995). Busca-se, assim, o rompimento com as fronteiras de áreas de conhecimento específicas. Integram-se, também, conhecimentos e saberes não científicos e sistematizados visando uma unidade do conhecimento do mundo presente, que pretende ser complexo. Na perspectiva transdisciplinar, o foco está no objeto, que é analisado sob diversos pontos de vista.

Considerando-se que é um novo modo de olhar e de atuar nessa realidade, os avanços alcançados até então se referem mais à dimensão epistemológica do que à realidade concreta do fazer transdisciplinar. É um processo em construção, que desafia os pesquisadores da temática ambiental e, sobretudo, os educadores e psicólogos am-

bientais. Segundo Baumgarten (2009), há ainda um longo caminho a percorrer para haver uma aplicação prática dessa construção epistemológica. Compreende-se, nessa perspectiva, que há uma relação de complementaridade entre as diversas abordagens na busca de soluções conjuntas para os problemas complexos enfrentados pela sociedade no mundo contemporâneo, destacando-se, nesse caso, os ambientais. Abordados de forma integrada, os conhecimentos específicos gerados podem contribuir para a compreensão do comportamento ecológico em suas especificidades, relações e inter-relações e favorecer a transformação das relações de maneira a reduzir os impactos ambientais negativos, bem como desenvolver comportamentos que promovam a sustentabilidade.

Sustentabilidade – um diálogo transdisciplinar

Sustentabilidade, nessa perspectiva, pressupõe equilíbrio entre diversos aspectos de uma mesma relação ou realidade e postula uma preocupação genuína com as condições de vida das atuais e das futuras gerações. Falar em sustentabilidade na ecologia é falar de garantias para que as próximas gerações tenham condições de desfrutar dos mesmos benefícios que as atuais gerações desfrutaram, ou ainda melhor (PATO, 2004). Observa-se, assim, congruência entre a abordagem transdisciplinar e a concepção sistêmica visando à sustentação da vida em suas múltiplas formas e expressões.

Nessa perspectiva, sustentabilidade implica em ver a natureza e o meio ambiente como um bem comum, um patrimônio de todos, da humanidade. Significa, também, que todas as pessoas tenham condições dignas de existência sem destruir a base natural, com respeito à diversidade cultural (LOUREIRO, 2014). Sustentabilidade significa, portanto, mais do que o uso e a exploração racional dos recursos naturais e de maneira não predatória, dentro dos limites de crescimento e da capacidade de suporte dos ecossistemas (BRASIL, 1997; DIAS, 2010).

Conceber a natureza como um recurso a ser usado e explorado, ainda que se considere os limites e a responsabilidade desse uso, reflete uma visão compatível com a de desenvolvimento sustentável, que reafirma as bases atuais de injustiça socioambiental. Portanto, mantém a mesma lógica antropocêntrica ou etnocêntrica, ao contrário da visão ecocêntrica e sistêmica, que se coaduna com a sustentabilidade.

Conforme defende Loureiro (2014), não é possível sustentar um padrão de vida para alguns em detrimento do péssimo padrão de vida para outros e com base no uso abusivo da natureza. Portanto, falar em sustentabilidade, considerando exclusivamente a dimensão econômica, e ignorar a desigualdade nas relações sociais no mundo contemporâneo, assim como as demais manifestações da vida, seria uma falácia.

Sob a ótica de uma nova ética, o conceito de sustentabilidade específica do equilíbrio com a natureza se constitui por uma mudança no sistema social e econômico. Resgata-se o valor da natureza em si mesma e não como um recurso a ser usado ou explorado. Do mesmo modo, essa natureza passa a ser compreendida como um bem em si mesmo, um patrimônio imaterial da humanidade, ao contrário de um capital ao seu dispor (HIGUCHI; PATO, 2018). Na direção desse processo de mudança há os saberes acumulados por ambientalistas, pessoas e comunidades diversas que, por estabelecerem uma conexão com a natureza, atuam num sentido de co-responsabilidade e promovem um cuidado ambiental que contribui para a manutenção da qualidade de vida das pessoas, das comunidades e de suas localidades. Nesse sentido, possibilitam a conservação desses espaços e saberes, bem como se engajam em multiplicar esses saberes e envolver mais pessoas nesse cuidado, buscando a sustentabilidade da vida planetária. Natureza e cultura, portanto, estão interconectadas na perspectiva da sustentabilidade.

Sob a perspectiva da sustentabilidade, parece ser mais viável estabelecer um foco transdisciplinar, e que as disciplinas trabalhem em

colaboração em todos os estágios, seja na investigação de um problema, seja na implementação de uma intervenção. Essa deve ser uma das metas para o estudo da relação pessoa-ambiente (MOSER, 2005).

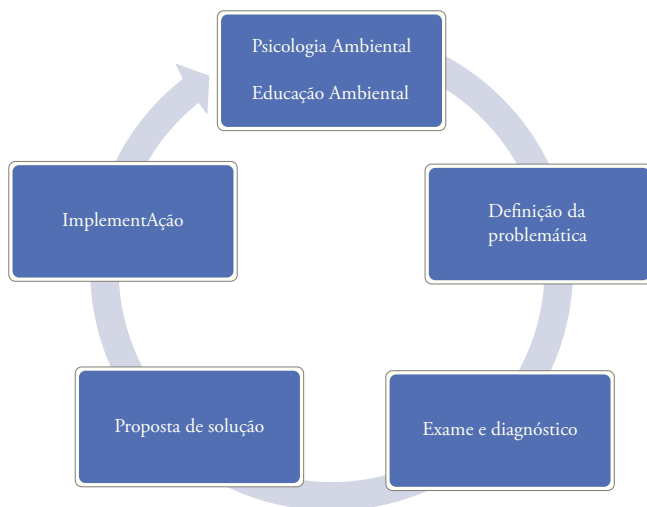


Figura 2: Proposta transdisciplinar para ações relativas à problemática socioambiental em contextos formativos.

Comportamento ecológico – a chave que liga, desliga e [re]liga

Tomando-se como referência a complexidade da problemática ambiental, abordagem sistêmica e transdisciplinar e a busca da sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões, observa-se a centralidade que o comportamento humano assume, compreendido em sua especificidade ambiental como comportamento ecológico. O comportamento ecológico, concebido em sua complexidade, abran-

ge tanto as intenções claras e conscientes das ações em favor do meio ambiente quanto o impacto destas sobre o meio. É a ação humana que visa contribuir para a proteção do meio ambiente ou minimizar o impacto ambiental dessas ações (PATO; CAMPOS, 2011).

Comportamento ecológico abarca as dimensões “pessoal”, refletida no consumo sustentável e no autocuidado, por exemplo, com a própria saúde; “social”, revelando altruísmo e preocupação com os outros indistintamente (tanto os conhecidos e mais próximos quanto os demais seres e grupos sociais); e “ambiental”, expressando aspectos políticos, presentes no ativismo ambiental; econômicos, de uso racional dos recursos; e ecológicos, de cuidado com outros seres vivos e (não vivos), como plantas, animais e água (PATO; CORRAL-VERDUGO, 2014).

Esse comportamento é o alvo principal da Educação Ambiental e, como já dito, um dos principais focos de interesse da Psicologia Ambiental. Essa perspectiva complexa e multidimensional no contexto socioambiental atual e seus inúmeros desafios requer, sem dúvida, uma aliança solidária entre essas duas áreas do conhecimento, a fim de enraizá-lo na sociedade contemporânea. Assim, esse diálogo transdisciplinar poderá contribuir para a cidadania ecológica, na qual o ser humano assume seu papel de cidadão, e o bem comum é um valor a ser protegido por todos.

Considerações Finais

Na Educação Ambiental observa-se uma ênfase em abordagens qualitativas e de intervenção (PATO; SÁ; CATALÃO, 2009), possivelmente devido ao foco primordial de atuação sobre a formação dos sujeitos e a transformação socioambiental da realidade. Já na Psicologia Ambiental tem-se um aporte maior e diversificado, a partir das diversas áreas da psicologia que a fundamentam e com seus diferentes métodos. Diante da complexidade dos fenômenos comportamentais associados à temática ambiental, já mapeados pela Psicologia Ambiental, depreende-se que o uso de um único méto-

do pela Educação Ambiental, a saber, o qualitativo, não oferece as condições necessárias para abordagem dessa realidade. Muito menos para a sua transformação, como pretendido.

Como assegurar, por exemplo, que as ações de sensibilização e mobilização de pessoas, comunidades e instituições alcancem seus objetivos, geralmente associados à recuperação de áreas degradadas, valorização de ambientes naturais e de convivência, responsabilização pessoal e coletiva, construção de parcerias com vistas à gestão ambiental democrática, entre outros, com base exclusivamente na percepção dos educadores ambientais e nos depoimentos dos participantes desses processos? Como supor que tais intervenções promovam o despertar do interesse pela temática ambiental, a valorização da natureza em si mesma e a atitude de cuidado, entre outros aspectos de interesse dos educadores ambientais, sem considerar, por exemplo, o aporte teórico de como as pessoas formam crenças e valores, como mudam comportamentos, como aprendem e se desenvolvem, e assim por diante? Por sua vez, a Educação Ambiental, com sua vasta experiência de atuação e sua capilaridade, no sistema formal e não formal de ensino, oferece um rico e diversificado campo de pesquisa e atuação para a psicologia ambiental. No ambiente educacional, seja ele formal e escolar ou não, está um contexto concreto da vida real que é promissor e precisa ser desvelado pela aliança entre Psicologia Ambiental e Educação Ambiental.

Estudos recentes têm apontado que esse é um caminho produtivo, quando investigaram crianças e jovens em situações formais e informais de ensino. Os resultados apontam, por exemplo, que a exploração do ambiente natural e da biodiversidade pelas crianças, aguçadas pela curiosidade da descoberta, contribui para a motivação de aprendizagem, promove uma visão de integração com a natureza e predispõe para a responsabilidade pessoal de proteção desta (KIMBLE, 2014). Destacam, também, que estudantes de escolas secundárias (ensino médio) que apreciam a natureza de forma contemplati-

va, e costumam ter contato com ela, são mais propensos à proteção e à conservação ambiental (KIBBE; BOGNER; KAISER, 2014).

No Brasil, estudo de método autoecobiográfico com estudantes de uma escola pública do Distrito Federal residentes em aterro sanitário, todos filhos de catadores de recicláveis, revelou que a escola desconhece a realidade socioambiental de seus alunos. Com o processo narrativo e as oficinas vivenciais, crianças na faixa etária de 8 anos revelaram conexão com a natureza, compartilharam comportamentos de proteção ambiental e evidenciaram valores de respeito e cuidado com animais, plantas, colegas, professores e o patrimônio da escola. Nesse processo, constroem identidade com o lugar: a escola (VIEIRA; PATO, 2017).

Desse modo, a Psicologia e a Educação, em estreita colaboração e atuação, num diálogo transdisciplinar, podem possibilitar intervenções na realidade socioambiental para formar pessoas, conscientizá-las dos problemas enfrentados em suas múltiplas dimensões, oferecer oportunidades de reflexão e de ação criativa, valorizando os seus saberes e as suas experiências, buscando a formação em rede, ou de multiplicação. Além disso, podem contribuir para o aprendizado de novas formas de lidar com as situações que se apresentam e a busca de soluções conjuntas que garantam a valorização dos saberes, a conservação das comunidades, dos espaços de convivência, naturais ou construídos, e da vida com qualidade, de maneira geral.

Referências

ARAGONÉS, J. I.; Amérigo, M. **Psicología Ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2010.

BAUMGARTEN, M. A prática científica na “era do conhecimento”: metodologia e transdisciplinaridade. **Sociologias**, v. 11, n. 22, p. 14-20, 2009.

BEST, H.; MAYERL, J. Values, beliefs, attitudes: An empirical study on the structure of environmental concern and recycling participation. **Social Science Quarterly**, v. 94, n. 3, p. 691-714, 2013.

BONNES, M.; BONAIUTO, M. Environmental Psychology: From Spatial-Physical Environment to Sustainable Development. In: Bechtel, R.; Churchman, A. (Eds.). **Handbook of environmental psychology**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2002. p. 28-54.

BONNES, M.; FORNARA, F.; CARRUS, G. As origens da psicologia ambiental e os “fatores externos”. In: SOCZKA, L. (Ed.). **Contextos Humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 67-90.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.795** de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 Abril 1999, p. 1.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Temas Transversais. Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Resolução CNE/CPNº2/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 18 de Junho de 2012, seção I, p. 70.

BROEK, K. V. D.; BOLDERDIJK, J. W.; STEG, L. Individual differences in values determine the relative effectiveness of biospheric, economic and combined appeals. **Journal of Environmental Psychology** v. 53, p. 1-39, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.07.009>.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação. In: Layrargues, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24.

CORRALIZA, J. A.; BERENGUER, J. Environmental values, beliefs, and actions. A situational approach. **Environment and Behavior**, v. 32, n. 6, p. 832-848, 2000.

DELABRIDA, Z. N. C. Pesquisa-ação. In: Cavalcante, S.; Elali, G. A. (Orgs.) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 234-242.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental, Princípios e Práticas**. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2010.

GARCÍA MIRA, R. Sostenibilidad y cultura ambiental: aspectos psicosociales, educativos y de participación pública. In: García Mira, R.; Marcote, P. V. (Eds.). **Sostenibilidad, valores y cultura ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2009. p. 31-55.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GIFFORD, R. The Dragons of Inaction: Psychological Barriers That Limit Climate Change Mitigation and Adaptation. **American Psychologist**, v. 66, n. 4, p. 290-302, 2011.

GIFFORD, R. Environmental psychology matters. **Annual review of psychology**, v. 65, 2014.

GIULIANI, M. V.; SCOPELLITI, M. Empirical research in environmental psychology: Past, present, and future. **Journal of Environmental Psychology**, v. 29, n. 3, p. 375-386, 2009.

HARTMANN, P.; EISEND, P.; APAOLAZA, V.; D'SOUZA, C. Warm glow vs. altruistic values: How important is intrinsic emotional reward in proenvironmental behavior? **Journal of Environmental Psychology**, v. 52, p. 43-55, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.05.006>.

HIGUCHI, M. I. G.; PATO, C. Sustentabilidade. In: Cavalcante, S.; Elali, G. A. (Orgs.). **Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 217-227.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 118, 189-206, 2003.

KIBBE, A.; BOGNER, F. X.; KAISER, F. Exploitative vs. appreciative use of nature – Two interpretations of utilization and their relevance for environmental education. **Studies in Educational Evaluation**, v. 41, p. 106-112, 2014.

KIMBLE, G. Children learning about biodiversity at an environment centre, a museum and at live animal shows. **Studies in Educational Evaluation** v. 41, p. 48–57, 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.stueduc.2013.09.005>>.0191-491X.

LAURENCE, G. A.; FRIED, Y.; SLOWIK, L. H. “My space”: A moderated mediation model of the effect of architectural and experienced privacy and workspace personalization on emotional exhaustion at work. **Journal of environmental Psychology**, v. 36, p. 144-152, 2013.

LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2002.

LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**: Um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2014.

MILFONT, T. L.; DUCKITT, J.; WAGNER, C. A Cross-Cultural Test of the Value-Attitude-Behavior Hierarchy. **Journal of Applied Social Psychology** v. 40, n. 11, p. 2791-2813, 2010.

MILFONT, T. L.; PAGE, E. A bibliometric review of the first thirty years of the Journal of Environmental Psychology. **Psychology**, v. 4, n. 2, p. 195-216, 2013.

MOSER, G. Psicologia Ambiental e Estudos Pessoas-Ambiente: Que Tipo de Colaboração Multidisciplinar? **Psicologia Usp**, v. 16, n. 1-2, p. 131-140, 2005.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 1999.

OLIVOS-JARA, P.; ARAGONÉS, J. I; NAVARRO-CARRASCAL, O. Educación ambiental: Itinerário en la naturaleza y su relación con conectividad, preocupaciones ambientales y conducta. **Revista Latinoamericana de Psicología**, España, v. 45, n. 3, p. 503-513, 2013.

PATO, C.; CAMPOS, C. B. Comportamento Ecológico. In: Cavalcante, S.; Elali, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 122-143.

PATO, C.; CORRAL-VERDUGO, V. Conduta sustentável: autocuidado, cuidado com os outros e com o planeta. I Congresso Brasileiro de Psicologia Positiva. Porto Alegre: UFRGS, 2014. **Anais**.

PATO, C.; SÁ, L. M.; CATALÃO, V. M. L. Mapeamento de tendências na produção acadêmica sobre educação ambiental. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 213-233, 2009.

PATO, C.; TAMAYO, A. Valores, Creencias Ambientales y Comportamiento Ecológico de Activismo. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v.17, n. 1, p. 51-66, 2006.

PATO, C.; TAMAYO, A. Valores, creencias ambientales y comportamiento ecológico de ahorro de agua y energía. **Revista de Psicología Social**, v. 22, p. 245-253, 2007.

POL, E. Blueprints for a History of Environmental Psychology (I): From First Birth to American Transition. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 7, n. 2, p. 95-113, 2006.

POL, E. Blueprints for a History of Environmental Psychology (II): From Architectural Psychology to challenge of sustainability. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 8, n. 1-2, p. 1-28, 2007.

SANTOS, R. P. Transdisciplinaridade. **Cadernos de Educação**, Lisboa: Instituto Piaget, v. 8, p. 7-9, 1995.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: Sato, M.; Carvalho, I. C. M. (Orgs.). **A pesquisa em educação ambiental**: Cartografias de uma identidade narrativa em formação. Porto Alegre: Artmed, 2005a. p.17-45.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: Possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005b.

SAUVÉ, L. Viver juntos em nossa Terra: **Desafios contemporâneos da educação ambiental**. Contrapontos v. 16, n. 2, p. 288-299, 2016.

SCHULTZ, P. W. (2014). Strategies for promoting proenvironmental behavior: Lots of tools but few instructions. **European Psychologist**, v. 19, n. 2, 107-117. <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040/a000163>

SCHULTZ, P. W. Inclusion With Nature: The Psychology of Human-Nature Relations. In: SCHMUCK, P.; SCHULTZ, P. W. (Eds.). **Psychology of Sustainable Development**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 61-78.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.A. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 285-299, 2005.

STOKOLS, D. The paradox of environmental psychology. **American Psychologist**, v. 50, n. 10, p. 821-837, 1995. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.50.10.821>

UZZELL, D. Questionando os métodos na pesquisa e prática interdisciplinares da Psicologia Ambiental. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 185-199, 2005.

VIEIRA, C. M. C.; PATO, C. A práxis do viver como epistemologia: o saber sentido da/na escola como forma de emancipação da condição humana no viver na terra. **Ambiental Mente Sustentable**, v. 1, n. 23-24, p. 263-279, 2017.

ZELENSKI, J. M.; NISBET, E. K. Happiness and Feeling Connected: The Distinct Role of Nature Relatedness. **Environment and Behavior**, v. 46, n. 1, p. 3-23, 2014. <http://dx.doi.org/10.1177/0013916512451901>

Capítulo 3

Ambientes para crianças pequenas

Mara Ignes Campos-de-Carvalho¹

Gleice Azambuja Elali²

Introdução

O desenvolvimento humano acontece no ambiente, não pode prescindir dele. A interação pessoa-ambiente contribui para esse desenvolvimento à medida que estimula os sentidos, possibilita oportunidades para aprimoramento de competências e sociabilidade, propicia sensações de segurança e autoconfiança e promove a identidade pessoal (CAMPOS-DE-CARVALHO; ROSSETTI-FERREIRA, 1993; WEINSTEIN; DAVID, 1993; ZALBAZA, 1998). Portanto, para entender o desenvolvimento é essencial reconhecer o local onde ele ocorre, em termos de seus aspectos físicos (dimensões, materiais, mobiliário, condições térmicas, lumínicas e acústicas, entre outros) e socioculturais (grupos sociais e etários representados, manifestações

.....
¹ Psicóloga, professora doutora, docente aposentada da Universidade de São Paulo / Ribeirão Preto – in memoriam.

² Arquiteta-urbanista e psicóloga, professora doutora, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. gleiceae@gmail.com

culturais, condições de sociabilidade, exigências, potencialidades, entre outros). Tal conhecimento pode alimentar o planejamento dos ambientes que nos acolhem e colaborar para a qualidade de vida de todos.

Sob tal ponto de vista, é importante que as pesquisas nesse campo aconteçam em um contexto ambiental representativo do fenômeno sob estudo e de modo a preservar a complexidade do sistema ecológico na análise de seus componentes, condição que Stokols (1992) denomina ‘validade ecológica’ da pesquisa. A decisão de realizar uma investigação ecologicamente válida, além de refletir as escolhas teórico-metodológicas do pesquisador, precisa considerar aspectos do planejamento da investigação, como tempo, pessoal e recursos financeiros disponíveis para sua execução (CAMPOS-DE-CARVALHO; ELALI, 2017). Para tanto, é importante que os projetos de pesquisa nesse campo tenham como base teórico-metodológica o experimento ecológico (BRONFENBRENNER, 1996) e que recorram a técnicas que documentem o comportamento socioespacial humano ali presente, com indicação das pessoas envolvidas, das características das atividades, sua localização espacial e tempo.

Construído a partir dessa perspectiva, este texto focaliza ambientes que favorecem as interações (comportamento social) entre crianças pequenas (2 a 5 anos) e podem ser considerados representativos para as experiências em grupos. Ele volta-se especialmente para os ambientes ‘salas de atividades em creches’ e ‘*playgrounds*’, que foram estudados em condições configuradas como experimentos ecológicos. Nesse contexto, ressaltamos dois conceitos essenciais para estimular a autonomia da criança pequena em seu desenvolvimento e que estruturam esta narrativa: arranjo espacial e docilidade ambiental. Cada tópico começa por apresentar o respectivo conceito de modo resumido, complementando-o ao apontar cuidados metodológicos importantes para sua investigação e com a indicação de alguns resultados de pesquisas que o aplicam ao universo infantil.

Arranjo espacial

A maneira como móveis e equipamentos estão posicionados em um ambiente, sua relação entre si e com o local como um todo, é tecnicamente identificada como arranjo espacial (CAMPOS-DE-CARVALHO, 2004; 2011; LEGENDRE, 1985, 1999).

No contexto de creches, a relação entre o arranjo espacial das salas de atividades livres, o modo como estes espaços são ocupados pelas crianças pequenas e as relações sociais que elas estabelecem entre si e com a educadora foram investigadas por Campos-de-Carvalho e colaboradores, em várias situações (CAMPOS-DE-CARVALHO; MINGORANCE, 1999; CAMPOS-DE-CARVALHO; PADOVANI, 2000; CAMPOS-DE-CARVALHO; ROSSETTI-FERREIRA, 1993; MENEGHINI; CAMPOS-DE-CARVALHO, 2000). Um dos principais focos destas pesquisas é o papel das zonas circunscritas no comportamento infantil. Zonas circunscritas (LEGENDRE, 1999) são áreas delimitadas por barreiras baixas em pelo menos três de seus lados. Tais barreiras podem ser estruturadas por mobiliário, parede, desnível do solo, entre outros. No contexto em estudo, o arranjo espacial habitual da sala onde acontecem as atividades livres das crianças é caracterizado por um espaço central vazio e pela ausência de zonas circunscritas. Este espaço é transformado por meio da introdução de estantes baixas de madeira, as quais inicialmente permanecem junto às paredes laterais do local (para que as crianças “se acostumem” com elas), sendo ajustadas a novas posições na continuidade da pesquisa.

Os principais estudos nesse campo têm examinado a influência de três diferentes tipos de variáveis na ocupação do espaço:

1. variáveis do contexto imediato – manipulações relacionadas à localização e tamanho das zonas circunscritas (CAMPOS-DE-CARVALHO; MINGORANCE, 1999; CAMPOS-DE-CARVALHO; ROSSETTI-FERREIRA, 1993).

2. variáveis da situação de interação – relações entre o tamanho dos agrupamentos (quantidade de crianças) e o uso do espaço (CAMPOS-DE-CARVALHO; PADOVANI, 2000; MENECHINI; CAMPOS-DE-CARVALHO, 1997). _

3. variáveis pessoais – frequência de interação entre crianças e parte específica do espaço ocupado por elas, em função da sua idade e competência social, formando diferentes subgrupos de interação (MENECHINI; CAMPOS-DE-CARVALHO, 2000).

Em linhas gerais, tais pesquisas mostram que, com relação ao arranjo tradicional, a presença de zonas circunscritas favorece:

- aumento da autonomia das crianças, e redução da sua dependência com relação ao educador;
- socialização entre coetâneos;
- diminuição da interferência de terceiros nas brincadeiras (voluntária ou não);
- permissão de situações de privacidade;
- maior envolvimento das crianças com brincadeiras do tipo ‘faz-de-conta’ e ‘imitação do cotidiano’ (como tomar café, cuidar de bebês, fazer refeições);
- estímulo à apropriação do espaço pelas crianças, e sua participação nos ajustes no ambiente.

Visando garantir sua validade ecológica, nas pesquisas supracitadas, cuidados metodológicos costumam ser tomados visando a manutenção da rotina da turma durante os experimentos, tais como: (a) a coleta de dados por meio de fotografias ou vídeo de funcionamento automático, colocadas estrategicamente na sala e, portanto, sem a presença do pesquisador e do operador das câmeras; (b) observações realizadas no local e horário habitual das atividades livres

das crianças, e apenas quando estavam presentes a educadora e, no mínimo, 70% dos inscritos; (c) sessões com duração equivalente ao tempo de atividades estabelecido no programa escolar; (d) uso de materiais presentes na sala, habitualmente utilizados pelo grupo e pertencentes à creche.

À semelhança de resultados publicados por Legendre (1999) sobre investigações com crianças com 2 e 3 anos em creches parisienses, os estudos brasileiros mostram a interdependência entre arranjo espacial e ocupação do espaço por essa faixa etária. Além disso, em termos da atuação pedagógica em educação infantil, essas pesquisas mostram que manipulações de baixo custo (em termos de tempo, esforço físico e valor financeiro) podem auxiliar os educadores a alterar o ambiente físico da sala de atividades infantis, estimulando a interação entre crianças e exigindo menor intermediação direta dos adultos durante suas atividades livres.

A docilidade ambiental

A plasticidade do ambiente para acomodar as competências e habilidades da pessoa, de modo a compensar suas dificuldades e facilitar seus comportamentos, é conhecida como docilidade ambiental (LAWTON, 1990). Ao observarem idosos, Lawton e Nahemow (1973) constataram que, diferentemente do que acontecia com pessoas habilitadas, o comportamento de pessoas com habilidades reduzidas era fortemente influenciado pelas variações nas demandas ambientais. Partindo dessa concepção, os autores definiram como “dóceis” aqueles ambientes que possibilitam cada indivíduo atuar em sua zona de desempenho, otimizando, portanto, a utilização de suas capacidades. Assim, para a docilidade ambiental, contribuem tanto as características da pessoa (habilidades, personalidade, motivações e demandas internas) quanto as do ambiente (condições psicossociais e físicas presentes, o que abrange desde a existência de

redes sociais de apoio àquela pessoa até o tipo de manutenção da calçada que necessita utilizar).

Ampliando essa argumentação a partir da perspectiva teórica do curso de vida, ou *life-span* (BALTES; LINDENBERGER; STAUDINGER, 2006), Günther e Elali (2017) inferiram ser plausível extrapolar o conceito de Lawton, indicando ser possível “enxergar modalidades de docilidade ambiental em outras fases de vida” (p. 49). Essa possibilidade, além de reconhecer que as diferentes habilidades e necessidades individuais inerentes ao desenvolvimento humano se modificam a cada nova etapa de vida, reforça a importância das relações pessoa-ambiente para esse desenvolvimento, na medida em que ressalta mudanças (quer previsíveis quer eventuais) que são continuamente traduzidas pelo ‘comportamento socioespacial’ (PINHEIRO; ELALI, 2011).

Sob esse ponto de vista, investigações de crianças utilizando *playgrounds* localizados em pátios escolares (ELALI, 2002, 2003, 2011; FERNANDES; ELALI, 2008) e em áreas livres urbanas (*open spaces* – KUHNEN; MOREIRA; PERES, 2018) evidenciam a importância de se considerar a docilidade ambiental, uma vez que, em tais locais, os espaços, brinquedos e/ou equipamentos existentes podem tornar-se facilitadores ou dificultadores/inibidores das atividades infantis e, portanto, do seu desenvolvimento. Vários destes estudos têm recorrido ao mapeamento comportamental em suas modalidades “centrado no lugar” e “centrado na pessoa”, como modo de registro do comportamento humano vinculado ao espaço em que acontece e ao tempo de sua duração (PINHEIRO; ELALI; FERNANDES, 2008; SOMMER; SOMMER, 2002).

Essas investigações mostram que as atividades realizadas pelas crianças e os modos de interação social entre elas e delas com os adultos variam de setor para setor, e estão relacionadas a suas características físicas e sociais. Esse tipo de constatação corrobora as indicações de Sager, Sperb, Roazzi e Martins (2003) ao destacarem

que o ambiente em que as crianças brincam influencia o modo como elas interagem entre si, o que pode se tornar ainda mais evidente em locais nos quais elas se sentem desobrigadas de atividades pedagógicas, podendo agir mais livremente.

Nesse sentido, os percursos e brincadeiras dos pequenos usuários também são influenciados pela sua faixa etária, pois, de acordo com Fernandes (2006):

1. aos três anos, embora as crianças costumem explorar ativamente o ambiente, mantém contínuo contato visual com os adultos ali presentes;
2. aos quatro anos elas exploram o ambiente de modo eficiente, demonstram familiaridade com os espaços e facilidade para usar os equipamentos disponíveis, notadamente os brinquedos do playground, além de se desligarem facilmente do adulto responsável;
3. aos cinco anos, elas participam ativamente de atividades associativas (jogos), costumam permanecer mais tempo em um local e não dependem do controle visual do adulto (chegando até a evitá-lo).

Tais estudos ainda mostram que as brincadeiras em grupo entre as crianças maiores geralmente acontecem em áreas sombreadas ou quadra pavimentada (uso de bola), enquanto as menores demonstram preferir o *playground*. Também se observa que a presença de adultos (pais ou responsáveis) auxiliando uma criança reduz a interação entre coetâneos, uma vez que a atenção da criança atendida fica quase totalmente focada neles. Assim, nos *playgrounds* em que há bancos para os adultos se sentarem enquanto observam a brincadeira infantil, as crianças tendem a interagir mais entre si. Aponta-se, ainda, para a necessidade de, ao participarem da brincadeira (em geral para auxiliar uma criança menos hábil), os adultos procurarem interagir com outras crianças ali presentes, estimulando a socialização do grupo.

Além disso, nota-se facilmente que crianças de idades diferentes podem utilizar os equipamentos do *playground* de modo diferenciado (FERNANDES; ELALI, 2008; ELALI, 2011; SARMENTO et al., 2013), para o que concorrem as *affordances* neles percebidas. O conceito de *affordance* (GIBSON, 1986; GÜNTHER, 2011) diz respeito àquilo que os objetos ou ambientes comunicam naturalmente aos organismos que os observam, quer tais qualidades sejam objetivas ou subjetivas. As *affordances* detectadas por um organismo podem ser traduzidas em possibilidades de ação (ZIGLARI, 2008), passando a influenciar o programa que ali se desenrola (MONTE-NEGRO; ELALI; GOMES, 2011; PERES; RAYMUNDO; FELIPE; KUHNEN, 2017).

Assim, por exemplo, enquanto as crianças menores (3 anos) usam o escorregador para subir, sentar-se e descer deslizando pela rampa inclinada, as maiores detectam outros modos de usá-lo, não sendo incomum vê-las descendo em posição invertida (com as costas para cima ou, ainda, com a cabeça para baixo), ou mesmo subindo ao contrário pela rampa. Também a gangorra ilustra essa diversidade de *affordances*: enquanto as crianças menores a usam para o movimento habitual (subir e descer em posição sentada), geralmente apoiadas por um adulto, à medida que crescem elas começam a descobrir novos modos de brincar, criando jogos complexos que envolvem manterem-se em equilíbrio na tábua ou usá-la como obstáculo a ser transposto (pela parte inferior ou superior) a fim de atingirem algum objetivo.

Esse tipo de resultado soma-se a outros estudos em *playgrounds*, como o realizado por Raymundo, Kuhnén e Soares (2011), no qual as autoras observaram a ocupação mais frequente do balanço e da caixa de areia pelas meninas, enquanto os meninos preferiram os equipamentos multifuncionais. Também nesse caso, a atividade proposta pelo equipamento (como balançar-se, escorregar, etc.) modificou-se com base no faz-de-conta, sobretudo, aquilo que acontecia na casinha de bonecas e na caixa de areia.

As investigações em *playgrounds* escolares indicam a importância da docilidade ambiental para a promoção do desenvolvimento infantil, mostrando que tais ambientes precisam, ao mesmo tempo, acolher/suportar a criança em suas características e limitações, e desafiar suas potencialidades, a fim de motivá-la a buscar novas experiências. Observa-se, ainda, que não apenas os brinquedos e equipamentos precisam ser dóceis, mas que essa qualidade precisa envolver o local em termos sociais (aceitação e acolhimento da presença da criança, segurança pessoal, e similares) e físicos (temperatura, abrigo com relação a sol, chuva ou ventos excessivos, umidade, ausência de poluição acústica, do ar ou lixo, entre outras). Note-se, ainda, que a obtenção destes objetivos está relacionada tanto a variáveis situacionais quanto às características e à quantidade de pessoas em interação, quer se tratem de crianças quer adultos.

Essas constatações genéricas somam-se a dois importantes debates atualmente em destaque no campo da qualidade de vida e da educação de crianças:

1. o papel do contato com a natureza para o desenvolvimento infantil (LACERDA JÚNIOR; ZACARIAS; HIGUCHI, 2017; MOREIRA; ROCHA; VASCONCELLOS, 2011; SOUZA; MEDEIROS; ALBUQUERQUE; HIGUCHI, 2015).
2. o lugar dos pátios escolares no sistema de espaços livres da cidade (AZEVEDO; RHEINGANTZ; TÂNGARI, 2011), em especial no que se refere à sua função como ambientes restauradores e como lugares que propiciem contato entre a escola e a sociedade (ELALI, 2003).

Especificamente com relação aos pátios escolares, a bibliografia (AQUINO; GARCIA; OLIVEIRA, 2011; FEDRIZZI, 1999 e 2013; FEDRIZZI; TOMASINI, 2013) aponta a necessidade deles serem alvo de um cuidadoso planejamento, a fim de que:

- incorporem áreas com diferentes características e que promovam atividades diversificadas;
- disponibilizem mobiliário e equipamentos voltados para atendimento de várias faixas etárias (inclusive adultos);
- apresentem vegetação com porte variado, privilegiando, especialmente, árvores que propiciem sombreamento.

Considerações finais

Como pessoas em desenvolvimento, as crianças pequenas (2-3 anos) estão em uma etapa muito especial de seu ciclo de vida, na qual são dados importantes passos para seu autodescobrimento, para o descobrimento do outro, e para a ampliação das relações ativas com os lugares em que vivem e com os quais se relacionam. Elas tanto exigem cuidados que garantam sua segurança e integridade (física e emocional) quanto precisam ser estimuladas a enfrentar desafios e buscar novos patamares desenvolvimentais por meio do aprimoramento de suas competências e do ganho de autoconfiança. Entendendo-se que o ambiente sócio físico assume um importante papel nesse processo de desenvolvimento e na promoção da identidade pessoal, chamamos a atenção para o arranjo espacial e a docilidade ambiental como elementos que favorecem o uso do espaço e promovem a socialização infantil.

Referências

AQUINO, L. M. L.; GARCIA, P.; OLIVEIRA, D. R. Pátio escolar na educação infantil e sua apropriação: contribuições a partir da perspectiva das crianças. In: AZEVEDO, G. N. A.; RHEIGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 77-88.

AZEVEDO, G. N. A.; RHEIGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011.

BALTES, P. B.; LINDENBERGER, U.; STAUDINGER, U. M. Life-span theory in developmental psychology. In: DAMON, W. & LERNER, R. M. (Eds.). **Handbook of child psychology** (V1. Theoretical models of human development). New York: Wiley, 2006. p. 569-664.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e controlados**. Porto Alegre: ArtMed, 1996.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. Arranjo espacial. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 70-82.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. Psicologia ambiental e do desenvolvimento: O espaço em instituições infantis. In: GUZZO, R. S. L.; PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. (Orgs.). **Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 181-194.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; BOMFIM, J. A.; SOUZA, T. N. Organização de ambientes infantis coletivos como contexto de desenvolvimento. In: M. C. ROSSETTI-FERREIRA, A. M. A.; CARVALHO, K. S.; AMORIM, A. P. S. (Orgs.). **Rede de Significações: Uma nova perspectiva teórico-metodológica**. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 157-170.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; ELALI, G. A. Validade ecológica. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (no prelo).

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; MINGORANCE, R. C. Zonas circunscritas e ocupação do espaço por crianças pequenas em creche. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 33, n. 2, p. 67-89, 1999.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; PADOVANI, F. H. P. Agrupamentos preferenciais e não preferenciais e arranjos espaciais em creches. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 443-468, 2000.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Importance of spatial arrangements for young children in day care centers. **Children's Environments**, v. 10, n. 1, p. 19-30, 1993.

ELALI, G. A. **Ambientes para educação infantil, um quebra-cabeça?** - Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2002.

ELALI, G. A. O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 349-362, 2003.

ELALI, G. A. Do intra-muros ao extra-muros: comentários sobre a apropriação dos espaços livres da escola e pela escola. In: AZEVEDO, G. N. A.; RHEIGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 107-120.

FEDRIZZI, B. **Paisagismo no Pátio Escolar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

FEDRIZZI, B. Lá fora há muito que aprender. **Pátio** (Porto Alegre), v. 34, p. 12-15, 2013.

FEDRIZZI, B.; TOMASINI, S. L. V. Projetando Ambientes mais sustentáveis com a colaboração da Psicologia Ambiental. In: PINHEIRO, J. Q.; H. GUNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 313-342.

FERNANDES, O. S.; ELALI, G. A. Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: o que aprendemos observando as atividades das crianças. **Paidéia**, v. 18, n. 39, p. 41-52, 2008.

FERNANDES, O. S. **Crianças no pátio escolar**: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum, 1986.

GUNTHER, H. Affordance. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 70-82.

GUNTHER, I. A.; ELALI, G. A. Docilidade ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Psicologia Ambiental**: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 47-59.

LACERDA JÚNIOR, J.; ZACARIAS, E. J.; HIGUCHI, M. I. G. A relação criança-ambiente como resultado de vivências, percepções e apropriação. **Areté** (Manaus), v. 10, p. 123-134, 2017.

LAWTON, M. P. An environmental psychologist ages. In: ALTMAN, I.; CHRISTENSEN, K. (Orgs.). **Environment and behavior studies**: Emergence of intellectual traditions. New York: Plenum Press, 1990. p. 339-363.

LAWTON, M. P.; NAHEMOW, L. Ecology and the aging process. In: EISDORFER, C.; LAWTON, M. P. (Orgs.). **The psychology of adult development and aging**. Washington, DC: American Psychological Association, 1973. p. 83-97.

LEGENDRE, A. Interindividual relationships in groups of young children and susceptibility to an environmental constraint. **Environment and Behavior**, v. 31, n. 4, p. 463-486, 1999.

MACHADO, Y. S.; PERES, P. M. S.; ALBUQUERQUE, D. S.; KUHNEN, A. Brincadeiras infantis e natureza: investigação da interação criança-natureza em parques verdes urbanos. **Temas em Psicologia**, 24, p. 655-667, 2016.

MENEGHINI, R.; CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. Arranjos espaciais e agrupamentos de crianças pequenas em creche. **Revista Brasileira de Desenvolvimento e Crescimento Humano**, v. 7, n. 1, p. 63-78, 1997.

MENEZHINI, R.; CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. **Relação entre áreas espaciais e interação de crianças pequenas em creche**. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP: 2000.

MONTENEGRO, G. N.; ELALI, G. A.; GOMES, L. A. V. N. Design Urbano: O mobiliário citadino oferecendo meios para o ambiente ser compartilhado. **Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo** (Mackenzie. Online), v.1, p. 189-199, 2011.

MOREIRA, A. R. P.; ROCHA, F. V.; VASCONCELLOS, V. M. R. Ambientes externos da creche: espaços de múltiplas possibilidades para o desenvolvimento e o aprendizado da criança pequena. In: AZEVEDO, G. N. A.; RHEIGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 107-120.

PERES, P. M. S.; RAYMUNDO, L. S.; FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. Parents perceptions of affordances for children in nature. **Psychology**, 8, p. 205-233, 2017.

PINHEIRO, J. Q.; ELALI, G. A. Comportamento sócio-espacial humano. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Orgs.). **A. Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 70-82.

PINHEIRO, J. Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008. p. 75-104.

RAYMUNDO, L. S.; KUHNEN, A.; SOARES, L. B. Mapeamento comportamental: observação de crianças no parque da pré-escola. **Paidéia**, v. 21, n. 50, p. 431-435, 2011.

SAGER, F.; SPERB, T. M.; ROAZZI, A.; MARTINS, F. M. Avaliação da Interação de Crianças em Pátios de Escolas Infantis: Uma Abordagem da Psicologia Ambiental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 203-215, 2003.

SARMENTO, B. R.; MATIAS, E. B. S. S. E.; SILVA, L. S. P. M.; SOUZA, L. L.; ELALI, G. A. A relação pessoa-ambiente na prática escolar: uma análise de *behavior settings* em ambientes de educação infantil. In: 6 PROJETER. **Anais do 6 PROJETER**. Salvador: EdUFRBA, 2013. p. 1-17.

SOMMER, B.; SOMMER, R. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques**. New York: Oxford University Press, 2002.

SOUZA, A. L.; MEDEIROS, J. S.; ALBUQUERQUE, D. S.; HIGUCHI, M. I. G. Parque Verde Urbano como Espaço de Desenvolvimento Psicossocial e Sensibilização Socioambiental. **Psico** (PUCRS. Online), v. 46, p. 301-310, 2015.

STOKOLS, D. Establishing and maintaining healthy environments – Toward a social ecology of healthy promotion. **American Psychologist**, v. 47, n. 1, p. 6-22, 1992.

WEINSTEIN, C. S.; DAVID, T. G. **Spaces for children, the built environmental and child development**. New York: Plenum Press, 1993.

ZALBAZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ZIGLARI, L. Affordance and second language acquisition. **European Journal of Scientific Research**, v. 23, n. 3, p. 373-379, 2008. Disponível em: <http://www.eurojournals.com/ejsr.htm>

Capítulo 4

A dimensão educativa do pátio escolar: contribuições da psicologia ambiental

Ana Rosa Costa Picanço Moreira¹

Jéssica Aparecida Ferreira²

Introdução

Dentre os vários ambientes das instituições escolares, o pátio tem sido o local associado exclusivamente ao lazer e descanso das atividades pedagógicas realizadas na sala de aula, isto é, lugar destinado ao brincar compreendido como mero divertimento. Conforme assinala Faria (2011, p. 35), “a concepção de ‘pátio-fora’ nos remete à ideia de descanso, intervalo, liberdade, em contraposição à concepção de ‘sala de aula-dentro’, relacionada ao trabalho à atividade, ao controle”. Sala de aula e pátio não são vistos como ambientes que dialogam e se complementam, mas, sobretudo, que se opõem e segregam experiências. Por ser considerado um espaço

.....
¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. ana.moreira@uff.edu.br

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. jeh_pedagogiauff@yahoo.com

coadjuvante, o pátio escolar tem recebido pouca atenção por parte dos educadores (diretores, coordenadores pedagógicos e professores) no que tange à sua estruturação e organização espacial.

No entanto, nas últimas décadas, diversos pesquisadores dos campos da Psicologia Ambiental, Educação e Arquitetura, principalmente, têm chamado a atenção para a importância das áreas externas, especialmente o pátio escolar, no aprendizado das crianças em contextos de educação coletiva (ELALI, 2002; FEDRIZZI, 2002; LIMA, 1989; MOREIRA; ROCHA; VASCONCELLOS, 2011).

Visando problematizar a concepção reducionista e dicotômica de pátio escolar, este artigo, que está situado na interface Psicologia Ambiental e Psicologia do Desenvolvimento, busca discutir as possibilidades pedagógicas que esse ambiente é capaz de oferecer às crianças e os sentidos que são produzidos na relação criança-ambiente.

Entendemos que o espaço/ambiente é um elemento pedagógico (MOREIRA, 2011; MOREIRA; SOUZA, 2016) que orienta e é orientado por concepções de criança e educação. Rinaldi (2012) também ressalta que o espaço pode ser considerado um “terceiro educador”, na medida em que afeta o aprendizado das crianças.

Partimos da abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano, pautada no pensamento de Lev Vigotski³, que concebe o meio (espaço/ambiente) como elemento constitutivo do indivíduo, não podendo um ser compreendido independente do outro (VIGOTSKI, 2010). Nesse sentido, é por meio da interação social que o indivíduo seleciona e particulariza o significado do meio, atribuindo ao ambiente o sentido de lugar. As formas de apropriação⁴ do espaço irão

.....
³ Neste artigo adotamos a grafia VIGOTSKI com base no estudo de Prestes (2012). A grafia VYGOTSKY aparecerá somente quando o autor o fizer.

⁴ De acordo com Vigotski (VYGOTSKY, 1988), os processos psíquicos são construídos primeiramente entre indivíduos (interação social) para depois se tornarem próprios dos indivíduos. A apropriação é o processo que possibilita a conversão das funções construídas no plano social para o plano individual.

possibilitar ao indivíduo diversas experiências que impactarão no seu processo de desenvolvimento.

Para tanto, a pesquisa desenvolvida numa escola municipal da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, durante o segundo semestre de 2013, mostra diferentes apropriações do pátio por crianças de oito e nove anos de idade no momento do recreio. É na perspectiva do diálogo entre os ambientes internos e externos e na compreensão da sua utilização pelas crianças que este texto se inscreve.

Compreendendo o pátio escolar como lugar de aprendizagem e desenvolvimento

Encontramos em Vigotski um interlocutor potente para discutir a relação entre o pátio escolar, o aprendizado e o desenvolvimento infantil. O autor (2010), ao tratar a questão do meio na pedologia⁵, contribuiu significativamente para os estudos relacionados ao desenvolvimento infantil defendendo que o meio (espaço/ambiente) e a criança formam uma unidade indivisível. Vigotski denomina *perijivânie* (vivência) a unidade de relação entre os dois (PRESTES, 2012). Vivência é, portanto, a união das particularidades do indivíduo com as particularidades do meio. Nessa perspectiva, estando o indivíduo em constante desenvolvimento, o meio também se torna algo mutável, na medida em que a criança vivencia novas experiências:

o próprio fator de que *a criança se modifica no processo de desenvolvimento* conduz à constatação de que o papel e o significado dos elementos do meio, que permaneceram como que inalteráveis, modificam-se, e o mesmo elemento que possui um significado desempenha um papel numa determinada idade, mas dois anos depois começa a possuir outro significado e a desempenhar um outro papel por força das mudanças da criança, isto é, pelo fato de a relação da criança para com aquele elemento do meio ter se modificado. (VIGOTSKI, 2010, p. 683)

.....
⁵ A Pedologia é a ciência do desenvolvimento da criança (VIGOTSKI, 2010).

Dessa forma, o meio, que foi apropriado pela criança, assume um significado específico para ela, dependendo do seu nível de desenvolvimento, sua personalidade etc., possibilitando-lhe vivenciar experiências diversas em um mesmo espaço. Nessa direção, Ceppi e Zini (2013), veem o ambiente como um espaço no qual diferentes dimensões coexistem e se relacionam com os indivíduos adquirindo forma e identidade única.

Dentro da perspectiva da multiplicidade de papéis que um mesmo espaço pode assumir durante o desenvolvimento de um indivíduo, Gonçalves e Flores (2011) buscam conhecer quais as funções dos espaços livres nas escolas considerando os interesses dos alunos. As diversas possibilidades oferecidas pelas áreas livres são divididas pelos autores em cinco categorias as quais apresentaremos a seguir.

A primeira categoria é o Contato Social, que se refere à capacidade de desenvolvimento da comunicação através da interação entre os indivíduos nos espaços livres. Gonçalves e Flores (2011, p. 28) ressaltam a importância do contato social para o desenvolvimento do aluno ao afirmarem que “Aprender a conviver, a ter contato social, é fundamental para o desenvolvimento do aluno. As relações sociais entre crianças se solidificam à medida que elas crescem e, com elas, suas habilidades de comunicação e vontade por independência”. Nessa perspectiva, eles defendem que as áreas livres das escolas são ambientes mais favoráveis para interações de alunos, professores e funcionários, uma vez que diálogos e interações espontâneas são menos frequentes nas salas de aula.

A segunda categoria atribuída às áreas livres é Brincar e Jogar. De acordo com os autores, a brincadeira e o jogo possuem significados distintos, sendo a brincadeira considerada uma atividade livre, essencialmente do mundo infantil, e o jogo, uma atividade circunscrita a regras, realizada por pessoas de qualquer idade. Nessa perspectiva, as áreas livres são locais destinados à realização tanto de brincadeiras quanto de jogos, diferentemente da sala de aula que, de acordo com Gonçalves e Flores (2011, p. 29),

é espaço para múltiplas atividades pedagógicas e lúdicas, mas a brincadeira livre e espontânea ali não encontra espaço para acontecer. O recreio e as aulas desenvolvidas ao ar livre permitem que os alunos brinquem e joguem, ou seja, que desenvolvam a capacidade de trabalho em equipe, capacidade de aprimoramento das habilidades de organização e convívio em equipe.

A terceira categoria é Motoricidade e Sentidos, que diz respeito à maneira com que as atividades desenvolvidas em áreas livres contribuem para o desenvolvimento motor e sensorial dos alunos. De acordo com os autores,

As atividades ao ar livre permitem que os alunos se exercitem. O desenvolvimento físico está muito intimamente ligado ao espaço livre. A movimentação constante de que as crianças sentem tanta necessidade não pode ser realizado nos espaços internos da casa ou da escola [...]. Subir, escalar, pular, correr, todas essas ações permitem à criança conhecer-se melhor e ter um controle cada vez maior sobre seu corpo, através do desenvolvimento de habilidades motoras como a coordenação e a força. (Ibidem)

Assim, os autores defendem que os espaços de brincar nas escolas não devem ser separados por faixa etária, já que o desenvolvimento físico varia de indivíduo para indivíduo, e que o ideal seria realizar a separação de ambiente de acordo com outros critérios, como o tamanho dos equipamentos e o nível de habilidades motoras de cada grupo de crianças, por exemplo.

A quarta categoria diz respeito às Funções Pedagógicas do pátio e está atrelada à ideia de complementação dos conteúdos trabalhados em sala de aula. A aula realizada nas áreas externas pode favorecer o envolvimento dos alunos nos conteúdos e também o aproveitamento de elementos naturais e espaciais para a realização das atividades.

A última categoria refere-se à Função Ambiental do pátio escolar. Nesse tópico, os autores mencionam a importância do contato

dos alunos com o meio ambiente, ou seja, com áreas verdes, tais como grama, árvores, flores etc. contribuindo para a educação ambiental.

A partir do levantamento dos cinco papéis dos espaços livres na escola, é possível dizer que o pátio assume potencialidades que, muitas vezes, não são consideradas no trabalho escolar. Os autores salientam que as crianças necessitam de espaços livres diversificados para realizarem experiências que, além das múltiplas possibilidades para brincadeiras e interações, também oportunizam a apropriação dos conhecimentos escolares.

Nessa direção, apresentamos brevemente a nossa investigação sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento no e com o pátio escolar na hora do recreio.

Possibilidades do pátio escolar no recreio

O estudo de natureza qualitativa foi desenvolvido numa escola pública do município de Juiz de Fora, Minas Gerais. O objetivo foi conhecer como crianças de oito e nove anos de idade, pertencentes às turmas de 2º e 3º ano, respectivamente, se apropriavam do pátio escolar durante o recreio, considerando a precariedade da infraestrutura desse ambiente, a saber: irregularidades no chão (pequenos buracos), ausência de brinquedos ou *playground* e falta de elementos naturais.

Para a produção dos dados, foram realizadas videograções de interações e brincadeiras de cerca de noventa alunos distribuídos entre cinco turmas (duas do 2º ano e três do 3º ano). Essas turmas concentravam-se no período da tarde e o recreio ocorria exclusivamente no pátio descoberto, entre os horários de 14h e 30 min. e 14 h e 50 min. As filmagens foram feitas pela segunda pesquisadora, que ficava posicionada no segundo pavimento do prédio com o propósito de abarcar todo o ambiente. No total, foram produzidas nove videograções de aproximadamente quinze minutos: cinco

realizadas no mês de outubro e quatro em novembro de 2013. Também foram produzidas notas de campo que nos ajudaram na análise dos dados.

Resultados

Organizamos os aspectos observados em três categorias de análise que se encontram interrelacionadas, a saber: (a) Estruturação Espacial; (b) Disciplinarização dos Corpos; (c) Apropriação dos Espaços.

A primeira categoria refere-se à Estruturação Espacial formada por pontos fixos que estavam distribuídos pelos contornos do ambiente: uma escada pequena, bancos, uma rampa e, mais ao fundo, uma pequena área com cilindros de metal utilizados para hastear bandeiras, mas que no período da pesquisa estava desativada. As crianças, geralmente se localizavam nos três primeiros locais para lanchar e brincar. O fato de as crianças ocuparem com maior frequência esses espaços deveu-se, possivelmente, à alta estruturação espacial das áreas. No entanto, percebemos que havia uma orientação das professoras para que as crianças ocupassem aqueles espaços e não se movimentassem muito. Notamos que a conduta exigida pelas professoras às crianças no pátio era a mesma cobrada nas salas de aula. No pátio as crianças não podiam correr e se dispersarem também. As únicas ações que eram permitidas às crianças eram lanchar sentadas, andarem sobre os bancos e a escada, e brincar nessas áreas.

De acordo com Vigotski (2010), um mesmo ambiente pode possibilitar a construção de sentidos muito diferentes para cada criança, na medida em que as vivências são constituídas pela união de sua personalidade com o meio. Sendo assim, havia crianças que exploravam o pátio da escola circulando por vários locais, e outras optavam por permanecer nas mesmas áreas durante quase todo recreio. No entanto, é possível dizer que se uma criança está inserida em um meio em cuja exploração do espaço é limitada e controlada,

ela tende a limitar a sua relação com o ambiente, sobretudo nas brincadeiras. Ainda de acordo com Vigotski (2009), quanto mais rica é a experiência da criança, mais material simbólico está disponível para o desenvolvimento da imaginação e da criação nas brincadeiras.

Outro aspecto interessante encontrado é que as áreas de maior concentração das crianças eram também os locais nos quais os adultos estavam mais presentes. Entendemos que essa aproximação física de crianças aos adultos pode ser vista como algo positivo também. O recreio, ao criar outro contexto de relações, distintas da sala de aula, favorece às crianças e aos adultos expressarem-se e relacionarem-se de maneiras outras, embora os papéis de aluno e de professor se mantenham. Percebemos que, durante o recreio, as interações verbais de crianças com adultos foram intensas e horizontalizadas. A aproximação das crianças com as professoras pode significar o desejo das primeiras de estabelecer outro modo de se relacionar com a figura de autoridade, ou seja, de “quebrar o gelo” da relação hierárquica e disciplinadora existente nas salas de aula.

Desse modo, interações dialógicas de crianças com adultos podem ser vistas como um aspecto valorizado pelas professoras da escola a favor das relações interpessoais, na medida em que estreita os laços existentes entre o corpo docente e as crianças. Isto aponta para a possibilidade de se pensar sobre outras formas de relações mais democráticas e respeitosas dos adultos com as crianças.

A segunda categoria é a Disciplinarização dos Corpos. Frago e Escolano (2001), inspirados nas ideias de Michel Foucault, ao tratar da “espacialização disciplinar”, ressaltam que um ambiente pode apresentar vários elementos que definem as relações de poder entre seus usuários. No caso da escola estudada, que foi construída por volta do início dos anos 1980, período da ditadura militar, possuía traços do caráter disciplinador na estrutura arquitetônica imposto pelo contexto histórico vivido no Brasil naquele momento.

Corredores estreitos que só permitiam a passagem dos alunos de forma enfileirada, grades que conduziam trajetos e, ao mesmo tem-

po, separavam os ambientes da escola, notadamente, a área interna da área externa (pátios), são alguns exemplos do padrão de arquitetura rígida e disciplinadora que as instituições mais antigas de ensino público assumiram durante sua edificação que foram encontrados naquela escola.

O arranjo espacial aberto (LEGENDRE, 1983) do pátio e as proibições impostas pelas professoras às crianças para a sua utilização podem justificar o fato de termos observado a distribuição espacial desigual das crianças e a contenção de seus movimentos e deslocamentos. No entanto, algumas crianças realizaram brincadeiras motoras na área central do pátio, contrariando as ordens das professoras.

A terceira categoria refere-se à Apropriação dos Espaços, ou seja, como as crianças ressignificaram o ambiente durante o recreio. Vigotski (2009) tem chamado a atenção para a brincadeira como atividade de apropriação da realidade e produção de sentidos, sobretudo na infância. A brincadeira tem caráter transformador e inaugura na criança outros modos de ser e estar no mundo.

Observamos que, durante as brincadeiras, uma barra de ferro que tinha a função original de corrimão, transformou-se ora em apoio para descansar o corpo (um banco), ora em escorregador. A área central do pátio, por estar fisicamente pouco estruturada, convidava as crianças à realização de jogos motores. Assim, uma sacola plástica que estava jogada no chão transformou-se em bola, que era disputada pelos meninos que a jogavam para cima e tentavam pegá-la no ar. Outra ressignificação do espaço foi o antigo local para hasteamento das bandeiras que se tornou no melhor local para brincar de “pique-altura” e rodar sem parar ao redor das barras de ferro.

O pensamento de Vigotski nos permite dizer que os aspectos físicos do ambiente são ferramentas necessárias para o desenvolvimento humano, mas não são suficientes. É preciso que os educadores disponibilizem, com intencionalidade pedagógica, ambientes com recursos materiais variados, tais como brinquedos, elementos da natureza, objetos diversos etc. para que as crianças possam criar

sentidos para as suas experiências e transformar o pátio em lugar potente para aprendizagem e desenvolvimento.

A partir dos aspectos aqui discutidos, é possível dizer que as funções dos espaços livres defendidas por Gonçalves e Flores (2011) ora dialogam com a realidade das crianças da escola estudada, ora se mostram distantes de suas vivências em razão das limitações físicas que o pátio lhes oferece. Para nós, fica evidente que o pátio é um ambiente “perdido” na escola, uma vez que não é pensado como ambiente pedagógico e, por isso, não é planejado (EMMEL, 1996).

Os resultados de nosso estudo apontam para a necessidade de os pátios escolares serem ressignificados pelos educadores como ambientes potentes para a aprendizagem e a promoção do desenvolvimento social, emocional, cognitivo e motor, precisando, portanto, ser considerados no planejamento pedagógico.

Considerações finais

Este artigo problematiza a concepção reducionista e dicotômica de pátio escolar, discutindo possibilidades pedagógicas que esse ambiente é capaz de oferecer às crianças, bem como elas o ressignificam nas brincadeiras. Adotamos a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano em diálogo com as ideias da Psicologia Ambiental para argumentar sobre a importância do planejamento e da organização das áreas externas da escola no aprendizado e desenvolvimento infantil.

O estudo desenvolvido numa escola pública permitiu conhecer os modos de apropriação do pátio escolar por crianças de oito e nove anos de idade durante o recreio. Três categorias interdependentes orientaram a análise: Estruturação Espacial; Disciplinarização dos Corpos; e Apropriação dos Espaços.

Apesar da precariedade do ambiente, as crianças conseguiram ressignificar o pátio em lugar de aprendizagem e desenvolvimento através das interações e brincadeiras. As ações das crianças nos mostraram que o pátio tem relevância no cotidiano escolar por proporcionar relações mais próximas com os adultos (especialmente as professoras), outras formas de expressão, exercícios de criação e autonomia.

Alertamos para a necessidade de os educadores considerarem o pátio, assim como outras áreas livres e externas, no planejamento pedagógico da escola a fim de potencializar as possibilidades educativas desses ambientes.

Referências

CEPPI, G; ZINI, M. (Orgs.). **Crianças, espaços, relações:** como projetar ambientes para a educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.

ELALI, G. A. **Espaços para a educação infantil:** um quebra-cabeças. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

EMMEL, M. L. G. O pátio da escola: espaço de socialização. **Paidéia**, v. 10. n. 11, 1996. p. 45-62.

FARIA, A. B. G. O pátio escolar como Tér[itó]rio de [paisagem] entre a escola e a cidade. In: AZEVEDO, G.; A. N. RHEINGANTZ, P.A.; TÂNGARI, V. R. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 35-44.

FERNANDES, O. S.; ELALI, G. A. Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: o que aprendemos observando as atividades das crianças. **Paidéia**, v. 18, n. 39, 2008, p. 41-52.

FEDRIZZI, B. A organização espacial em pátios escolares grandes e pequenos. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Orgs.), **Projeto do lugar:** Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 221-230.

FERREIRA, J.A. **O pátio escolar – um só lugar e infinitas possibilidades.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. UFJF, Juiz de Fora, MG, 2014.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p.

GONÇALVES, F. M.; FLORES, L. R. Espaços livres em escolas – questões para debate. In: AZEVEDO, G. A.; RHEINGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. R. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres:** uso, forma e apropriação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 23-33.

LEGANDRE, A. Appropriation por les enfants de l'environnement architectural. **Enfance**, n. 3, 1983. p. 389-395.

LIMA, M. S. **A cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989.

MOREIRA, A. R. C. P. **Ambientes da infância e a formação do educador:** arranjo espacial no berçário. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA, A. R. C. P.; SOUZA, T. N. Ambiente pedagógico na educação infantil e a contribuição da psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2016, p. 229-237.

MOREIRA, A. R. C. P.; ROCHA, F. V.; VASCONCELLOS, V. M. R. Ambientes externos da creche: espaços de múltiplas possibilidades para o desenvolvimento e o aprendizado da criança pequena. In: AZEVEDO, G. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. R. (Orgs.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres:** uso, forma e apropriação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 45-56.

PRESTES, Z. **Quando não é quase a mesma coisa:** Tradução Lev Semionovich Vigotski. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emília:** escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Imaginação e realidade. In: _____. **Imaginação e criação na infância.** São Paulo: Ática, 2009.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: A questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, 2010, v. 21, n. 4, p. 681-701.

Capítulo 5

A afetividade no contexto universitário: a relação de apego entre professores, estudantes e servidores com o campus

Zulmira Áurea Cruz Bomfim¹

Camila Moreira Maia²

Andersson de Castro Lima³

Ana Caroline Costa⁴

Introdução

O Campus do Benfica está situado no bairro residencial do Benfica, em uma área central da cidade de Fortaleza, e é mantenedor de um rico passado histórico com diversas peculiaridades espalhadas ao

.....
¹ Professora associada IV do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental – Locus. zulaurea@gmail.com

² Mestre em Psicologia e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, ex-integrante do Locus. camila_maiapsi@yahoo.com.br

³ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e integrante do Locus. lima.castro94@gmail.com

⁴ Psicóloga graduada e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, ex-integrante do Locus. costacarol.ana@gmail.com

longo da Avenida da Universidade. O campus é formado pelo Centro de Humanidades, pela Faculdade de Educação pela Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contábeis (FEAAC), pela Faculdade de Direito e pela Faculdade de Arquitetura. Grande parte do espaço construído é uma adaptação de casas residenciais antigas, que pertenciam a famílias tradicionais da cidade, estruturas existentes antes da criação da universidade para outros fins. Esse contexto proporciona uma forte relação entre o campus e a comunidade, visto que este conservou um patrimônio histórico significativo para o bairro e para a cidade. Esta relação com a comunidade circundante é enfatizada pelo fato de o campus ser caracterizado como espaço urbano que, muitas vezes, confunde-se com os outros espaços da cidade. Seus estabelecimentos são de fácil acesso, servindo como local de passagem e, às vezes, até de permanência, pelos transeuntes que ocupam os lugares em redor.

O campus do Benfica possui um grande valor simbólico e cultural para os alunos, professores e funcionários da universidade, bem como para a população que se beneficia dos frutos dos trabalhos desenvolvidos nele. A cidade de Fortaleza tem, nestas cercanias, alguns dos mais ricos locais de encontro entre estudantes, artistas e intelectuais, palcos de manifestações políticas as mais diversas e de espetáculos culturais realizados nos vários ambientes disponíveis no campus.

A afetividade foi a categoria teórica e analítica desta investigação⁵, bem como tem sido a categoria norteadora das pesquisas realizadas pelo Locus nos últimos anos (BOMFIM et al., 2018). Na perspectiva sócio-histórica (HELLER, 1979; SAWAIA, 2000; VYGOTSKY, 1991), a afetividade é um eixo orientador de observação e de análise (porquê e como) e de ética (para quê). Esta categoria é uma dimensão mediadora da ação transformadora do indivíduo

⁵ O referido trabalho fruto de pesquisas fomentadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Ceará nos anos de 2006 a 2009 e de 2016 a 2018.

sobre o lugar e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como sendo transdisciplinar, que problematiza as dicotomias (objetividade e subjetividade; mente e corpo; razão e emoção). O conceito de afetividade deste estudo baseia-se na Psicologia Social Histórico-Cultural e na Psicologia Ambiental.

A Psicologia Ambiental não é uma disciplina uniforme, existindo, assim, várias correntes que a compõe e, conseqüentemente, há várias formas de defini-la. No entanto, todas as definições giram em torno da relação homem – ambiente. Algumas enfatizam mais alguns dos lados dessa díade e, outras, preocupam-se mais com a relação entre eles. O que se deve ressaltar, sobretudo, é que a Psicologia Ambiental veio colocar o ambiente não mais como simples pano de fundo, como fazia a Psicologia de então, e, sim, como algo que faz parte das subjetividades e que é inseparável do homem, em virtude de ambos se constituírem reciprocamente. O ambiente passa, então, a ser entendido não mais como fator causal de processos psicológicos e, sim, como constitutivo de identidades. Desconstrói-se, assim, a noção de interno e externo, pois esta identidade não é tida como uma estrutura interna aos indivíduos, ela é objetivada na relação com o ambiente e este, por sua vez, passa a ser um prolongamento desta.

A Psicologia Ambiental pode ser definida como uma disciplina que estuda os processos psicossociais derivados das relações, interações ou transações entre um indivíduo, uma comunidade ou uma sociedade e seus entornos naturais ou construídos que, por sua vez, são culturais, históricos e sociais. Além disso, é uma área que atina para o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais, em virtude do seu compromisso com a situação ambiental atual.

Vale ressaltar ainda, o caráter interdisciplinar da Psicologia Ambiental, pois se entende que são necessários diversos olhares para se entender, de forma satisfatória, a relação do homem com o ambiente e, também, é necessário que essa preocupação seja universal para que se possa conseguir resultados consistentes. As principais

interlocuções são realizadas com as seguintes disciplinas: Antropologia, Geografia, Sociologia, Psicologia Social, Arquitetura e História. A Psicologia Social e a Psicologia Ambiental, de base psicossocial e histórico-cultural, nestes últimos anos têm marcado presença nos estudos da compreensão do urbano e do ambiente construído, dialogando com estas áreas do saber, redimensionando, além das questões econômicas, políticas, éticas e culturais, as questões psicossociais.

Dentro do arcabouço teórico da Psicologia Ambiental, as categorias que mais se destacam neste estudo são: apego, identidade de lugar e apropriação do espaço.

O apego é um afeto que se relaciona com o sentido de continuidade, enraizamento e compromisso dos indivíduos, presente em sua identidade espacial e de grupo (GIULIANI, 2004). A identidade social urbana (VALERA; POL, 2004), conceito desenvolvido na interface entre a Psicologia Ambiental e Psicologia Social, parte da noção de que os indivíduos expressam identificações em relação aos lugares vividos no ambiente urbano, como exemplo, o bairro, a comunidade e os espaços públicos. Esta identificação surge a partir de um processo de apropriação dos espaços.

Segundo Pol (1996), a apropriação do espaço se dá em dois momentos: o da ação-transformação e o da identificação. Portanto, para que a pessoa se identifique com um lugar é necessário que ela aja sobre ele, que ela imprima suas marcas nele e que assuma como seus os produtos de sua ação. Dessa forma, o indivíduo passa a reconhecer-se no seu ambiente, e depois que essa identificação se estabelece ele tende a mantê-la, a ter uma resistência à mudança para que não perca uma das referências do seu eu (significação de si mesmo) propiciadas por essa relação com o espaço.

Já a identidade social, segundo Valera e Pol (1994), é derivada da pertença e da filiação a grupos com os quais as pessoas se identificam e com que compartilham atribuições externas e internas. Isso significa dizer que, quando há identidade social numa população de determinado lugar, as pessoas se reconhecem como sendo pertencen-

tes ao mesmo grupo, fazem uso dos mesmos significados, possuem códigos em comum e características semelhantes (desde o seu modo de vida a formas de linguagem). Além disso, há a identificação das pessoas com os espaços, à medida que elas se relacionam com estes, que elas agem para transformá-los, simbolizando-os de acordo com seus próprios sentidos ou em consonância com os significados coletivos. Dessa forma, forja-se a identidade de lugar. Quando pessoas que se identificam com um mesmo lugar (no caso em questão com o campus) formam, também, identificações entre si (identidade social), surge, então, o que chamamos de identidade social urbana.

Em nossa primeira fase da pesquisa, conhecemos como os alunos das áreas I e II do Centro de Humanidades dos cursos de Letras, Pedagogia, Psicologia, Biblioteconomia, Comunicação Social e História significam o campus do Benfica levando em conta seus sentimentos e emoções (afetividade). Utilizamos a aplicação do instrumento gerador dos mapas afetivos (BOMFIM, 2003) e de questionários estruturados que levantaram a percepção dos alunos em relação a diversos aspectos, tais como segurança, áreas verdes, estruturação de espaços, iluminação, acesso, grau de satisfação e qualidade de vida.

Os resultados preliminares da análise dos instrumentos geradores dos mapas afetivos mostraram que o Campus do Benfica despertou, principalmente, imagens de pertencimento, atratividade, agradabilidade e contrastes. A imagem de pertencimento mostrou que os sentimentos dos alunos em relação ao campus eram de pertencimento, carinho, conforto, cuidado, familiaridade e responsabilidade. Apontou para um ambiente no qual as pessoas desempenhavam diversas atividades e sentiam-se bem. A imagem de atratividade indicou que o campus desempenhava funções de extremo interesse para seus usuários, uma vez que simbolizava um espaço de formação de futuros profissionais, de desenvolvimento de novos conhecimentos, que poderiam proporcionar sucesso financeiro e serviços de utilidade pública, etc. O campus do Benfica

foi, também, percebido como agradável para alguns alunos, por possuir diversas áreas verdes que propiciavam espaços de lazer, de descanso, de prazer, de convivência e que, além disso, representava um lugar de liberdade, sem tantas pressões sociais.

A imagem de “contrastes” nos fez perceber que, apesar de terem sentimentos de agradabilidade e de pertencimento, os alunos também apresentam insatisfações a respeito do espaço universitário, ao considerarem-no como um local desconfortável por conta do trânsito caótico das ruas que lhe rodeiam, que causa cansaço e sono, e que possui uma estrutura física que não supre todas as necessidades dos estudantes. No entanto, isso não impede que haja uma estima positiva do lugar.

A partir dessas imagens e dando prosseguimento às investigações, desenvolvemos a segunda parte da pesquisa, incluindo como sujeitos de pesquisa professores e servidores públicos que também se utilizam das dependências do campus, e com o objetivo de comparar as relações estabelecidas com o lugar dos diferentes tipos de usuários do campus. Nossas principais perguntas norteadoras foram: Que tipo de apego pode existir em uma instituição universitária? Existe apego por parte de alunos, professores e funcionários em relação ao campus do Benfica? Há diferenças significativas entre as categorias da comunidade universitária quando se trata de apego?

Método

Com o intuito de realizar uma avaliação dos afetos, utilizamos os instrumentos geradores dos mapas afetivos (BOMFIM, 2003) e um roteiro de entrevista semi-estruturado para aprofundar os sentimentos de apego apontados nos mapas afetivos. Como método de análise das entrevistas, utilizamos a análise de conteúdo temática. Mantemos ainda, nesta fase, as áreas I e II do Centro de Humanidades, dado que o Campus do Benfica é demasiadamente vasto para que a pesquisa pudesse tê-lo abarcado em sua totalidade no tempo delimitado.

Na primeira fase da pesquisa, em 2006/2007, foram aplicados 94 instrumentos geradores dos mapas afetivos em alunos de graduação dos diversos cursos que compõem o Campus do Benfica. Já nesta segunda fase, de caráter mais qualitativo, os instrumentos foram aplicados a 15 sujeitos, sendo cinco de cada categoria de usuário (professor, servidor e aluno). Dentre as quinze pessoas, foram escolhidos 12 participantes para serem entrevistados, sendo quatro de cada categoria.

No segundo estudo realizado com a mesma população, em 2016, O Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos foi aplicado junto a 26 sujeitos (divididos entre servidores e alunos). Não houve realização de entrevistas posteriores à aplicação do IGMA. Os IGMAs fomentaram a construção dos mapas afetivos dos referidos sujeitos a partir da estratégia de codificação e categorização proposta pela metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009).

Questionário semiestruturado gerador dos mapas afetivos, tendo como base imagens (desenhos e metáforas).

O instrumento gerador dos mapas afetivos foi desenvolvido por Bomfim (2003) em sua tese de doutorado. Segundo a autora os mapas afetivos são:

Imagens ou representações assentadas em sinais emotivos ou expressivos, elaborados a partir de recursos imagéticos (desenhos, fotos, objetos de arte). Afirmamos que eles são reveladores da implicação do indivíduo a um determinado ambiente: casa, bairro, comunidade, cidade. Podem ser gerados a partir de mapas cognitivos, porém seu maior objetivo não é a orientação espacial ou a localização geográfica. Eles são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como sínteses dos afetos, eles também apontam o nível de impli-

cação do indivíduo no lugar. Dado seu caráter representacional e criativo, são recursos de acesso à dialética subjetividade/objetividade na cidade. (BOMFIM, 2003)

O instrumento gerador de mapas afetivos considera desenhos e metáforas como sendo recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento. O desenho é a criação de uma situação de aquecimento para a expressão de emoções e sentimentos, e a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho. As metáforas como recursos de síntese aglutinam a relação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos e, por isso, podem ser formas eficazes de apreensão dos afetos, porque vão além da cognição. Seu alvo maior é a conquista da intimidade. É uma transação de reconhecimento do ambiente como fruto da inter-relação entre estrutura física e representação abstrata a ela relacionada. A metáfora coloca estes aspectos em primeiro plano, diferentemente da linguagem comum.

O instrumento compõe-se dos seguintes itens: (a) desenho; (b) significado do desenho; (c) sentimentos; (d) palavras – sínteses; (e) o que pensa da cidade; (f) categorias afetivas da Escala Likert; (g) comparação da cidade; (h) caminhos percorridos; (i) participação em grupos; (j) características sócio-demográficas.

Nesta investigação, seguimos os itens propostos pela autora, com as adaptações necessárias ao público e ao ambiente estudado, de acordo com os dados levantados na primeira fase da pesquisa. Iniciamos a aplicação com os alunos, complementando a representação da amostra, depois buscamos os servidores e os professores.

Construção dos mapas afetivos

Construímos, em ambos os estudos (em 2006/2007 e em 2016), os dados levantados pelo instrumento gerador dos mapas afetivos

utilizando a análise de conteúdo categorial, sendo esta a metodologia comum entre as duas pesquisas A análise teve as seguintes etapas:

1- Codificação: É a fase onde se transformam os dados brutos em dados úteis por meio dos processos de fragmentação de texto.

2- Categorização: Consiste em estabelecer uma diferenciação e condensação por meio de classificação de unidades. Isto é feito por intermédio de um quadro para a visualização dos dados obtidos. Segue o quadro 1 para facilitar a síntese do processo de categorização para a elaboração dos mapas afetivos:

Quadro 1 - Síntese do processo de categorização na elaboração dos mapas afetivos.

N; Sexo; Idade; Grau de instrução dos pais; Tempo de moradia; Cidade de origem.
Mapa cognitivo desenho de monumento, caminhos, limites, confluência e bairros. Metafórico; desenho que expressa, por analogia, o sentimento ou o estado de ânimo do sujeito.
Explicação do sujeito sobre o desenho
Atributos do desenho e da cidade apontados pelo sujeito.
Expressão afetiva do sujeito ao desenho e a cidade.
Comparação da cidade com algo pelo sujeito que tem como função a elaboração de metáforas.
Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo sujeito (qualidade e sentimentos).

Roteiro de entrevista para aprofundamento dos mapas afetivos e avaliação do apego ao lugar.

Depois de aplicados e analisados os mapas afetivos referentes à pesquisa 2006/2007, foram escolhidos quatro representantes de cada segmento (alunos, professores e servidores) para serem entrevistados. O objetivo desta entrevista foi aprofundar questões já apontadas nos mapas afetivos no que diz respeito ao apego. O roteiro proposto foi o seguinte:

1. Como você se sente quando pensa em ficar distante desse lugar?
2. Qual(is) lugar(es) ou atitude(s), no Campus do Benfica, não poderia(m) deixar de existir? Por quê?
3. Você leva as amizades construídas aqui para outras dimensões da sua vida?
4. Você considera o Campus do Benfica um lugar importante para sua construção pessoal?
5. Que lugar(es) ou atitude(s), no Campus do Benfica, você gostaria que não existisse(m)? Por quê?
6. Há uma área, dentre os lugares que você costuma frequentar (seu curso ou local de trabalho), na qual você se sente em casa?
7. Você acha que a estrutura oferecida pelo Campus do Benfica (seja ela, física, cultural, entre outras) interfere no modo como você se relaciona com este lugar?
8. Você acha que a função que a pessoa ocupa (aluno, professor ou servidor) interfere na relação/sentimento para com o ambiente?
9. Você acha que, quando este lugar perder sua funcionalidade (no caso dos estudantes, ao graduarem-se, terminarem mestrado ou doutorado; no caso dos professores e funcionários, ao aposentarem-se) você continuará a frequentá-lo?
10. O que você faz no tempo livre que passa no campus?
11. Como você avalia o Campus do Benfica (pontos positivos, negativos e sugestões de melhoramentos)?

Análise das transcrições das entrevistas

Houve a transcrição das doze entrevistas, relativas à pesquisa de 2006/2007. Em seguida, como método de análise, foi utilizada análise de conteúdo temática, realizada da seguinte forma: foram construídas categorias de acordo com os objetivos das perguntas do roteiro de entrevista e, em seguida, fez-se um quadro com estas categorias, e as respostas de cada entrevistado foram categorizadas de acordo com o critério anterior. Ao surgirem categorias para além daquelas selecionadas de início, estas foram acrescentadas ao quadro.

Resultados

Construção dos mapas afetivos

A partir da análise de conteúdo categorial realizada para a construção dos mapas afetivos, pudemos notar que os usuários do campus do Benfica têm, predominantemente, uma imagem de “contraste” deste lugar. Isto porque, as imagens de “agradabilidade”, “pertencimento” e “atratividade” se contrabalançam com as de “insegurança” e “destruição”. No entanto, pôde-se perceber que as imagens que indicam uma estima positiva pelo lugar se sobressaem às de estima negativa (Figura 1). Isso indica que, apesar de o lugar em questão ser considerado, algumas vezes, inseguro e com precárias estruturas pelos seus usuários, ele gera sentimentos de bem-estar e de agradabilidade, que fazem surgir um apego por ele. Além disso, estes dados nos confirmam a ideia de que as pessoas não somente se identificam e se apegam a locais que possuem estruturas físicas impecáveis e que supram todas as necessidades de seus usuários. O fato de agirem em determinado espaço e de imprimirem sua marca nele (apropriação do espaço), apesar dos reveses que oferece e o tempo de relação com esse espaço, parecem ser mais significativos quando se trata da identificação com o lugar.

Os mapas cujas imagens foram consideradas de agradabilidade tiveram como metáforas: “campus afeto”, pois desperta sentimentos de acolhimento, tranquilidade, satisfação, prazer e realização; “campus sertão”, pois se caracteriza como um lugar tranquilo, calmo e harmonioso; e “campus bosque”, já que se trata de um lugar bem arborizado. Já as metáforas que caracterizam os mapas cujas imagens foram de atratividade foram: “campus shopping cultural”, por ser um espaço de diversidade cultural e por retratar o valor do ambiente acadêmico para a sociedade; “campus maquete”, pois possui miniatras de diversos fragmentos da sociedade; e “campus escola aberta”, pois é um lugar de novas descobertas, de aquisição de conhecimentos e onde há espaço para diversidade. Apareceram, ainda, como metáforas de imagens de pertencimento e de pertencimento ao passado o “campus *boulevard* acadêmico”, que faz com que o sujeito se sinta como se estivesse em casa, e o “campus que não se compara a nenhum lugar”, pois oferece um número de opções de afazeres que nenhum outro lugar abarca, carregado de significado íntimo, mas que, atualmente, trata-se apenas de uma lembrança.

Observou-se, também, em menor escala, sentimentos de destruição em relação ao campus, através da metáfora “campus grande engarrafamento”, por se tratar de um lugar mal planejado, que possui muitos carros comportados em estacionamentos pequenos e que provoca sensações de sufoco e desconforto. O contraste foi predominante na análise dos mapas afetivos. As metáforas que caracterizaram esta imagem foram: “campus Fortaleza”, que se caracteriza por contrastes, já que é um local de trabalho, mas também de descontração, gera sentimentos de tristeza e de alegria, é um local satisfatório e de amizades e gera ansiedade e pressão; “campus casa feliz apesar de tudo” pois, apesar de ser um local agradável e de boa convivência, é desorganizado e precário, gerando opressão e desmotivação; “campus escola tradicional” que, apesar de gerar sentimentos que caracterizam agradabilidade, decepciona pela infraestrutura deficiente e por

falta de atividades de lazer e cultura; e, por fim, “campus pequena cidade”, que gera, ao mesmo tempo, inquietude e tranquilidade, que está abandonado, superlotado e descaracterizado, mas há esperança de melhorias.

Realizando uma comparação das imagens que surgiram nos mapas afetivos das três diferentes categorias de usuários do campus do Benfica, notamos os seguintes aspectos. Professores demonstraram um grau de pertencimento maior que alunos e servidores. Podemos levantar a hipótese de que esta diferença seja influenciada pelo tempo de relação com o espaço que professores têm a mais que alunos. Muitos servidores também possuem muito tempo de serviço na universidade, mas, geralmente, sua relação com espaço é restrita a seu local de trabalho, enquanto os professores possuem mobilidade maior, podendo manter relações com diferentes espaços do campus universitário (Figura 2).

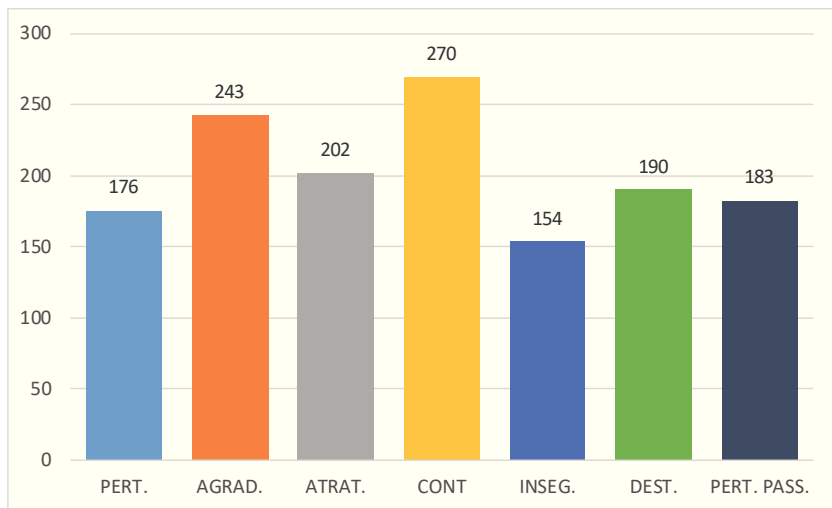


Figura 1 – Somatório de imagens (todas as categorias)

A imagem de pertencimento ao passado se destacou na categoria dos professores. Isso talvez seja explicado pelo fato de muitos desses docentes terem sido alunos da mesma universidade e terem apego por esta época. Já a imagem de destruição apareceu mais forte na categoria dos servidores. Talvez as características físicas precárias dos estabelecimentos da universidade sejam mais percebidas por esta categoria, porque passa mais tempo na universidade que as demais. A imagem de insegurança, por sua vez, pareceu ser menor para os alunos, uma vez que, para estes, a universidade representa um espaço de liberdade, de aceitação e que, por esses motivos, fazem-nos sentir-se seguros.

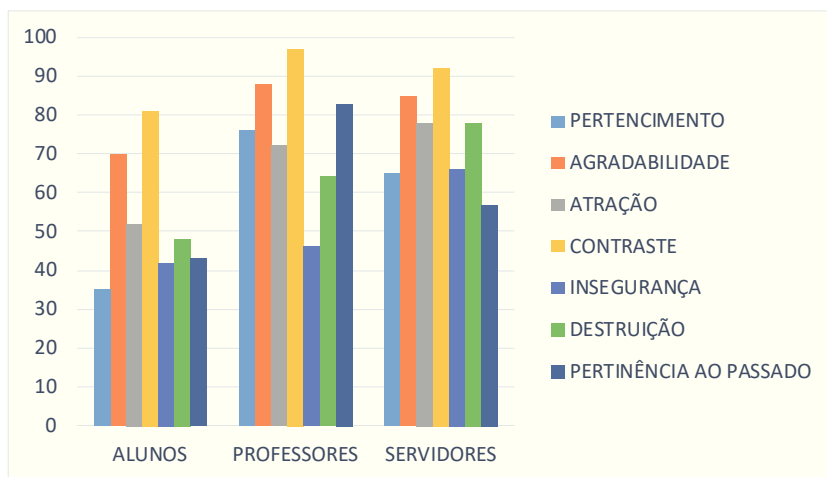


Figura 2 – Imagem por categoria de usuário do campus

Análise de conteúdo temática das entrevistas

As categorias encontradas na análise de conteúdo das entrevistas foram: sentimento, lugares representativos, atitudes típicas, ami-

zades, estrutura e organização do espaço, pertencimento, categoria profissional, campus e construção pessoal, tempo livre/ócio, atratividade e inconvenientes.

Na categoria “sentimentos”, foram colocados alguns afetos expressos em relação ao campus do Benfica. Na categoria “lugares representativos”, foram separados os lugares considerados mais significativos para os usuários e os motivos que promovem essa importância específica. Nas “atitudes típicas”, buscou-se levantar atitudes ou comportamentos associados ao campus, comuns e particulares a cada respondente. Na categoria “amizade”, buscou-se perceber em que nível as relações mantidas no campus o ultrapassam, se assentam na vida pessoal e como são essas relações. Em “estrutura e organização do espaço”, os usuários foram indagados a respeito das diversas estruturas oferecidas pelo campus: física, cultural, social, de serviços, etc. e se essas são ou não satisfatórias para eles.

O objetivo foi descobrir se eles consideram que essas estruturas interferem na sua vivência no campus e como. A categoria “pertencimento” visa a levantar diretamente se há apego em relação ao campus e que tipo de apego podemos encontrar. A “categoria profissional” visou listar se os indivíduos consideram que as suas funções no campus interferem na sua relação com ele. A categoria “campus e construção pessoal” teve o intuito de questionar sobre que papel o campus desenvolve no crescimento do indivíduo como pessoa, ou seja, de que forma ele atua no desenvolvimento psicossocial de seus usuários. A categoria “tempo livre/ócio” destinou-se a avaliar como os usuários do campus usufruem desse lugar quando não estão envolvidos em situações acadêmicas, isto é, de que forma estes utilizam seu tempo livre quando estão no ambiente universitário. Ficam no campus ou vão para os seus arredores? Realizam atividades lúdicas? A categoria “atratividade” buscou abarcar o que prende as pessoas ao campus, o que as atrai. Por último, a

categoria “inconvenientes” registrou os aspectos negativos observados no campus.

Não houve contraste significativo entre as respostas obtidas através dos mapas afetivos e as conseguidas por intermédio das entrevistas. Observou-se que as respostas aos mapas afetivos, muitas vezes, tratavam-se de sínteses, principalmente no que concerne às palavras-chave, daquilo que foi relatado nas entrevistas. Em contrapartida, o relato verbal dos sujeitos nos permitiu um maior aprofundamento dessas respostas, visto que possibilitou aos indivíduos construir um sentido para as imagens em questão, de forma reflexiva, bem como um conhecimento mais específico do tema em questão, pelos pesquisadores.

Na primeira categoria, “sentimentos”, foi observado que os afetos são bastante representativos do apego, da imagem e da relação que o indivíduo possui com o lugar. O sentimento de saudade, caso se distanciassem do campus, foi comum a todas as categorias, mas não a todos os usuários. Junto a esse sentimento e a esse contexto, também apareceram nostalgia e sofrimento, em menor escala. Foi observada fortemente a sensação de um ambiente agradável, livre, calmo e relaxante, propício às interações. Por cerca de duas vezes, foi relatado sentimento de segurança, mas será observado posteriormente que a insegurança foi um tópico também levantado. O apreço pelo aspecto humano do campus foi algo que apareceu somente uma vez nessa categoria, mas foi indicado de diferentes formas ao longo das entrevistas, principalmente através do apreço pelo contato com a diversidade.

Os espaços de encontro foram quase unânimes entre as respostas das três categorias. O bosque e as cantinas foram considerados de suma importância, justamente por seu papel socializador. No caso do bosque, as indicações foram feitas, ainda, devido às características do espaço: lugar amplo, com natureza, ameno, agradável, relaxante, palco de manifestações culturais etc. Outros locais mencionados foram a quadra do CEU, a concha acústica, o auditório,

por sua importância acadêmica, espaços de convivência nas proximidades de alguns cursos, e o Pitombeira Bar, o que demonstra a interpenetração entre o bairro e o campus do Benfica.

As atitudes em relação ao ambiente foram bastante salientadas por alunos e servidores, e principalmente pelos últimos, que também mencionaram respeito, zelo, preocupação com o ambiente e com a coletividade, encontros e confraternizações no ambiente. Além dessas relações, a liberdade, a cultura do lugar (exemplificada pelo modo de vestir-se dos alunos) e a interação informal entre estes, assim como a convivência, foram atitudes típicas recordadas pelos usuários.

O relacionamento com as amizades formadas no campus foi consideravelmente variado. Metade dos alunos, por falta de tempo ou por se encontrarem distante do campus, mencionou não ter amizades fortes formadas a partir dele. Um dos alunos mencionou um grupo seleto de amigos e a convivência com várias pessoas diferentes devido a suas atividades no campus. Já para outro aluno, o campus propiciou um crescimento social muito significativo, chegando a ser responsável pela maioria de suas amizades atuais. A maioria dos servidores entrevistados costuma ter amizades originadas no campus e que se estendem para fora dele. Contudo, as características dessas amizades são bastante variáveis. Já no grupo de professores, as amizades próximas são ampliadas para fora do campus.

As estruturas cultural e social do campus foram avaliadas positivamente pelos alunos, tanto pela qualidade dessas estruturas quanto pelo seu caráter gerador de novas possibilidades de relacionamento entre as pessoas. A estrutura física desencadeou opiniões diversas. Por vezes, foi indicada como interferindo na relação do indivíduo com o campus e, por vezes, não. Também houve opiniões divergentes quanto à sua capacidade de suprir as necessidades da universidade, em alguns momentos sendo citada como suficiente e, em outras, como precária. A falta de material foi sempre lembrada pelos alunos. Outro fator registrado foram as falhas logísticas da universi-

dade, principalmente no tocante ao funcionamento dos cursos. Para os servidores, a estrutura precária, antiga e improvisada do campus dificulta o trabalho e o entrosamento. Ela foi mencionada em todas as entrevistas. Há várias falhas estruturais com as quais eles têm de lidar, como os auditórios e o estacionamento. A estrutura não é adequada para o uso que se faz dela. Já a estrutura cultural, eles consideram, assim como os alunos, que se constitui em um ponto positivo. Na opinião dos professores, a estrutura foi vista de duas formas, como precária e com urgência de reformas, mas também como um local agradável.

O campus é sentido pelos alunos como um lugar que promove o bem-estar e o relaxamento e, assim, permite que sintam-se à vontade nos vários locais do campus. O campus é observado como um lugar público confortável, mas não é sentido como se fosse a própria casa por nenhum dos alunos entrevistados. Apenas a metade dos servidores demonstrou um apreço forte por alguma parte específica do campus. Os lugares citados foram o Restaurante Universitário - RU, as mangueiras da Reitoria e a Casa de Cultura Francesa. A semelhança entre eles é que são lugares que fazem parte da história individual dos que os relataram. Já com os professores, o pertencimento tanto foi mencionado como sendo ligado à vida profissional, como fazendo analogias do campus com a própria casa dos indivíduos. Os lugares mais citados como possibilitadores de uma sensação de estar em casa foram o bosque e os jardins. Segundo os entrevistados, essa sensação deve-se ao fato de serem lugares agradáveis e que promovem a humanização do campus.

É unânime entre os alunos que a categoria ocupacional influencie na relação dos frequentadores com o campus, pela razão de que sua ocupação em relação a ele definirá sua postura, seu modo de lidar com o ambiente, com a instituição e com as pessoas em geral. As ocupações promovem peculiaridades no papel e na relação do indivíduo no campus. Entre os servidores, apenas um mencionou que a ocupação no campus não era influente. Em re-

lação aos professores, um considerou que todos tinham o mesmo sentimento, de agradabilidade, enquanto o outro, que eles dependem da inserção de cada um e independem especificamente da função.

O aspecto mais relatado pelos alunos como sendo de maior influência para o crescimento pessoal são as relações sociais estabelecidas no campus. O curso frequentado, o ambiente agradável, os anos que se passa no campus e as possibilidades oferecidas por ele, assim como o contato com a diversidade. No entanto, o mais frequente nas respostas, e como sendo de maior importância, foram as pessoas conhecidas através do campus. O crescimento social influi no pessoal. As respostas dos servidores foram bastante diversas. O campus foi colocado como local de experiências significativas, tanto positivas quanto negativas. Por vezes, estendeu-se para outros aspectos da vida, passando a ser uma relação mais íntima e a ter um significado mais próprio e mais forte, não se resumindo apenas ao local de trabalho. Os professores citaram que o campus influencia bastante a formação pessoal devido às experiências que as pessoas podem ter a partir dele.

As atividades exercidas no tempo livre também foram bastante diversas. As conversas foram a principal atividade relatada. Fora elas, foram citadas leituras, estudos, lanches, a biblioteca, o *shopping* Benfica, a *internet*, resolução de assuntos particulares, caminhadas pelo jardim e plantação de mudas nele.

A atratividade esteve presente em todos os alunos entrevistados. Os pontos mais atrativos são as relações sociais estabelecidas no campus. Outros pontos citados foram os locais de entretenimento e cultura do bairro do Benfica. A atividade cultural do campus, o que ele tem a oferecer, foi o mais enfatizado entre os servidores, mas também foram citadas as amizades e a produção intelectual e a política. Os professores indicaram vínculos mantidos em nível utilitarista, profissional, e em nível pessoal, sendo demonstrado um zelo e uma preocupação com o campus neste caso.

Os alunos observaram comportamentos de desrespeito por parte dos frequentadores do campus, mas não como sendo algo específico dele, mas sim da humanidade. Segundo uma aluna entrevistada, o desrespeito é encontrado ao longo de toda a convivência humana. Além disso, foi relatada a necessidade de melhorias na estrutura física do campus. Os pontos desagradáveis, segundo os servidores, foram atitudes prepotentes por parte de alguns professores devido ao seu *status*, a violência, a insegurança, o caos no trânsito, e o fumo exagerado, assim como lugares usados para isso e o desrespeito em relação às pessoas, aos espaços e à natureza. Os professores consideraram a mercantilização da educação, o uso de maconha por parte dos alunos, assim como sua disposição impedindo as vias de passagem, entre outras atitudes de desrespeito com o próximo e com o ambiente. Como podemos observar, o desrespeito, o egoísmo e a falta de preocupação com o próximo e com o espaço são os principais fatores humanos que dificultam a agradabilidade em relação ao campus. É curioso notar isso quando, ao mesmo tempo, o campus do Benfica foi apontado por alguns como tendo uma maior preocupação com a coletividade e com o ambiente comparado aos outros campi da UFC. Para os alunos, as relações sociais no campus tanto são propiciadoras quanto dificultadoras de agradabilidade em termos de indicadores afetivos.

Uma década depois: construção dos mapas afetivos dos estudantes e trabalhadores do campus do Benfica

No estudo realizado em 2016, responderam ao Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos 26 sujeitos, sendo seis servidores e vinte estudantes. Nessa pesquisa, os professores não responderam ao questionário. Outra diferença, essa concernente à metodologia, foi a ausência de entrevistas após a aplicação dos questionários. Os dados que serão apresentados a seguir são frutos da construção dos mapas afetivos, que obedecem aos preceitos metodológicos abordados anteriormente.

Dos funcionários que responderam ao questionário, três trabalhavam na área I do Centro de Humanidades, dois trabalhavam na área II, e um na Casa Amarela Eusélio de Oliveira, um equipamento cultural pertencente à Universidade situado nos arredores do Centro de Humanidades. A partir da análise de conteúdo das respostas dos instrumentos, os sujeitos foram categorizados em três seções, de acordo com a imagem emergente preponderante em suas respostas: agradabilidade, contraste e destruição. A tabela 1, mostra o quantitativo de cada categoria.

Tabela 1 - Quantitativo de servidores por estima de lugar

Estima de lugar	Quantidade de sujeitos
Contrastes	3
Destruição	2
Agradabilidade	1
Total	6

Relativo à estima de lugar, vê-se a repetição da grande recorrência da categoria “contraste”. Em quinze anos de pesquisas com os mapas afetivos, os contrastes têm condensado um grande número de respostas, sendo crucial a compreensão desses para elucidar aspectos dos ambientes urbanos/construídos (BOMFIM et al., 2018). Os contrastes são imagens afetivas que surgem de paradoxos.

Logo em seguida vê-se a “destruição”, que nos mapas afetivos dessa fase da pesquisa está muito relacionada ao estado de conservação das estruturas físicas da Universidade, às possibilidades de locomoção e de permanência na Universidade e ao esgarçamento das relações interpessoais. A “agradabilidade” representa as imagens de espaços de convivência, de espaços verdes e das possibilidades de lazer e de crescimento pessoal/profissional.

O conteúdo das respostas desvela aspectos sociofísicos do ambiente, que justificam a prevalência de tais categorias. O campus, sob a ótica do trabalhador, é tido como um lugar de trânsitos, de fluxos, representado pela metáfora estabelecida por um dos respondentes – o “campus trânsito”, e pelo desenho feito por outro respondente, cujo significado atribuído foi “uma via de mão dupla”. É reconhecido o fluxo tanto de pessoas, quanto de objetos e ideias.

O trânsito, porém, não se dá da forma mais tranquila. Foi preponderante, entre os trabalhadores, a sensação de haver frequentadores desrespeitosos no campus. Dos seis trabalhadores que responderam, três se ativeram a esse aspecto. Consideramos tal fenômeno como parte do choque intergeracional que ocorre no campus, visto a diferença de idade entre os alunos (que são tidos como desrespeitosos) e os servidores e professores. Ainda é citado um problema estrutural que atrapalha os fluxos: a acessibilidade. Um respondente alude a esse tema como um problema, e reconhece a falha da Universidade em prover prédios melhores e mais acessíveis. Outro aspecto relevante citado é o sentimento de desigualdade social manifesto por um dos respondentes. Em suas palavras, seu desenho representou “grupos de pessoas onde (*sic*) a classe social separa” e prevaleceram os sentimentos de discriminação e diferença.

A partir da análise de conteúdo das respostas dos instrumentos respondidos pelos servidores, duas categorias não surgiram como condensadoras das imagens afetivas dos sujeitos. Essas categorias foram o “pertencimento” e a “insegurança”. Apesar de serem identificadas, o não surgimento dessas categorias aponta para inferências, que podem também desvelar conteúdos. A estima de lugar de pertencimento é descrita como a síntese de sentimentos tais como o sentimento de que o lugar é parte de si (relação de identidade). Assim como para o apego ao lugar (GIULIANI, 2004), a variável “tempo” é um fator importante para a emergência da

imagem de pertencimento. Os vínculos trabalhistas precários (os dois trabalhadores cuja estima de lugar caracterizou-se como destruição eram funcionários terceirizados) não corroboram com o surgimento de imagens tais como pertencimento.

Na categoria dos estudantes, vinte sujeitos responderam ao IGMA. Os estudantes se distribuíram pelas áreas I, II e III do Centro de Humanidades do campus do Benfica, sendo oito estudantes da área I, onze da área II e um da área III. Abaixo segue a tabela 2, com o quantitativo da distribuição dos sujeitos por estima de lugar.

Tabela 2 - Quantitativo de estudantes por estima de lugar

Estima de lugar	Quantidade de sujeitos
Contrastes	6
Pertencimento	5
Agradabilidade	4
Destruição	3
Insegurança	2
Total	20

Os contrastes repetem-se como imagem preponderante dentre os estudantes. Tal categoria nesse segmento, manifesta-se entre a contradição entre sentir-se pertencente a algo e ao mesmo tempo sentir-se isolado. Tal imagem é sintetizada pelas metáforas “campus prisão” e “campus escola de ensino médio”. A escola de ensino médio é descrita como um lugar que “se resume às salas de aula”, o que diz sobre o sentimento de isolamento. Ao passo que os estudantes se sentem pertencentes e implicados com o seu lugar de estudo, sentem-se isolados do convívio com seus pares, o que em parte pode ser explicado pela ausência de espaços de convivência no

campus, apontado pelo sentimento de “clausura” manifestado por um respondente.

Exemplos da ausência de espaços de convivência são as instalações dos cursos de Psicologia/Biblioteconomia (Centro de Humanidades II) e Ciências Sociais (Centro de Humanidades III). Apesar de haver uma praça no Centro de Humanidades III, o curso de Ciências Sociais funciona isolado dos outros cursos, separado por ruas e avenidas, sendo cercado por setores administrativos da Universidade. A sensação de isolamento é fomentada pela sensação de “abandono”. Nas palavras de um respondente, “É um ambiente que não gera pertencimento, poluído, e provoca sensação de desamparo”. Junto à precariedade das instalações (demonstrada pela incapacidade do ambiente em receber pessoas com deficiência), tais fatores apontam para a estima de destruição, preponderante em três dos vinte respondentes.

A categoria de agradabilidade, por sua vez, é manifesta por sentimentos contrários aos evidenciados pela imagem de destruição. Aspectos como a presença de espaços verdes e espaços de convivência são apontados como fomentadores dos sentimentos de “paz”, “tranquilidade” e “bem-estar”.

As imagens de pertencimento estão intimamente relacionadas com as relações interpessoais que se dão no espaço do campus. Sentimentos como “amor” e “acolhimento” são citados por respondentes nos quais preponderou tal categoria. Para além, a identificação com o ideário pactuado entre os estudantes do campus do Benfica (que concentra estudantes das ciências humanas) é também um dos fatores contribuintes para a emergência das imagens de pertencimento, tendo em vista que o campus é caracterizado pela “convivência saudável entre o diferente, pela troca de informações, experiências e conhecimentos entre as pessoas”.

A insegurança, por sua vez, muito tem em relação com o pertencimento. Enquanto esse é a imagem de que o lugar é parte de si, a insegurança é a imagem da inconstância, da “caixa de surpresas”

(BOMFIM, 2003). As surpresas, por sua vez, podem suscitar tanto o pertencimento, o contentamento com o novo, quanto a imagem de insegurança, quando ao sujeito não são dadas as condições para escolher dentre as opções apresentadas a ele. Sawaia (1995) descreve que é necessário que os lugares possuam certa constância para aos que os experimentam possam, com esses, desenvolver uma relação de identidade. Tal fato corrobora com uma noção de insegurança inversamente proporcional ao pertencimento.

A imagem relativa à insegurança surge também como dificuldade em lidar com a violência do entorno. A sensação de abandono também corrobora para o surgimento do sentimento de insegurança, sendo o campus relatado como um “ambiente que causa insegurança durante a noite, pois é quando esvazia”.

Considerações finais

Na primeira fase da pesquisa ocorrida no período de 2006 a 2007, feita com 94 alunos, buscamos observar os afetos relatados por eles com relação ao Campus do Benfica. As categorias encontradas foram: pertencimento, agradabilidade, atratividade e contrates. Buscou-se avaliar, principalmente, questões como: segurança, áreas verdes, acesso, iluminação, qualidade vida, grau de satisfação, entre outros pontos importantes.

Nessa segunda fase dessa mesma pesquisa, no período de 2008 a 2009, trabalhamos com apenas quinze sujeitos (cinco alunos, cinco professores e cinco servidores), visando uma pesquisa mais qualitativa. Dessa vez, buscamos averiguar se existe apego destes com relação ao campus e, caso exista, quais os tipos apresentados e se há diferença entre alunos, professores e alunos quanto aos tipos de apego. Contudo, o propósito maior dessa pesquisa, nessa segunda fase, foi perceber se o apego pode ser percebido como sendo uma categoria analítica de avaliação de ambientes universitários, e se ele facilita, ou não, comportamentos pró-ambientais com relação ao

campus. Encontramos as seguintes categorias: agradabilidade, atratividade, pertencimento e pertencimento ao passado, insegurança, destruição (em menor escala), mas o que predominou foi a categoria de contraste, na qual a estima positiva é bem maior que a estima negativa.

Importante relatar que entre esses dois momentos dessa pesquisa, houve a construção de novos prédios, tanto na área I quanto na área II do Campus do Benfica. Além dos prédios, também foi feito um bosque com bancos, luzes e novas árvores plantadas. Porém, antes de tudo ser levantado, aconteceram muitos protestos contra a derrubada de várias árvores existentes no campus. O que já pode ser percebida como uma identificação com o lugar e um desejo de que este permaneça como é, a fim de evitar uma desestrutura da percepção de si. A quadra do CEU, os estacionamento e as rampas também foram reformados. Além disso, uma das etapas do Projeto de Extensão “Qualidade de Vida no Campus do Benfica” foi a implementação da coleta seletiva de lixo por todo o campus. Dez anos depois, em 2016, as imagens levantadas dos IGMAs respondidos pelos estudantes e trabalhadores parecem suscitar os mesmos sentimentos. Poucas ações são desenvolvidas atualmente com foco na qualidade de vida no espaço acadêmico, como a extensão “Vida no Campus” (INACIO et al., 2017) e a pesquisa “Afetividade e Sustentabilidade: um estudo de caso da Universidade Federal do Ceará” (LIMA et al., 2016, 2017).

Esse estudo demonstrou que o bem-estar depende de como o ambiente é capaz de corresponder às necessidades de cada pessoa de diferentes culturas e, assim, facilitar a apropriação (MOSER, 2001), isto é, esses processos são desde a cultura do país até a cultura da família, eles são singulares e diversos, diferem de pessoa para pessoa. De acordo com Pol (1996), o modo de apropriação de cada família e de cada indivíduo depende dos modelos culturais, do papel social, das formas e estilos de vida, intervindo inclusive as referências de imagem de si mesmo e do próprio corpo.

Dessa forma, percebemos que alunos, professores e servidores se identificam com o Campus do Benfica de formas diversas. Alunos relatam a importância das relações sociais e enfatizam seu apreço pela diversidade humana existente no campus, ambas, segundo os mesmos, facilitadas pelo lugar. Professores demonstram um maior pertencimento ao campus que alunos e servidores. Aqueles relatam sensações de estar em casa ao falar sobre os bosques e jardins do campus. Nas entrevistas, das diferentes categorias, foi comum escutarmos nos depoimentos dos sujeitos uma sensação de bem-estar ao citar elementos naturais encontrados no campus. Isso se torna algo relevante nesse estudo, pois, segundo Sugiyama, Thompson e Alves (2008),

O que torna as pessoas mais satisfeitas pode ser um verdadeiro uso de espaço abertos, contato com elementos naturais, interação social no espaço, a sensação de comunidade por esse espaço, ou simplesmente a fato de saber que existe bom parque pelas redondezas. (SUGIYAMA; THOMPSON; ALVES, 2008)

Contudo, segundo essas autoras, outros fatores se correlacionam para definir a qualidade de vida dos sujeitos nos espaços, isto é, a condição de vida geral do sujeito deve ser observada para que se possa entender de forma mais aprofundada como se dá a relação entre este e o seu ambiente. Acreditamos que as diferenças nas condições socioeconômicas das diferentes categorias estudadas interferem na sua forma de agir e transformar o campus, isto é, na sua forma de apropriar-se do mesmo.

Nesse estudo, fica claro o caráter multidimensional da interação entre sujeito e seu ambiente, confirmando o objetivo da Psicologia Ambiental em compreender os processos psicossociais derivados das relações, interações e transações entre as pessoas, grupos sociais, comunidades e seus entornos sócio físicos (VARELA; POL, 1994).

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e Afetividade**: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo. São Paulo. 2003, 273 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2003.
- BOMFIM, Z. A. C.; FEITOSA, M. Z. S.; FARIAS, N. F. Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental. IN: LIMA, A. F.; GERMANO, I. M. P.; SABÓIA, I. B.; FREIRE, J. C. (Orgs.). **Sujeito e subjetividades contemporâneas**: estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. 1ª ed. Fortaleza: Edições UFC/Imprensa Universitária, 2018. p. 455-482.
- INACIO, J. C. S. et al. Vida no campus: Afetividade, Acessibilidade e Sustentabilidade. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 4160-4160, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/16200/19227>. Acesso em: 08 maio 2018.
- LIMA, A. C. et al. Universidade sustentável: Possibilidades sob o olhar da Psicologia. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1792-1792, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/26816/55624>>
- LIMA, A. C. et al. Afetividade e Sustentabilidade: Uma proposta de estudo de caso da Universidade Federal do Ceará. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 718-718, maio 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/17331/23751>
- MOSER, G. Psicologia Ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal. IN: TASSSARA, E. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do Urbano**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001, p. 189- 210.
- POL, E. La Apropiación del Espacio. In: Íñiguez, L.; E. Pol, E. (Orgs.). **Cognición, representación y Apropiación del Espacio**. Barcelona: Coleccion Monografies Sócio/Ambientais, 1996. p. 45-62.
- SAWAIA, B. B. O Calor do Lugar, Segregação Urbana e Identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995.

_____ **Por que investigo afetividade.** Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP. São Paulo: PUC/SP, 2000.

SUGIYAMA, T.; THOMPSON, C. W.; ALVES, S. Associations Between Neighborhood Open Space Attributes and Quality of Life for Older People in Britain. **Environment Behavior**, v. 41, n. 1, p. 3- 21, 2009.

VALERA, S.; POL, E. El Concepto de Identidad Social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. **Anuário de Psicologia**: Barcelona, v. 62, n. 3, p. 5-24, 1994.

VIGOTSKI. L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Capítulo 6

Relações de bem-estar e estresse no ambiente hospitalar

Maíra Longhinotti Felipe¹
Bettieli Barboza da Silveira²

Introdução

Se assumirmos que os ambientes têm a capacidade de guiar ou facilitar comportamentos, restringindo ou encorajando certas respostas psicológicas, então seria pertinente atentar para aspectos da relação pessoa-ambiente potencialmente promotores de saúde e bem-estar ou que, contrariamente, podem funcionar como fontes de estresse, comprometendo a qualidade de vida das pessoas. As contínuas exigências da vida e as frequentes transformações ambientais expõem as pessoas a uma série de demandas que podem afetá-las negativamente, prejudicando habilidades e recursos. O processo de

.....
¹ Pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis – SC. Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental-LAPAM. mairafelippe@gmail.com

² Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis – SC. Membro do LAPAM/UFSC. bettieli.bs@gmail.com

restauração através do qual tais habilidades e recursos são recuperados ou restabelecidos às condições anteriores ao desgaste tem sido objeto de estudo na Psicologia Ambiental (PA).

Nessa direção, o presente texto trata das relações de saúde e estresse em que estão implicados aspectos físicos do ambiente e psicossociais das pessoas. Os espaços hospitalares reúnem em si um conjunto de potenciais estressores - a dor; a perda da noção de tempo e do controle sobre a própria vida; a assimilação dos sentimentos de impotência dos profissionais frente aos casos atendidos; os espaços confinados, estranhos e complexos; as restritas possibilidades dos profissionais em executar novas e diferentes intervenções terapêuticas; o afastamento de casa e da família - ao tempo em que deveriam oferecer condições propícias para a recuperação da saúde de pacientes e a manutenção do bem-estar de familiares e profissionais.

A primeira parte do texto é dedicada à abordagem teórica de temas centrais e subjacentes à matéria. São, portanto, examinadas as noções de estresse, restauração e ambientes restauradores, bem como o tema da arquitetura hospitalar e o bem-estar, por meio do quadro conceitual da Teoria do Design de Suporte e do Design Baseado em Evidência. A segunda parte do texto apresenta dois relatos de pesquisas empíricas nesse âmbito de investigação, realizadas ao interno do Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPAM-UFSC) e também em parceria com a Universidade de Ferrara, na Itália. No primeiro estudo, explora-se o reduto psiquiátrico prisional, através de investigação junto a profissionais que atuam em um hospital de custódia, na intenção de compreender os aspectos físicos e psicológicos desse ambiente que interferem nas condições de bem-estar de seus usuários. Ao passo que o segundo estudo se propõe a identificar atributos físicos de quartos de internação pediátricos que comunicam aos pacientes significados relacionados à restauração afetiva do estresse. Por fim, os autores se posicionam sobre a importância de se cons-

truir uma base científica sólida, capaz de envolver gestores públicos e planejadores em ações ambientais dirigidas à promoção de saúde e qualidade de vida.

Aspectos teóricos

Estresse

Estresse tem sido definido como o conjunto de reações a eventos, situações ou ambientes percebidos por um indivíduo como uma ameaça que desafia o seu bem-estar (KAPLAN, 1995; ULRICH, 1999; ULRICH et al., 1991). Eventos, situações e ambientes que provocam reações de estresse são definidos nesse contexto como fatores estressantes ou estressores. As respostas de estresse a esses fatores, por sua vez, são de ordem tanto psicológica quanto fisiológica (ULRICH et al., 1991). Correspondem, portanto, a um conjunto de reações psicofisiológicas inter-relacionadas (KAPLAN, 1995) que mobilizam o indivíduo a lidar com o estressor, combatendo-o, mitigando-o, a fim de retornar à condição de bem-estar.

Sob a designação de estresse psicológico estão as reações afetivas, cognitivas e comportamentais (ULRICH et al., 1991). As reações afetivas de estresse caracterizam-se pelo avanço de sentimentos negativamente entonados, tais como a raiva, o medo, a ansiedade e a tristeza. As reações cognitivas incluem, por exemplo, todas as avaliações que o sujeito elabora em torno da situação estressora. No que se refere ao comportamento, podem ser observadas atitudes e ações de evitação, bem como o uso de álcool, cigarros e entorpecentes.

Sob a denominação de estresse fisiológico estão as reações no Sistema Nervoso Central, Sistema Nervoso Autônomo e Sistema Endócrino (KAPLAN, 1995; PARSONS, 1991; ULRICH et al., 1991), que incluem a excitação dos aparelhos musculoesquelético, cardiorrespiratório e glandular. Essas reações são tipicamente repre-

sentadas por um aumento da tensão muscular, frequência cardíaca, pressão sanguínea, atividade respiratória e atividade das glândulas sudoríparas e excretoras de hormônios do estresse, como o cortisol e o corticosterona (GRAHN; STIGSDOTTER, 2003; PARSONS, 1991).

A mobilização afetiva, cognitiva, comportamental e dos diversos sistemas corporais mantém o indivíduo alerta e o leva a lidar com o estressor. Porém, representa um consumo de recursos que, quando persistente, acarreta fadiga (ULRICH et al., 1991) e pode trazer prejuízos importantes à saúde, temporários ou mesmo crônicos. Entre esses danos estão o declínio de *performance* ou desempenho cognitivo, suscetibilidade a desenvolver pressão sanguínea alta permanente como decorrência de estresse crônico, prejuízo do funcionamento do sistema imunológico em função de elevados níveis de hormônios do estresse e excitação do Sistema Nervoso Central (PARSONS, 1991; ULRICH et al., 1991).

Restauração e ambiente restauradores

Se o estresse é caracterizado pela mobilização psicofisiológica de um indivíduo em reação a um estressor, a restauração do estresse representa, por sua vez, uma desmobilização ou o retorno dos estados afetivos, cognitivos, comportamentais e dos diferentes sistemas corpóreos aos níveis de atividade e às condições que antecederam a reação de estresse. Assim, a restauração pode comportar diminuição de afetos e cognições negativamente entoados, aumento de afetos e cognições positivamente entoados, o retorno da atividade dos diferentes sistemas fisiológicos a níveis mais moderados de excitação: normalização dos batimentos cardíacos, pressão sanguínea, atividade respiratória, tensão muscular e sudorese, por exemplo (ULRICH et al., 1991). A restauração do estresse pode também ser representada pelo melhoramento do desempenho cognitivo em razão da recupe-

ração da capacidade atencional por ventura afetada pela condição de estresse (KAPLAN, 1995).

Nesse contexto, o ambiente físico pode assumir dois importantes papéis: permitir ou promover a restauração (HARTIG, 2011). Visto que aspectos do ambiente físico podem, por si só, constituir estressores (por exemplo, ruído, estrutura que não favorece o controle pessoal e a privacidade, fraco *affordance*), uma vez cessado o estímulo causador do estresse, o simples fato de não existirem solicitações ambientais estressantes dá ao indivíduo a oportunidade de se restaurar. Esse seria o papel passivo do ambiente físico no processo restaurador, o de permitir a recuperação dos estados psicológicos e fisiológicos em algum modo afetados. Diferentemente, alguns ambientes físicos possuem propriedades que não apenas permitem o processo restaurador, mas de maneira ativa promovem alterações psicofisiológicas positivas e, conseqüentemente, a recuperação dos recursos pessoais mobilizados durante a reação de estresse. Ambientes que permitem ou mesmo promovem a restauração são assim chamados de ambientes restauradores (HARTIG, 2011).

Uma das teorias sobre esses ambientes, a Teoria Psicoevolucionista (*Psychoevolutionary Theory*, PET), de Roger Ulrich (1999; ULRICH et al., 1991), explica como determinadas configurações ambientais promovem o restabelecimento dos recursos psicofisiológicos alterados durante uma reação de estresse. Ulrich defende que a restauração do estresse é uma função adaptativa da espécie humana, da mesma forma que o estresse. Se o estresse é uma mobilização inata que prepara o indivíduo para evitar, combater ou mitigar o estressor e, portanto, é uma função indispensável à sobrevivência humana ao longo do processo evolutivo, a restauração do estresse também o é. Ela é da mesma forma adaptativa porque, uma vez cessado o estressor, traz vantagens ao indivíduo que esteve sob a ação do estresse, contribuindo para a eficácia de seu desempenho no exercer todas as atividades das quais sua vida depende. Um indivíduo que alcança a

restauração a partir do estresse deixa de comprometer recursos psicofisiológicos importantes e passa a conservar e recarregar energia para outros afazeres indispensáveis à vida. Dentro dessa perspectiva, seria também esperado que um processo restaurador imediato e rápido tivesse vantagens sobre uma restauração tardia e lenta. Por isso, Ulrich acredita que os humanos estão biologicamente preparados para reagir prontamente e rapidamente a certos contextos ambientais favoráveis à restauração, próprio como um processo necessário à manutenção da vida.

Que contextos ambientais seriam esses? Os contextos de desenvolvimento humano que, durante uma admirável parte do período evolutivo, favoreceram o bem-estar e a sobrevivência da espécie: os ambientes naturais. Mais precisamente, as configurações naturais que propiciaram, entre outros, proteção, oportunidade de controle, fácil movimentação e acesso a alimentos e água. De acordo com a teoria de Ulrich, os humanos estariam preparados para reagir positiva, imediata e velozmente a esses ambientes, com o objetivo de alcançar a necessária recuperação do estresse. Para Ulrich, tal preparação não seria a mesma para o caso dos ambientes construídos, que apenas mais recentemente - considerando-se o longo período evolutivo da espécie - constituiu-se como cenário de desenvolvimento humano.

Na Teoria Psicoevolucionista, o processo restaurador do estresse é desencadeado prontamente a partir da percepção visual de atributos ambientais não ameaçadores e favoráveis ao bem-estar. O marco inicial desse processo é o súbito e até mesmo pré-consciente surgimento de afetos positivamente entoados, tais como alegria, calma, prazer e reações estéticas de preferência, ou seja, adesão estética derivada da apreciação ou gosto. Os afetos positivos teriam a função de motivar e sustentar o interesse pela cena, suprimir os afetos negativos da reação de estresse e os pensamentos estressantes, desmobilizar os sistemas fisiológicos sob excitação, trazendo-os a níveis de atividade mais moderados para evitar o consumo de recursos e energia úteis à sobrevivência (ULRICH,

1999; ULRICH et al., 1991). De acordo com Ulrich (1999), a resposta afetiva inicial também atua como um modelador da cognição ambiental, influenciando as avaliações que o indivíduo elabora em relação ao ambiente. Tais avaliações poderiam, por sua vez, refinar, apurar os sentimentos inicialmente produzidos e até mesmo gerar novos sentimentos.

Arquitetura hospitalar e bem-estar

As investigações empíricas, até o momento, não deixam dúvidas de que a relação que usuários estabelecem com o ambiente social e físico hospitalar pode trazer consequências tanto positivas quanto negativas para a sua saúde. Decorrente dessa certeza está um interesse sempre crescente pela investigação dos diferentes aspectos que podem estar envolvidos nessa relação, o que por sua vez se reflete no aumentado número de revisões periódicas publicadas sobre o tema. Tais investigações alimentam o campo denominado *Design Baseado em Evidência* (*Evidence-based Design* ou EBD) que, há cerca de três décadas, tem defendido a aplicação, na prática do *design* e arquitetura, do conhecimento científico e das diretrizes derivadas da investigação empírica acerca da relação pessoa-ambiente - com ênfase nos ambientes dedicados ao cuidado da saúde - a fim de promover o bem-estar, a segurança, a produtividade e a sustentabilidade (por exemplo, REHN; SCHUSTER, 2017; SIDENIUS; NYED; LYGUM; STIGSDOTTER, 2017; THEODORE, 2016; ULRICH et al., 2010).

Em 2010, Ulrich e colegas (ULRICH et al., 2010) propuseram uma estrutura conceitual para o campo do *Design Baseado em Evidência*, relacionando as variáveis envolvidas no estudo das inter-relações entre pacientes, familiares e profissionais da saúde, e o ambiente construído hospitalar ou de cuidado da saúde. Nesse quadro conceitual, Ulrich e colegas apresentaram um esquema dessa relação, exibindo, de um lado, como variáveis independentes, os diferentes elementos do ambiente físico construído e, de outro, como variá-

veis dependentes (*outcomes*), os aspectos sobre os quais esse ambiente físico pode exercer direta ou indiretamente alguma influência. Os autores também destacaram aspectos organizacionais - tais como competência e quantitativo de pessoal, políticas de comunicação e atendimento, e taxas de ocupação - como variáveis intervenientes ou de confusão nesse quadro de relações.

A partir de evidências teóricas e empíricas acerca dos efeitos ambientais sobre o bem-estar em uma ampla variedade de cenários físicos, Ulrich (1991) também propôs a chamada Teoria do *Design* de Suporte (TDS). Essa teoria orienta o planejamento de espaços destinados ao cuidado da saúde para que estes não apenas promovam o bem-estar, mas também deixem de produzir efeitos negativos a pacientes, familiares e profissionais. A TDS parte da premissa de que o ambiente físico das estruturas sanitárias deveria ser suportivo, ou seja, deveria ser desenhado de modo a favorecer o enfrentamento da doença e dos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais ligados a ela, possuindo ele próprio um efeito suplementar ao do tratamento médico oferecido.

Apoiando-se na bibliografia acerca do estresse e da restauração do estresse, Ulrich (1991) elegeu três fatores característicos de ambientes hospitalares que, além de não serem estressores, não oferecem obstáculos para lidar com o estresse e promovem o bem-estar. Para Ulrich, um ambiente será de suporte se favorecer: (a) a percepção de controle pessoal sobre o ambiente físico e social do hospital; (b) o acesso ao suporte social; (c) o acesso a distrações positivas e à eliminação de quaisquer fontes de distração negativa. Para o autor, esses três aspectos têm sido consistentemente sustentados pela bibliografia científica quanto a sua influência sobre o estresse e o bem-estar para uma ampla variedade de cenários físicos e grupos humanos. São também suficientemente amplos para abrigar a multiplicidade de situações envolvidas no contexto hospitalar.

Por controle pessoal, Ulrich faz referência à possibilidade de gerenciar fatores ambientais, atuar livremente sobre aspectos do ambiente a fim de adequá-los às necessidades pessoais. É a manifestação

do poder de intervenção e influência do usuário sobre o meio. Entre os fatores que podem favorecer a percepção de controle em um hospital estão: temperatura e luz ajustáveis pelo usuário; possibilidade de escolher a programação de TV e regular as interações sociais na direção de maior contato social ou de maior privacidade; possibilidade de livre movimentação e acesso a áreas de escape; poder de decisão sobre a execução de atividades desejadas; possibilidade de controle de ruído pela adoção de espaços privativos.

O segundo fator da TDS - o acesso ao suporte social - diz respeito ao tipo de apoio que deriva da interação com familiares, amigos e mesmo profissionais ou pacientes durante o período de internação hospitalar e que varia com a frequência e a duração deste contato. A bibliografia tem apontado que maior suporte social está relacionado a menor estresse e mais altos níveis de bem-estar quando não afeta, naturalmente, o controle da interação social e a privacidade (ULRICH, 1991). Entre os fatores que podem favorecer o suporte social em um hospital estão: a presença de mobiliário apropriado a familiares e visitantes no quarto de internação, o que inclui leito para o acompanhante, cadeiras, mesas e armários; a existência de salas de espera, jardins e equipamentos de apoio convenientes; facilidade de acesso a banheiros e estacionamentos.

Por fim, a Teoria do *Design* de Suporte considera o acesso a distrações positivas e a eliminação das fontes de distração negativa. Distrações positivas podem ser consideradas estímulos que atraem o interesse do observador, eliciam emoções positivamente entoadas e distraem de preocupações, pensamentos estressantes e mal-estar físico. Distrações negativas, por sua vez, são estímulos indesejáveis e estressantes difíceis de ignorar e sobre os quais normalmente não se tem controle (ULRICH, 1991). A falta de estimulação positiva ou a presença de distrações negativas não seriam suportivas por desfavorecerem o enfrentamento da doença e produzirem efeitos negativos sobre o usuário. São exemplos de distrações negativas as obras de arte abstratas, desordenadas e caóticas que - por não terem um sig-

nificado claro e explícito - sugerem interpretações variadas, muitas vezes influenciadas pela própria condição de hospitalização e de saúde do observador, marcada por pensamentos estressantes (ULRICH, 1999).

A arquitetura, portanto, oferece oportunidades ou restrições (ULRICH et al., 1991). De acordo com a estrutura do projeto arquitetônico e da configuração do interior do espaço é que se constroem as possibilidades da relação entre a pessoa e o ambiente. Neste sentido, cada elemento e cada obra tecem subjetivas conexões entre o meio e as pessoas que o habitam, para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento (LIMA, 2013). Com o intuito de descrever alguns aspectos dessa relação, duas pesquisas envolvendo ambientes restauradores em contexto hospitalar são apresentadas na sequência.

Estudo 1: Contexto psiquiátrico prisional e restauração psicológica do estresse

A relação entre o estresse, o bem-estar e os aspectos ambientais hospitalares envolvidos no estudo de ambientes restauradores foi inicialmente percebida através de pesquisas em manicômios, sanatórios e prisões localizados na França e na Inglaterra (MARKUS, 1993). Particularmente importante em ambientes que contemplam situações estressoras, a restauração do estresse em hospitais de custódia é dificultada devido às características de dualidade, confinamento e isolamento social que fomentam a reduzida autonomia do ser humano (CARRARA, 2010). Ainda, Damas e Oliveira (2013) reforçam que a própria privação de liberdade é um gerador de estresse por si só. Inclusive, pode ser potencializada por outras características físicas e ambientais do lugar. Portanto, a fim de ampliar os achados científicos alicerçados à área, este estudo foi articulado no intuito de compreender os fatores que influenciam as sensações de prazer ou desprazer, os significados ambientais e, sobretudo, identificar quais

elementos do ambiente de custódia hospitalar interferem no bem-estar e no desenvolvimento de estresse psicológico de profissionais desse contexto. Com base em estudo empírico realizado junto a dissertação de mestrado de uma das autoras, o texto se propõe a destacar algumas conexões advindas da referida investigação.

Dividido em duas fases, o Estudo 1 abordou, na primeira etapa, o levantamento de características e alterações do ambiente físico, realizado através de buscas documentais, registros fotográficos e aferição de medidas, atrelado ao diário de campo como fonte adicional de registro e coleta de dados. Neste momento, foram identificados os investimentos realizados nos últimos cinco anos, de maneira que se evidenciaram as tentativas da instituição de se adequar (ou não) aos parâmetros normativos de instalação física para tratar seres humanos. Na segunda fase, foi aplicada a técnica de fotografia do ambiente (HIGUCHI; KUHNEN, 2008) com os participantes, aliada à entrevista semiestruturada, propondo-se uma interlocução.

Doze participantes compuseram o estudo, todos profissionais, representando as especialidades existentes no hospital de custódia: segurança (n = 5), administração (n = 2), assistência psicossocial e enfermagem (n = 5). O grupo participante foi composto por informantes-chave, ou seja, pessoas com significativo conhecimento do assunto pesquisado, selecionados através de amostra intencional e da técnica bola de neve, assim que os primeiros entrevistados indicaram outros, e assim sucessivamente (PATTON, 2002). Resultando, portanto, em quatro mulheres e oito homens participantes, com média de idade de 41 anos e tempo médio de trabalho na instituição de 17 anos. Do material obtido na coleta de dados, analisados por categorias, originaram-se os seguintes grupos temáticos: (a) aspectos físicos favoráveis ao bem-estar; (b) aspectos físicos estressores; (c) características de bem-estar psicológico; (d) identidade de ambiente restaurador.

Os aspectos naturais, os espaços abertos, os lugares de interação, de conforto e descanso dentro da instituição foram os princi-

pais citados pelos participantes, no que condiz aos favorecedores do bem-estar dos usuários do lugar. Em contrapartida, a dualidade do local, as grades, a restrição de acesso, a estética arcaica e de tonalidade escura foram percebidas por eles como influências significativas, de valência negativa e relacionadas ao desenvolvimento do estresse.

Quanto aos fatores relacionados ao bem-estar psicológico, notou-se a implicação dos profissionais em investir na melhoria do processo de internação, caracterizado, segundo os participantes, por sofrimento e rechaço ao lugar. Além disso, observou-se a predominância de preocupações acerca da imprevisibilidade de se trabalhar com pacientes psiquiátricos custodiados, permeada pela dúvida sobre como efetuar o melhor manejo perante diferentes situações.

Sobre a identidade de um ambiente restaurador, verificaram-se depoimentos em torno da futura estruturação de espaços saudáveis, que promovam atividades com a natureza, interação entre os usuários do lugar, bem como a inclusão da família e da comunidade. Ademais, frisou-se a humanização do ambiente, o melhor acolhimento aos internos e aos visitantes, a revisão sobre o perfil do profissional dos trabalhadores de hospitais de custódia, bem como a realização de cursos e formações continuadas para melhor atendimento das demandas institucionais.

Por fim, e em relação à metodologia aplicada, ressalta-se positivamente a interlocução entre a técnica fotográfica e a entrevista, que construiu importantes alicerces entre a teoria e a prática. É preciso investir no acesso dos usuários do hospital de custódia às distrações positivas associadas ao bem-estar, além da eliminação das fontes de distração negativas e de estímulos que atraem o interesse do observador eliciando estresse e mal-estar psicofisiológico.

Estudo 2: Hospital pediátrico e restauração afetiva do estresse

O segundo estudo aqui apresentado partiu do entendimento de que as mensagens comunicadas pelo ambiente hospitalar podem

ser uma fonte de estresse quando marcadas por aspectos de valor negativo ou que não satisfazem às expectativas dos pacientes (SHUMAKER; REIZENSTEIN, 1982). Desta consideração, elaboramos a hipótese de que determinados afetos e cognições de valor positivo suscitados pelo ambiente físico do hospital têm a potencialidade de consentir ou promover a recuperação de recursos psicológicos e fisiológicos afetados pelo estresse.

As mensagens ambientais podem ser compreendidas em termos do significado que um ambiente possui para um indivíduo. O significado ambiental traduz-se, à vista disso, nas qualidades que definem um determinado local para o usuário (CORRALIZA, 1998). É um produto do processo perceptivo ambiental e se coloca como uma dimensão das representações ambientais ou imagens mentais do ambiente, reunindo todos os elementos de que uma pessoa faz uso para dotar de valor e sentido um lugar.

Dentro desse âmbito de estudo - e considerando-se a hipótese de que tratamos inicialmente - investigamos possíveis relações entre o significado ambiental e o processo de restauração no campo das emoções e sentimentos, a partir da condição de estresse. Desta forma, buscamos compreender quais significados são atribuídos por pacientes a quartos de internação e se tais significados se relacionam à restauração ou a recuperação de recursos afetivos mobilizados ao longo de uma condição sabidamente estressante: a experiência de passar por procedimentos médicos cirúrgicos.

Assim, com o intuito de produzir resultados que alimentem o campo do *design* e da arquitetura hospitalar, com vistas à concepção de ambientes promotores de saúde, objetivamos identificar - além de relações entre significados ambientais e restauração - os elementos específicos do ambiente físico que podem ser relevantes nesse processo. Propusemo-nos, então, à seguinte pergunta de pesquisa: quais atributos físicos de quartos de internação pediátrica comunicam aos pacientes mensagens ambientais relacionadas à restauração afetiva do estresse?

O estudo proposto envolveu inicialmente dados coletados em instituições hospitalares na Itália, como parte de uma tese de doutorado. Atualmente, continua em execução no Brasil, como parte de um estágio pós-doutoral. Visto que o significado atribuído a um lugar é influenciado, entre outros, pelo ambiente social, físico e cultural do usuário (ver HIGUCHI; KUHNEN; BOMFIM, 2011), esperamos coletar informações válidas para uma amostra brasileira, que venham a ser comparadas às obtidas em contexto italiano, o que poderá eventualmente contribuir para as discussões acerca dos aspectos específicos e universais dos fenômenos estudados.

O estudo realizado em território italiano envolveu a participação de quatro instituições hospitalares de regiões do centro-norte do país e se deu em quartos de internação pediátrica. Ao todo, participaram da pesquisa 124 pacientes (69 meninos e 55 meninas), com idade igual ou superior aos oito anos ($M = 12$ anos e 10 meses; $DP = 2$ anos e 9 meses). Também participaram 66 genitores (50 mães e 16 pais), sendo a média de idade destes igual a 45 anos e 10 meses ($DP = 6$ anos e 2 meses). A coleta de dados ocorreu ao longo de duas fases, compreendendo: (a) observação direta do ambiente físico construído (quartos de internação) e de vestígios ambientais do comportamento; administração de questionários a pacientes e genitores, bem como consulta a prontuários médicos e plantas arquitetônicas (Fase 1); (b) entrevistas semiestruturadas a pacientes a partir de fotografias de quartos de internação (Fase 2).

O objetivo principal da Fase 1 foi investigar a restauração na dimensão afetiva do estresse em pacientes pediátricos internados em decorrência de cirurgia eletiva, os significados atribuídos por esses pacientes ao quarto de internação e a existência de uma relação entre esses dois construtos: restauração afetiva e significado ambiental. Complementarmente ao objetivo principal, os quartos de internação ocupados pelos participantes da pesquisa foram também caracterizados quanto aos seus atributos físicos visuais, o que permitiu o estudo

das relações existentes entre tais características físicas, a restauração afetiva alcançada pelos pacientes e os significados atribuídos por estes ao quarto que ocupavam no hospital.

Realizada a primeira fase, foi necessário compreender quais os atributos físicos visuais eram relevantes, a partir da perspectiva do paciente, para a construção dos significados ambientais emergentes na Fase 1. Por esse motivo, uma segunda etapa de investigação foi realizada. Na Fase 2, valendo-se de entrevistas semiestruturadas com pacientes a partir de fotografias dos quartos de internação estudados, foram identificados os atributos físicos que desempenhavam um papel importante no processo de significação ambiental. Esses achados complementaram aqueles obtidos no primeiro momento da pesquisa.

A partir de análises estatísticas inferenciais (Correlação de Spearman), constatamos que uma melhor avaliação global do ambiente esteve relacionada a uma maior restauração afetiva do estresse ($\rho = +0,33$; $p = 0,003$; $N = 69$) e que a restauração foi também maior quanto mais os pacientes consideraram o quarto de internação tranquilizador ($\rho = +0,36$; $p = 0,002$; $N = 69$), ordenado ($\rho = +0,27$; $p = 0,014$; $N = 69$), alegre ($\rho = +0,27$; $p = 0,013$; $N = 69$), relaxante ($\rho = +0,23$; $p = 0,029$; $N = 69$), cômodo ($\rho = +0,25$; $p = 0,019$; $N = 69$), dotado de ar fresco ($\rho = +0,28$; $p = 0,011$; $N = 69$), espaçoso ($\rho = +0,21$; $p = 0,043$; $N = 69$), agradável ($\rho = +0,26$; $p = 0,015$; $N = 69$) e vivaz ($\rho = +0,26$; $p = 0,016$; $N = 69$). Uma descrição completa das análises pode ser consultada em Felipe et al., (2017). Destacamos também que a atribuição de sentido ao quarto do hospital se deu em modo dinâmico, isto é, modificou-se no decorrer do tempo, sugerindo que a experiência vivida a cada momento ao longo da hospitalização pode afetar continuamente o modo como os pacientes veem e sentem o ambiente no qual se encontram. Tal observação foi possível porque dados foram coletados ao início e ao final do período de internação do paciente (na Fase 1), que pode então descrever a própria experiência, no quarto de hospital, desde o momento em que chegou ao ambiente até o instante de deixar o local.

Ao término do procedimento investigativo (Fase 2), pudemos também verificar que os seguintes atributos físicos do quarto de hospital são relevantes na construção dos significados que estiveram relacionados à restauração: aparência residencial; acesso visual e físico ao ambiente exterior natural e ar fresco; amplitude moderada; oportunidades para a privacidade; oportunidades para a interação social; acesso a tecnologias; quadros e ilustrações nas paredes; suporte às necessidades do acompanhador; presença de brinquedos e áreas para jogos e atividades; conservação e ordem das instalações.

Considerações finais

Apresentamos aqui aspectos teóricos e dois estudos empíricos acerca de ambientes hospitalares e do processo de restauração a partir da condição de estresse. Abordamos os conceitos de estresse, restauração, ambientes restauradores, bem como a Teoria Psicoevolucionista, do *Design* de Suporte e do *Design* Baseado em Evidência. As investigações de campo, a sua vez - valendo-se de uma ênfase multimetodológica, que contemplou levantamentos técnicos, observações diretas, instrumentos fotográficos, entrevistas semiestruturadas e questionários - ilustram potencialidades de pesquisa e ação da Psicologia Ambiental em contextos de saúde. Ao mesmo tempo, lançam luz sobre alguns aspectos que podem estar envolvidos na promoção de bem-estar de pacientes, familiares e profissionais.

A aquisição de evidências empíricas acerca das relações de bem-estar e estresse em contextos de saúde é papel crucial dos estudos pessoa-ambiente. No entanto, é crucial que se sustente numa base científica sólida, aplicada a diferentes condições culturais e de serviço, para envolver gestores e planejadores ambientais no processo de construção de estruturas de saúde que realmente viabilizem relações de saúde. Apenas desse modo, a pertinência social da Psicologia Ambiental, pela aplicação de conhecimentos em prol de melhorias na qualidade de vida das pessoas, faz-se concreta e autêntica.

Referências

- CARRARA, S. L. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 1, p. 16-29, 2010.
- CORRALIZA, J. A. Emoción y ambiente. In: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (Orgs.). **Psicología ambiental**. Madrid: Pirámide, 1998. p. 59-76.
- DAMAS, F.; OLIVEIRA, W. F. A saúde mental nas prisões de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 5, n. 12, p. 1-24, 2013.
- FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A.; SILVEIRA, B. B.; LELLI, G. What is a Restorative Hospital Environment? Environmental Meaning, Affective Stress Restoration and Physical Attributes in Pediatric Inpatient Rooms. **Children, Youth and Environments**, v. 27, n. 1, p. 17-46, 2017.
- GRAHN, P.; STIGSDOTTER, U. A. Landscape planning and stress. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2003.
- HARTIG, T. Issues in restorative environment research: matters of measurement. In: FERNÁNDEZ-RAMÍREZ, B.; VILLODRES, H. C.; FERRER, S. C. M.; MÉNDEZ, M. M. (Orgs.). **Psicología ambiental 2011: entre los estudios urbanos y el análisis de la sostenibilidad**. Almería: Universidad de Almería, 2011. p. 41-66.
- HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. Percepção e representação ambiental: métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 181-215.
- HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; BOMFIM, Z. A. C. Cognição Ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 105-121.
- KAPLAN, S. The restorative benefits of nature: toward an integrative framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 15, n. 3, p. 169-182, 1995.
- LIMA, S. C. **Entre Celas e Cancelas: Descrevendo o Espaço do Sistema Penitenciário**. 1ª ed. Salvador: PPGAU/UFBA, 2013.

MARKUS, T. A. **Buildings & power: freedom and control in the origin of modern building types**. London; New York: Routledge, 1993.

PARSONS, R. The potential influences of environmental perception on human health. **Journal of Environmental Psychology**, v. 11, p. 1-23, 1991.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research e Evaluation Methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

REHN, J.; SCHUSTER, K. Clinic design as placebo: Using design to promote healing and support treatments. **Behavioral Sciences**, v. 7, n. 4, p. 77-87, 2017. <https://doi.org/10.3390/bs7040077>

SIDENIUS, U.; NYED, P. K.; LYGUM, V. L.; STIGSDOTTER, U. K. A diagnostic post-occupancy evaluation of the Nacadia® Therapy Garden. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 14, n. 8, p. 882-907, 2017.

SHUMAKER, S. A.; REIZENSTEIN, J. E. Environmental factors affecting inpatient stress in acute care hospitals. In: EVANS, G. W. (Org.). **Environmental stress**. Cambridge University Press: New York, 1982. p. 179-223.

THEODORE, D. Better design, better hospitals. **Canadian Medical Association Journal**, v. 188, n. 12, p. 902-903, 2016.

ULRICH, R. S. Effects of interior design on wellness: theory and recent scientific research. **Journal of Healthcare Interior Design**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 1991.

ULRICH, R. S. Effects of gardens on health outcomes: theory and research. In: MARCUS, C. C.; BARNES, M. (Orgs.). **Healing gardens: therapeutic benefits and design recommendations**. New York: John Wiley & Sons, 1999. p. 27-86.

ULRICH, R. S. BERRY, L. L.; QUAN, X.; PARISH, J. T. A conceptual framework for the domain of evidence-based design. **Health Environments Research & Design Journal**, v. 4, n. 1, p. 95-114, 2010.

ULRICH, R. S.; SIMONS, R. F.; LOSITO, B. D.; FIORITO, E.; MILES, M. A.; ZELSON, M. Stress recovery during exposure to natural and urban environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 11, n. 3, p. 201-230, 1991.

Capítulo 7

A força da natureza no ambiente de trabalho

Adria de Lima Sousa¹

Maria Inês Gasparetto Higuchi²

Introdução

Pensar um ambiente de trabalho passa inevitavelmente pela reflexão sobre os diferentes fatores que implicam na satisfação e bem-estar no trabalho como o relacionamento das pessoas, as retribuições organizacionais, as tarefas realizadas (SIQUEIRA; PADOVAM, 2008), a estrutura e a arquitetura organizacional (BORGES; MOURÃO, 2013). Todavia, essa arquitetura tem sido analisada prioritariamente em função dos modelos de gestão e fatores de cultura socio-organizacional, deixando de lado a análise da estrutura física dessa organização. A Psicologia Ambiental nasce nesse interstício,

.....
¹ Psicóloga, mestrado em Psicologia UFAM, doutoranda em Psicologia UFSC; Integrante do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – LAPSEA, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA. Manaus, AM. adriapsique@gmail.com

² Psicóloga, doutora em Antropologia Social, pesquisadora titular do INPA e professora de Pós-graduação na UFAM. Coordenadora do LAPSEA-INPA, Manaus- AM. higuchimig@gmail.com

provocando novas formas de pensar a importância do entorno físico, sem o qual a pessoa não existiria. Esse ambiente físico é mediador de todas as nossas rubricas sociais, pois é nele e sobre ele que a sociedade concretamente se encontra. Isso não deixa de ser vital para o ambiente de trabalho que acolhe boa parte da população atual.

O ambiente de trabalho se constitui numa totalidade que envolve pessoas, serviços, aparatos fixos e semi-fixos e lugares. A relação advinda entre sujeito, objetos e lugares forma subjetividades que contribuem para um determinado significado e experiências diversas. O entorno físico é diverso e multifacetado por uma infinidade de composições, seres e acontecimentos. De modo geral, o entorno físico pode ser descrito como um mundo construído e um mundo natural. Sem entrarmos numa discussão epistemológica sobre o que seria cada um deles, nos referimos a uma particularidade, onde o construído seria aquele em que sobressaem as feições humanas, como prédios e aparatos funcionais, que em seu processo ocorre relativa artificialidade da matéria. Já o mundo natural seria entendido como natureza, ou seja, um espaço com uma variedade imensa de formas biológicas (vegetação e fauna) e formas geofísicas (rochas, rios, terra) que preservam suas características mais nativas possíveis (HIGUCHI; AZEVEDO; FORSBERG, 2012).

A natureza como entorno físico possui diferentes representações. Entre as quais a de um ambiente indispensável ao equilíbrio do planeta e ao bem-estar da humanidade de modo geral (BAR-RACHO, 2001; KUHNEN, 2002; GALINDO; GILMARTIN; CORRALIZA, 2002).

Os benefícios psicossociais advindos da aproximação com a natureza e do efeito restaurativo que os ambientes naturais proporcionam ao ser humano têm sido evidenciados em diferentes pesquisas (GRESSLER, 2014; KAPLAN; KAPLAN, 1989; LOUV, 2016; ULRICH, 1991) e que seu contato é um meio para construir vínculos afetivos em relação a esse mundo (BRUNI et al., 2012; CAPALDI; DOPKO; ZELENSKI, 2014; NISBET; ZELENSKI,

2013; NISBET; ZELENSKI; MURPHY, 2008; SCHULTZ, 2004; SCHULTZ; TABANICO, 2007). Entretanto, o contato com a natureza pode se dar de formas diferenciadas, seja num parque ecológico num fim de semana por uma pessoa que vive seu dia-a-dia numa grande cidade, ou diariamente, por aquela que vive próximo à natureza nas suas atividades cotidianas, como as de trabalho.

Os espaços de trabalho têm uma característica real e simbólica, geralmente relacionada à funcionalidade imposta e ao valor socio-cultural presente na sociedade em que esse/essa trabalhador/a pertence e dispende a maior parte do tempo de sua vida. É um espaço social, e sua dimensão subjetiva revela os significados distintos e uma diversidade de relações que se estabelecem a partir da funcionalidade ali presente (CRUZ, 2009; ÍÑIGUEZ; VIVIAS, 2002; RIBEIRO, 2005). Observa-se, portanto, que os significados e entendimentos acerca do ambiente de trabalho, no qual a pessoa desenvolve suas atividades cotidianas, podem informar muito sobre as práticas direcionadas tanto às pessoas ali inseridas quanto às características do próprio ambiente físico e seus elementos constituintes.

Além da subjetividade presente na percepção desse ambiente de trabalho, os aspectos físicos do lugar, por meio do qual as atividades são desenvolvidas, atuam como fatores de influência (FISCHER, 1994). Entendido como um sistema complexo, os fatores ambientais, como temperatura, luz, ruído, acústica, cor e tamanho, afetam as condições de trabalho e interferem no comportamento dos trabalhadores. Os elementos físicos do lugar de trabalho são fatores presentes, visíveis ou não, que atuam nos mais diferentes modos de agir, pensar e sentir das pessoas que ali desempenham suas atividades.

Em nossa sociedade industrializada, o trabalho representa um importante meio para que os indivíduos possam se projetar positivamente e atingir estágios de satisfação pessoal na busca por melhores condições profissionais e socioeconômicas. O ambiente como um todo, considerando as atividades laborais, os instrumentos, mobília, arranjos espaciais e acessórios, formam aspectos decisórios

para fazer divisões entre um trabalho que promove o bem-estar e saúde e aquele que leva ao adoecimento físico e/ou emocional (DANTAS, 2011).

Ribeiro (2005) argumenta que, para a Psicologia Ambiental, é importante estudar aspectos organizacionais do trabalho (motivações, atitudes, satisfação, cultura organizacional), dado o caráter transacional, que busca entender as relações intrincadas a partir da interação com os aspectos físicos (ruídos, iluminação, temperatura, cor, tamanho). Compreende-se, portanto, que a Psicologia Ambiental, ao lidar com ambientes de trabalho, não tem a pretensão de verificar exclusivamente fatores ambientais, que aumentam ou diminuem o rendimento no trabalho. Sua proposta abarca a sugestão de ambientes que facilitem uma interação favorável entre pessoa-ambiente, repercutindo na qualidade de vida.

O local de trabalho, portanto, não se configura apenas como um meio de obter o sustento, mas, sobretudo, um elemento repleto de sentidos e significados e que, em última instância, se mostra como um território existencial. O trabalho pode estar associado aos polos do prazer ou desprazer, da satisfação ou da insatisfação, do feio ao bonito, do tranquilo ou do estressante, e assim por diante. Tais sentimentos estão associados tanto às funcionalidades quanto às externalidades que esse espaço apresenta para as expectativas e vivências do indivíduo. Considera-se, assim, que o sentido dado ao lugar de trabalho está conjugado no espaço, tanto as estruturas ocupacionais quanto as socioespaciais. Em outras palavras, “o que se faz” e “como se faz” pode ter estreita relação com “o onde se faz” algo.

Partindo dessas premissas, esse texto traz um recorte de uma pesquisa que investigou as implicações da presença da natureza no dia-dia de trabalhadores de uma instituição de pesquisas sediada em Manaus-AM, na região Amazônica (SOUSA, 2015). Apresentamos aqui os sentimentos vivenciados pelos trabalhadores nesse ambiente caracterizado pela relação de proximidade física com a natureza no seu espaço de trabalho.

Os benefícios natureza em ambientes de trabalho

Na bibliografia especializada, encontramos estudos que apontam benefícios entre desempenho no trabalho e existência ou proximidade de recursos naturais, seja de vegetação, luminosidade ou seja de visibilidade externa. A presença de plantas ornamentais no interior de escritórios, por exemplo, mostrou ser promotora de melhor desempenho de trabalho, seja no estado de atenção, seja na capacidade racional dos trabalhadores (RAANAA et al., 2011). Por outro lado, uma iluminação adequada dos ambientes de trabalho revelou-se como um fator que contribui para a redução do desconforto físico e psicológico nas atividades desenvolvidas, tanto na organização quanto na vida privada, influenciando na qualidade do sono (ARIES; VEITCH; NEWSHAM, 2010).

Bringslimark e seus colaboradores (2011) revelaram que o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho é profundamente afetada num ambiente sem janelas, exigindo das organizações uma adequação ambiental para reverter tais situações. A compensação da ausência da vista do ambiente natural externo, apontada pelos autores, pode tanto ser q períodos de atividades ao ar livre ou a introdução de plantas e paisagens de natureza. Num estudo realizado com 385 trabalhadores de um escritório norueguês, foi constatado que aqueles que trabalhavam em ambientes sem janelas levavam cerca de cinco vezes mais plantas para seus espaços de trabalho do que aqueles que tinham vista de janelas. Esses trabalhadores também mostraram ter três vezes mais fotos da natureza em seus espaços de trabalho comparados com os que tinham janelas (BRINGSLIMARK; HARTIG; PATIL, 2011). Os autores argumentaram que os resultados encontrados podem contribuir para que se priorizem projetos ambientais que ofereçam contato com a natureza para pessoas que passam grande parte do tempo em ambientes fechados. O estudo corrobora com dados que apontam para os efeitos restauradores de espaços da natureza quando esta não estaria disponível.

Kaplan (1993) apresenta estudos empíricos sobre os benefícios da natureza no lugar de trabalho e defende que os benefícios se estendem a aspectos gerais da organização. Tradicionalmente, muitos estudos na Psicologia Ambiental organizados para evidenciar a relação entre as implicações da presença da natureza no ambiente de trabalho têm sido realizados em ambientes fechados. Alguns estudos têm gradativamente chamado a atenção para os efeitos restauradores de ambientes nos quais sobressaem aspectos naturais e áreas verdes. As duas teorias, do Restauro da Atenção, que possibilita restauro cognitivo de Kaplan e Kaplan (1989), e da Recuperação do Estresse de Ulrich (1983), foram importantes para se pensar nessa relação entre a natureza e os benefícios que proporcionam para o bem-estar do sujeito.

A Teoria do Restauro da Atenção (TRA) admite que os ambientes restauradores são aqueles capazes de restaurar a atenção da fadiga gerada pela concentração em atividades específicas e repetidas a que as pessoas são submetidas em sua vida cotidiana. Esses ambientes para que sejam considerados restauradores precisam ter quatro qualidades: “Escape”, ou seja, proporcionar um distanciamento tanto físico quanto psicológico; “Fascinação”, isto é, demandar uma atenção involuntária e um interesse espontâneo; “Escopo”, que se refere à percepção do ambiente como um todo e de fazer parte deste, e “Compatibilidade”, que sugere a congruência ou não entre o ambiente e o que se pretende fazer nele (ALVES, 2011). Essas características não dependem da pessoa ou do ambiente isoladamente para que sejam consideradas restauradoras, mas sim da interação entre ambos. As pessoas percebem tais características de acordo com suas experiências em outros ambientes. Admite-se que quando tais características restauradoras dos ambientes forem percebidas é possível que haja uma inclinação a comportamentos ecológicos (HARTIG; KAISER; BOWLER, 2001)

A Teoria da Recuperação do Estresse (TER), por sua vez, evidencia que as emoções propiciadas pelo contato com a natureza re-

duzem reações de estresse. O estresse é entendido como uma resposta fisiológica a fatores que ameaçam o bem-estar. Ambientes nos quais estão presentes elementos como vegetação e água possuem a capacidade de acalmar, e são considerados recuperadores de estresse de acordo com essa teoria, pois os efeitos positivos desses ambientes são capazes de substituir emoções negativas geradas por fatores estressantes (HERZOG; STREVEY, 2008).

Pilotti e seus colaboradores (2014) verificaram os efeitos restauradores que a natureza oferece depois de um dia de trabalho. O estudo sugere que uma breve exposição à natureza no final de um dia de trabalho pode colaborar com o desempenho cognitivo por melhorar a atenção e a memória a longo prazo. Nesse estudo, os autores exibiram um vídeo de um ambiente natural ou de uma rua movimentada da cidade no final do dia trabalho. Os resultados mostraram que os participantes que assistiram ao vídeo de natureza apresentavam características fisiológicas que proporcionava ao indivíduo mais vigor para concluir tarefas e maior capacidade de memória (PILOTTI et al., 2014). Esse estudo nos leva a considerar a importância da natureza em ambientes de trabalho e seus benefícios sobre a capacidade de restauro cognitivo de trabalhadores, porém poucos dados nos oferecem sobre os sentimentos associados à essa situação.

Os estudos aqui mencionados apresentam situações específicas de adereços ornamentais, estruturas de acesso à paisagem exterior e algumas vivências simuladas. Em que pese a importância desses aspectos, temos, no entanto, questionamentos a respeito de ambientes mais abrangentes, que implicam experiências diferenciadas. Um desses questionamentos, abordados nesse texto, reside principalmente sobre as implicações da natureza como elemento restaurador cognitivo e afetivo nas relações de trabalho numa região onde a natureza é exuberante e fortemente presente no cotidiano das pessoas, como na Amazônia. A presença da natureza em sua forma nativa, sem manejo, ajardinamento ou plantios planejados, teria efeitos restauradores para trabalhadores que, apesar de viverem na cidade, têm uma

abundante floresta como ambiente estruturante de sua região? Quais seriam os sentimentos dos trabalhadores estando emoldurados pela natureza no seu ambiente de trabalho? É sobre esses questionamentos que o texto se ocupa.

Sobre o estudo

Nesse estudo exploratório descritivo e centrado na pessoa, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores-servidores de uma instituição de pesquisas do Ministério de Ciência-Tecnologia, Inovação e Comunicações, do Governo Federal. O instituto tem mais de 60 anos de atuação no campo de pesquisas do meio ambiente amazônico, e seus *campi* foram projetados para manterem a floresta nativa entre os prédios com laboratórios, escritórios e demais ambientes para o desenvolvimento de pesquisas e ensino de pós-graduação. Para o estudo, foi selecionado apenas um dos *campi*, aquele cujo fragmento florestal dá identidade ao instituto e é mais abundante desde sua instalação.

A seleção da amostra se deu de modo aleatório e por acessibilidade, incluindo servidores (designação dada a trabalhadores de instituição pública) de cargos administrativos (81%), de gestão (6%) e de laboratórios (25%) e cujas atividades exigiam presença constante na sede do campus, e, portanto, estando vivenciando intensamente a natureza ali presente. Participaram deste estudo 36 (trinta e seis) trabalhadores (20 F; 16 M) com idade entre 31 e 62 anos, com vínculo profissional na instituição entre 4 (quatro) e 35 (trinta e cinco) anos, sendo que 69% deles já trabalhavam nesta instituição há mais de 20 anos e apenas 5 deles tinham menos de 5 anos. O grupo pesquisado em sua maioria compõe um público de trabalhadores em fase preparatória ou em processo para a aposentadoria. O tempo de trabalho na instituição e a idade revela um público que iniciou carreira ainda jovem e passou parte significativa da sua vida trabalhando na instituição. Entre os servidores participantes da pesquisa,

58% viviam com cônjuges (casados ou em união estável) e 42% sem cônjuges (solteiros, viúvos ou separados/divorciados), e 83% deles tinham filhos, sendo a maioria já filhos jovens ou até adultos.

A entrevista, após aprovação no CEP (Protocolo 804.214 - CAE 36325514.8.0000.5020) foi aplicada no local de trabalho após prévio agendamento e teve duração média de 20 minutos. As respostas às perguntas foram transcritas e inseridas numa planilha Excel para posterior análise. A análise dos dados teve um tratamento qualitativo, utilizando-se da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), que permite acessar entendimentos latentes nas narrativas dos entrevistados e cujo processo de análise culmina na identificação de categorias presentes entre os entrevistados.

A natureza vivida e sentida pelos trabalhadores

O processo pelo qual o espaço físico se converte em espaço significativo para uma pessoa é um dos aspectos mais relevantes da interação pessoa-ambiente. O estudo do significado do ambiente envolve tanto a representação interna da organização espacial quanto os elementos significativos em torno dos quais essa representação se organiza. O significado do ambiente é a resposta que antecede e que está na base de outras respostas efetivas como a intenção e a ação. Esse processo perpassa pela experiência psicológica, que abarca dimensões básicas, a saber: ambiente como fonte de estimulação; ambiente como fonte de informação; ambiente como âmbito para ação (CORRALIZA, 2002). O significado abrange uma complexidade de aspectos que, juntos, de forma não linear, compõem o lugar como um cenário de acontecimentos sociais, formando uma matriz de sentimentos e sensações, quais sejam: de pertencimento, orgulho, satisfação, tranquilidade, responsabilidade ecológica, bem-estar físico, realização e competência profissional e *status* social.

Ao se reportarem sobre o ambiente de trabalho inserido num fragmento florestal onde a natureza está na frente de suas salas de

trabalho e entre os prédios, os trabalhadores revelam sentimentos de pertencimento e orgulho comparando-se aos “outros” que não tem a mesma oportunidade, pois *“somos privilegiados por estar aqui dentro. Todo mundo diz pra gente que deve ser tão bom trabalhar com essa natureza”*. Ao proclamarem essa realidade dizem que o sentimento *“é de felicidade, de orgulho de trabalhar aqui. É um prazer porque eu entro em contato com a natureza”*. Observa-se que quando há a possibilidade de atribuir significados a um espaço que engloba não somente atributos físicos, mas também interacionais na compreensão, ocorre uma apropriação desse espaço como lugar (CAVALCANTE; NOBREGA, 2011; PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983).

O sentimento de satisfação é também saliente nestes entrevistados uma vez que *“trabalhar nesse ambiente que proporciona um bem-estar maior é um prazer”*. Em algumas situações, esse sentimento se amplia de modo que *“tudo isso aqui, não deixa de ser a extensão da minha vida”*. Observa-se, portanto, que um ambiente não é apenas contemplado como algo externo ao corpo. Na verdade, o ambiente é vivido pelo corpo e a partir do próprio corpo, como uma extensão do próprio *self* (eu) (MERLEAU-PONTY, 1999). O movimento de expansão do eu e da retração do entorno, que se efetiva a partir da dominância territorial e do controle sobre o espaço, também pode ser percussor de práticas benéficas para o seu ocupante (FISCHER, 1994).

A forma como a pessoa se deixa afetar pelo ambiente é fundamental para a compreensão da percepção que se estabelece. Sabe-se que a pessoa valoriza emocionalmente um espaço em função do tipo de relação que tem com o estímulo ou a capacidade para detectar similaridades ou diferenças com outros estímulos. Desta maneira, para esses trabalhadores o sentimento de tranquilidade se mistura com o espaço onde a natureza acolhe as pessoas, uma vez que *“trabalhar aqui é a paz. É tranquilidade. É vida saudável. Ar puro”*. Sentimentos positivos do clima de trabalho associados à sensação de acolhimento natureza completam a qualidade de vida no trabalho

que traz *“harmonia... Por causa de um todo né. Amigos, trabalho, fazer aquilo que gosta e o ambiente. Porque isso aí faz bem para todas as pessoas. Eu penso assim. Prá mim faz bem”*. Bomfim (2010) refletindo sobre as contribuições da Psicologia Social para o entendimento da relação afetiva pessoa-ambiente, destaca-se que afetividade está presente e que pode se tornar figura ou fundo e pode ser ativo, reativo, positivo, negativo, direta ou indiretamente.

O ambiente de trabalho é um espaço social e sua dimensão subjetiva revela os significados distintos e uma diversidade de relações que se estabelecem a partir da funcionalidade ali presente (CRUZ, 2009; ÍÑIGUEZ; VIVAS, 2002; RIBEIRO, 2005). Observa-se, portanto que os significados e sentimentos acerca do ambiente de trabalho onde a pessoa desenvolve suas atividades cotidianas pode informar muito de suas práticas direcionadas, tanto às pessoas ali inseridas quanto às características do próprio ambiente físico e seus elementos constituintes. A natureza vivida e sentida num fragmento da cidade proporciona distinção entre aqueles que estão fora dele. Desse modo, é valorizada tanto pelas suas funções ecológicas quanto pela afetividade que dela se expande e provoca declarações profundas como *“Eu gosto muito daqui, porque a natureza é amor né. A natureza, o verde, a paz. O ar puro. Coisa que não tem lá fora”*.

Para esses trabalhadores, estar num lugar que permite o contato com a natureza não é só um privilégio, mas também uma responsabilidade ecológica para preservá-la e protegê-la para uma sociedade melhor, e que *“todas as instituições deveriam ter um ambiente de preservação, um ambiente verde: os hospitais, as entidades, os órgãos públicos”*. Corral-Verdugo (2012) acredita que se a pessoa é capaz de se sentir bem em ambientes de áreas verdes, é possível que esse bem-estar seja, por sua vez, percussor de práticas de cuidado com esse ambiente. Pois como afirma Boff (2001) a emoção é capaz de se sobrepor à razão direcionando a comportamentos específicos.

Se a natureza traz elementos restauradores para os trabalhadores, sua presença faz com que cresça o vínculo emocional para com ele

e consequentemente traga elementos de cuidado e proteção. Esses resultados são encorajadores para se pensar além dos aspectos psicossociais, mas incluindo ainda as questões relativas à sustentabilidade em tempos de emergências ambientais. A Psicologia Ambiental mostra que tanto a dimensão social quanto a ambiental podem ser estudadas numa mesma plataforma de conhecimento, pois ambas fazem parte de um mesmo mundo das pessoas.

Estudos anteriores (CORRAL-VERDUGO, 2012; HARTIG; KAISER; BOWLER, 2001) têm mostrado que, de acordo com a vinculação com o ambiente natural, há uma maior tendência a comportamentos ecologicamente responsáveis e de cuidado ambiental. Se uma afetividade positiva é capaz de gerar ações igualmente positivas e sustentáveis, e a natureza apresenta-se como fator de agradabilidade que favorece esses sentimentos no lugar de trabalho, o presente estudo traz reflexões que possibilitem (re)construções de ambientes de trabalho nos quais a natureza se faça presente, visto que espaço físico e social constituem-se mutuamente na atribuição de significados. Dessa forma, é possível se pensar em ambientes de trabalho saudáveis, afetivos e comprometidos sustentavelmente.

Não é inédito que a satisfação no trabalho, por desenvolver atividades seguras, por ter renda familiar e pessoal desejada, por desempenhar com afinco suas tarefas e ter o reconhecimento dos pares e superiores seja algo necessário (SNYDER; LOPEZ, 2009). Essa satisfação é encontrada em 50% dos entrevistados que manifestam sentimentos de realização pessoal e profissional. O que se mostra inovador é associar esses sentimentos com o ambiente da natureza presente no campus. Embora alguma frustração funcional tenha se manifestado como sentimento presente numa pequena parcela de entrevistados, o entorno florestado revela-se, ainda que de forma sutil, como elemento possível de amenizar os desconfortos advindos dos desentendimentos sociais ou da dureza das atividades laborais:

Eu costumo sair dar uma volta, respirar e voltar para resolver o que tem para resolver. A gente tem essa possibilidade né! Porque

aqui, nesse sentido, é um lugar bem agradável. Se você tá com alguma dificuldade dá pra vc respirar o ar puro lá fora, ver as arvores, respirar, voltar e tenta fazer o que você tem que fazer. (Servidora A)

Mesmo não saindo de encontro com essa natureza, a sua presença é algo insigne, de tal modo que

trabalhar vendo essa paisagem é diferente...Então seria estressante se não existisse. Vai ficar mais lelé da cuca, vamos dizer assim, e aqui não, você fica aqui em paz com a natureza daqui né, e se você for pro centro da cidade vai se estressar, não vai conseguir trabalhar e vai se desgastar mais. (Servidor B)

Verifica-se, ainda que a maioria dos entrevistados vivencia a possibilidade de contemplação a partir da beleza estética da paisagem (MARIN; KASPER, 2008). A estética que a paisagem natural possui convida à contemplação, que, por sua vez, desencadeia sensações e sentimentos que estimulam não apenas o bem-estar, mas também a construção de um coletivo que motiva um desempenho funcional eficiente. A natureza é inspiração, e

é boa pra gente, ajuda na realização profissional. De colaborar, de fazer parte né... isso que faz manter tranquilidade. Eu saio, de repente eu vejo uma bromélia, eu vejo um pássaro, eu vejo alguma coisa... poxa, elas são testemunhas da evolução... então acho que tenho que evoluir, superar. Eu busco sempre na natureza a superação. (Servidor H)

No ambiente de trabalho, as características externas que compõem o lugar, nesse caso, a natureza como ambiência, se reveste de uma força que tende a colaborar para o clima organizacional, favorecendo a assiduidade, a motivação e a produtividade.

O ambiente físico com a presença da natureza para esses entrevistados é tão significativo para a satisfação laboral, que a ausência

teria implicações diretas no desenvolvimento do trabalho e na sua longa permanência no trabalho ativo. Nesse caso, dizem que apresentariam a aposentadoria, pois muitos deles poderiam já estar aposentados legalmente. Só não o fazem em função de todas as características que nesse ambiente encontram. Para esses entrevistados, um dos fatores que faz com que permaneçam e se sintam bem no lugar de trabalho é o quão o ambiente físico é agradável para eles, devido ao contato com a paisagem natural. Se assim não o fosse, *“Eu já teria me aposentado. Eu sou um pouco estressada né, não sei como seria sem esse paraíso aqui... Não sei, não sei te explicar como seria... não seria agradável não”*.

O campus como um espaço que reproduz a natureza em sua forma nativa é reconhecida pelos trabalhadores como algo que os distingue, mas poderia ainda ser melhor, já que poucos têm o privilégio de conviver com a fauna silvestre no dia-a-dia. Por isso, tanto a manutenção quanto a ampliação desses recursos restaurativos deveriam ser observados pelos gestores organizacionais. Mesmo tendo o suficiente, seria *“ideal que todos os espaços fossem de vidro, porque você estaria vendo os macacos, as árvores, e é importante né, esse contato com a natureza... faz bem”*. Constata-se o engajamento com os elementos da natureza, tornando-os familiar e se beneficiando da capacidade que estes têm de substituir as emoções negativas geradas por fatores estressantes (HERZOG; STREVEY, 2008).

A natureza, portanto, é vista como uma dimensão inexoravelmente existencial para as pessoas, não apenas no sentido de disposição subjetiva, mas também para a saúde física, pois

o clima diferente com a natureza, é mais fresco, mais agradável. Fica mais ameno, a gente se sente melhor. É a questão das árvores, às vezes tá florido sabe? ... bonito aí a gente para pra olhar, a chuva de semente, fica bonito. (Servidor G)

Mesmo estando inserido num espaço de natureza viva, os trabalhadores mostram uma preocupação com o aumento das construções e a redução de áreas verdes no campus, descaracterizando a instituição e os benefícios percebidos por essa proximidade. Nesse sentido, expressam o desejo de terem um papel mais deliberativo para que a natureza fosse considerada parte importante da instituição.

Então se pudesse, eu não permitiria que construíssem mais prédios. Porque quando a gente vai construir mais prédio, você tira essa floresta, você tira... não que eu seja um fanático ecólogo, mas isso aqui é muito gostoso. Então, toda vez que você cria novos prédios você tira, você acaba com uma parte desse ambiente. (Servidora E)

Para os servidores dessa instituição de pesquisa, viver e sentir a natureza tangível e abundante no seu ambiente de trabalho aflora sentimentos que se constituem fatores estruturantes de uma vida saudável. Os sentimentos de agrado impulsionam desejos que tal paisagem seja mantida e protegida. Já os sentimentos de desagrado podem ter um alento com a existência da natureza em seu ambiente de trabalho. É essa natureza que produz um amálgama para o desenvolvimento afetivo da pessoa como fator de distinção pela instituição. As experiências vividas desse contato criam elos afetivos e identitários que se expandem de tal forma, que é difícil dividir quanto desses atributos é do ambiente e quanto é da pessoa própria pessoa.

As memórias e experiências vividas permitem ao sujeito atribuir valoração positiva ou negativa ao ambiente de acordo com as vivências possibilitadas, que, por sua vez, geram uma carga emocional de forte vínculo ao lugar. Desse modo, recorre-se ao conceito de topofilia (TUAN, 1980), que reitera a importância vital dos elos afetivos com um ambiente, os quais vão além das características físicas, mas não as exclui. Pelo contrário, esse ambiente é vivido a partir do corpo do sujeito em um mundo concreto e não abstrato (MERLEAU-

-PONTY, 1999). Esse mundo, entretanto, abarca complexos fatores que se relacionam ao tempo, espaço, cultura e historicidade.

A natureza está presente nas avaliações individuais a partir da vivência, o que nos leva ao entendimento da experiência a partir do corpo nesse mundo vivido (MERLEAU-PONTY, 1999). A natureza também se destaca na formação valorada pela coletividade como *status* relativo na sociedade. Desse modo, a natureza como aspecto de trabalho passa a ter significados valorizados e valorizantes àquele que está, de uma forma ou outra, associado a ela, uma vez que o mundo vivido é compartilhado socialmente mediante a intersubjetividade (AMATUZZI, 2009).

As vezes alguém vem visitar e falam que é um lugar bonito, que o ambiente é agradável. Gostam... apesar da gente estar na floresta amazônica, a gente não tem essa arborização na cidade. Você entra aqui, as pessoas acham que é um contraste muito grande da cidade. (Servidora I)

Isso revela as implicações do olhar do outro a respeito da constituição do próprio olhar, sentir e vivenciar esse ambiente. Na dialética dos significados, o território estabelece limites e organiza-se a partir de uma centralidade onde os sujeitos se posicionam relativamente em círculos subjetivos, de modo a distinguir os que estão dentro (podendo contar com a força da natureza) e o que estão fora (FISCHER, 1994).

Considerações finais

O trabalho como processo subjetivo e laboral não ocorre em um vácuo espacial. Tanto aspectos organizacionais quanto sociais

ocorrem numa ambientação física, num lugar circunscrito no espaço. As implicações psicossociais no trabalho mediadas pela natureza residem na possibilidade de uma aproximação física incontestável, quer seja a partir da contemplação ou da interação. Essa aproximação possibilita desdobramentos pertinentes para aprofundamentos dos estudos sobre a relação pessoa-ambiente, especificamente pessoa-natureza.

Os resultados do estudo apresentados possibilitaram compreender que esse espaço de trabalho pode ser concebido a partir da dimensão psicológica, sociocultural e ambiental como indissociáveis. Negligenciar o espaço e lugar seria compreender esse ambiente de trabalho de modo incompleto. A percepção desses trabalhadores sobre seu lugar de trabalho onde a natureza é central abarca dimensões que envolvem o ambiente social, no que se refere aos sentimentos de realização pessoal, profissional, pertencimento e orgulho por fazer parte dessa instituição. Diante das características físicas do ambiente, a natureza revela-se como fator de agradabilidade, e sua ausência poderia gerar perdas para o bem-estar no lugar de trabalho. Para os trabalhadores, a natureza como paisagem ameniza, ainda, as agruras do mundo do trabalho e a interação oferece elementos restaurativos que proporcionam escape e distanciamento de problemas ou situações desgastantes da rotina de trabalho.

A Psicologia Ambiental, ao assumir o compromisso com a construção de modos de entendimento para ampliar a promoção de uma relação saudável entre pessoa-ambiente, interrompe o dualismo inexpressivo e mostra a indissociabilidade dessas dimensões socioambientais. É possível constatar que, de fato, a natureza se revela como fator diferenciado, ainda que de forma sutil quando consideramos todos os aspectos multifacetados na relação dessas pessoas com seu lugar de trabalho.

A natureza aparece associada a sentimentos positivos e sensações agradáveis no ambiente de trabalho. Diante de tais evidências, destaca-se que é preciso investir em ambientes que preservem em sua estrutura a possibilidade de contato com a natureza. Deve-se apostar no crédito específico da configuração espacial de ambientes de trabalho, para que possibilite a presença da natureza, esperando que esses espaços contribuam de forma positiva, tanto para o equilíbrio pessoal quanto para a sustentabilidade do planeta e da sociedade como um todo.

Referências

- ALVES, S. M. Ambientes Restauradores. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011. p. 44-52.
- AMATUZZI, M. M. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 93-100, 2009.
- ARIES, M. B. C.; VEITCH, J. A.; NEWSHAM, G. R. Windows , view , and office characteristics predict physical and psychological discomfort. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 4, p. 533-541, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARRACHO, C. **Psicologia Social: Ambiente e Espaço**. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano compaixão pela terra**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e Afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BORGES, L. O; MOURÃO, L. **O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- BRINGSLIMARK, T.; HARTIG, T.; PATIL, G. G. Adaptation to windowlessness: Do Office workers Compensate for a Lack of Visual Access to the Outdoors? **Environment and Behavior**, v. 43. n. 4, p. 469–487, 2011.
- BRUNI, C. M.; CHANCE, R. C.; SCHULTZ, W. P.; NOLAN, J. M. Natural Connections: Bees Sting and Snakes Bite, But They Are Still Nature. **Environment and Behavior**, v. 44, n. 2, p. 197-215, 2012. doi: 10.1177/0013916511402062
- CAPALDI, C. A.; DOPKO, R. L.; ZELENSKI, J. M. The relationship between nature connectedness and happiness: a meta-analysis. **Frontiers in Psychology**, v. 5, p. 1-15, 2014.
- CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Orgs.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 182-190.

CORRALIZA, J. A. Emoción y Ambiente. In: ARAGONÉS, J. I.; M. AMÉRIGO, M. (Coords.). **Psicologia Ambiental**. Madri: Ediciones Pirámide, 2002. p. 59-76.

CORRAL-VERDUGO, V. **Sustentabilidad y Psicología Positiva**: uma visão optmista de las conductas proambientales y prosociales. Mexico: Editorial el Manual Moderno, 2012.

CRUZ, R. B. Trabalho, Saúde e Ambiente. In: KUHNEN et al. (Orgs.). **Interações Pessoa-ambiente e Saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 37-60.

DANTAS, A. N. M. **Abordagem dos Profissionais de Saúde Frente aos Programas de Prevenção de Perdas Auditiva no Polo Industrial de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

FISCHER, G-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GRESSLER, S. C. **O descanso e a teoria dos ambientes restauradores**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2014.

HARTIG, T.; KAISER, F. G.; BOWLER, P. A. Environment and Behaviorn Psychological Restoration. **Nature As A Positive Motivation**, v. 33, n. 4, p. 590-607, 2001.

HERZOG, T. R;STREVEY, S. J. Environment and Behavior of Humor, and Psychological Well-Being. **Environment and Behavior**, v. 40, n. 6, p. 747-776, 2008.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. DE; FORSBERG, S. A floresta e sociedade: ideias e práticas históricas. In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (Orgs.). **A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: Uma proposta de educação ambiental**. Manaus: Edição dos autores, 2012. p. 311-329.

ÍÑIGUEZ, I; VIVIAS, P. Ambientes Laborales. In: ARAGONÉS, J. I; AMÉRIGO, M. (Coord.), **Psicologia Ambiental**. Madri: Ediciones Pirámide, 2002. p. 195-220.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **The experience of nature: A psychological perspective.** Cambridge University Press, 1989.

KAPLAN, R. The role of nature in the context of the workplace. **Landscape and Urban Planning**, v. 26, p. 193-201, 1993.

KUHNEN, A. **Lagoa da Conceição: meio ambiente e modos de vida em transformação.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

LOUV, R. **A última criança na natureza** - Resgatando Nossas Crianças do Transtorno do Deficit de Natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

MARIN, A. A.; KASPER, K. M. A natureza e o lugar habitado com âmbitos da experiência estética: novos entendimentos da relação do ser humano – ambiente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 267-282, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NISBET, E. K.; ZELENSKI, J. M. The NR-6: a new brief measure of nature relatedness. **Frontiers in psychology**, v. 4, p. 813, 2013.

NISBET, E. K.; ZELENSKI, J. M.; MURPHY, S. A. The nature relatedness scale: Linking individuals' connection with nature to environmental concern and behavior. **Environment and Behavior**, v. 41, n. 5, p. 715-740, 2008.

PILOTTI, M.; KLEIN, E; GOLEM, D.; PIEPENBRINK, E.; KAPLAN, K. Is Viewing a Nature Video After Work Restorative? Effects on Blood pressure, task performance, and long-term memory. **Environment and Behavior**, v. 47, n. 9, p. 947-969, 2014.

PROSHANSKY, H. M; FABIAN, A; KAMINOFF, R. Place-Identity: Physical World Socialization of The Self. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, n. 1, p. 57-83, 1983.

RAANAA, R. K.; EVENSEN, K. H.; RICH, D.; SJØSTRØM, G.; PATIL, G. Benefits of indoor plants on attention capacity in an office setting. **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, n. 1, p. 99-105, 2011.

RIBEIRO, T. Ambientes Laborais: Espaços de trabalho em contexto organizacional. In: SOCZA, L. (Org.). **Contextos Humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 337-379.

SCHULTZ, P.; TABANICO, J. Self, Identity, and the Natural Environment: Exploring Implicit Connections with Nature. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 37, n. 6, p. 1219-1247, 2007.

SCHULTZ, P. W. et al. Implicit connections with nature. **Journal of environmental psychology**, v. 24, n. 1, p. 31-42, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008. doi: 10.1590/S0102-37722008000200010.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia Positiva**: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUSA, A. L. **A floresta na porta e na janela: percepções sobre o lugar de trabalho em um fragmento florestal urbano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

TUAN, T. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

ULRICH, R. S. Stress Recovery during Exposure to Natural and Urban Environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 11, n. 3, p. 201-230, 1991.

Capítulo 8

Relações pessoa-ambiente em contexto de expansão urbana

Roberta Borghetti Alves¹

Márcia Battiston²

Nikolas Olekszechen³

Jacksiani Erat Sleiter⁴

Introdução

O aumento da concentração de pessoas e da circulação de mercadorias nos centros urbanos alertam para a necessidade da criação de estratégias voltadas para a moradia e a mobilidade que atendam os cotidianos que vão ao encontro dos direitos humanos. Essa necessidade se mostra não atendida em grande parte das cidades bra-

.....
¹ Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Curso de Psicologia da Univali. Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPAM,/UFSC. rborghettialves@gmail.com

² Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Membro do LAPAM / UFSC. marciabattiston8@gmail.com.

³ Doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. nikolas.oleks@gmail.com

⁴ Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro LAPAM da UFSC. jacksiani@hotmail.com

sileiras, nas quais o crescimento econômico não tem acompanhado o crescimento demográfico. A partir dessa constatação, esse texto se debruça na apresentação de estudos voltados para essa realidade urbana. De modo particular, o espaço urbano em duas cidades do estado de Santa Catarina são lócus de estudo por meio da perspectiva da Psicologia Ambiental, área da Psicologia que se propõe à análise da relação bidirecional entre pessoa e ambiente (MOSER, 1998). Essa perspectiva auxilia na apreensão da vivência das pessoas no meio urbano, expressa pelas subjetividades ali engendradas, gestadas no espaço e no tempo (TASSARA; RABINOVICH, 2001), bem como oferece importantes elementos de ordem prática para gestão das cidades. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de três pesquisas empíricas realizadas pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPAM/UFSC) voltadas à análise das decorrências da expansão do espaço físico urbano articulada à questão da mobilidade urbana e às áreas de risco suscetíveis à ocorrência de desastre.

A construção da identidade de lugar em em ciclistas de Florianópolis/SC

Dentre as alternativas de transporte não motorizados, a bicicleta se destaca como uma das principais formas para viabilizar a mobilidade urbana. Esta forma de transporte é uma alternativa que, em sua essência, contribui tanto para a questão da fluidez do tráfego urbano quanto para os ganhos pessoais dos usuários deste meio de transporte, como a economia, a rapidez e a saúde (GATERSLEBEN; HADDAD, 2010; PASSAFARO et al., 2014). Assim, neste estudo de natureza qualitativa, analisou-se a relação pessoa-ambiente pela ótica daqueles/daquelas que utilizavam a bicicleta como meio de transporte até um campus universitário (OLEKSZECHEN, 2016). Entende-se que a identidade de lugar está atrelada a uma maneira de agir, de conhecer e de se afetar com o ambiente, de modo que a

resposta à pergunta “quem sou eu” passa pela significação e apropriação do ambiente (OLEKSZECHEN, 2016; PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2010).

Nesse sentido, identificar-se com o lugar, da perspectiva de ciclistas, relaciona-se com comportamentos, cognições e afetos que, quando articulados, auxiliam na construção de uma “paisagem afetiva” integrada da cidade. Estes afetos, expressos por sentimentos e emoções, podem ser definidos como aquilo que potencializa a capacidade de os ciclistas agirem e transformarem seu entorno, bem como o que despotencializa tal disposição (BOMFIM, 2010). Nessa perspectiva, esses afetos podem produzir potência de ação, que encaminham à ação e transformação de si e da cidade, ou então potência de padecimento, que leva à não ação e à interrupção do fluxo sujeito-cidade. Disso deriva, por exemplo, a potência política do pedalar como meio de transporte, ou seja, de construir e transformar, reciprocamente, a cidade e a subjetividade.

Os dados dessa pesquisa foram produzidos em duas etapas complementares, uma centrada no ambiente e outra na pessoa. A primeira se embasou na caracterização das estruturas disponíveis para ciclistas no entorno do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como ciclofaixas, suportes para bicicletas e bicicletários. Na segunda, foram entrevistadas pessoas que utilizavam a bicicleta como meio de transporte, seguindo um roteiro semiestruturado de entrevista, visando à identificação dos motivos para a escolha da bicicleta, as barreiras e facilitadores para seu uso e dos componentes afetivos da relação ciclista-cidade. Nesse texto, apresenta-se um recorte dessa pesquisa mais abrangente, de modo que aqui se utilizam os dados oriundos da segunda etapa.

Foram entrevistados 18 universitários de ambos os sexos, selecionados pela técnica da bola de neve. Os participantes possuíam entre 21 e 37 anos (média de 25 anos) e faziam o uso de bicicleta entre um e cinco anos na ocasião das entrevistas. Em relação às viagens, relataram a realização de deslocamentos com duração média de 20 a 30 minutos cada.

Os dados passaram por análise de conteúdo categorial e foram organizados em três eixos preestabelecidos, quais sejam: afetos, comportamentos e cognições dos ciclistas na relação com a cidade. A partir da dimensão cognitiva do uso da bicicleta, destacam-se para esta discussão as barreiras e os facilitadores do uso da bicicleta como meio de transporte, ou seja, fatores que favorecem ou dificultam o uso atual desse modal na cidade (OLEKSZECHEN; KUHNEN, 2016). Desse modo, pretende-se voltar o olhar para os processos de ocupação dos espaços de circulação, bem como para as condições de acesso e permanência de ciclistas no campus universitário e na cidade.

Como principais barreiras para o uso da bicicleta como meio de transporte, os dados indicam quatro fatores principais. Em primeiro lugar, questões de ordem ambiental, como o relevo, as condições climáticas e a infraestrutura viária. Em segundo lugar, apontou-se para a conjuntura social como barreira significativa, principalmente no que tange à falta de visibilidade da bicicleta como modal legítimo nas ruas, reforçando a circulação dos automotores como prioritária nas vias. Em terceiro lugar, diz respeito aos aspectos políticos do uso da bicicleta e se define pela dimensão das políticas públicas voltadas para o ciclismo, à segurança pública e ao planejamento urbano. A última barreira para o uso da bicicleta como meio de transporte diz respeito aos fatores pessoais, como preguiça de realizar uma atividade física, o medo de transitar por alguns espaços ou se a distância a percorrer for muito grande.

Por outro lado, os facilitadores, ou aqueles fatores que favorecem o uso da bicicleta como meio de transporte, também foram subdivididos em quatro subcategorias. A primeira diz respeito ao tempo utilizado no deslocamento, que é otimizado a partir da pedalada. De bicicleta é possível “poupar tempo” e realizar múltiplas paradas dentro do mesmo deslocamento. Em segundo lugar, os participantes referiram-se à praticidade, uma vez que a bicicleta possibilita cruzar uma distância confortável em tempo relativamente semelhante a ou-

tros modais, porém, sem o inconveniente de parar de se movimentar. Em terceiro lugar, identificou-se os benefícios pessoais, como a realização de uma atividade física e o bem-estar proporcionado àquele que pedala como principais ganhos. Por último, a possibilidade de não depender da estrutura do trânsito motorizado, como o horário rígido do transporte coletivo, os congestionamentos no horário de pico e até mesmo não precisar gastar com combustível encerram a caracterização dos facilitadores do uso da bicicleta como meio de transporte entre os/as participantes.

Com isso, entende-se que há correspondências entre a cidade e a universidade quando se trata de estruturas ciclísticas e condições de acesso aos serviços à disposição. A falta de ciclovias, a ausência de locais seguros para estacionar a bicicleta, bem como a falta de visibilidade dos ciclistas nas políticas públicas consistem em entraves para o uso da bicicleta como meio de transporte. Alia-se a isso a falta de acessibilidade, bem como a falta de conexão entre as ciclovias existentes. As más condições de conservação das ruas ligadas à falta de estrutura cicloviária na cidade de Florianópolis, além de desestimular o uso cotidiano da bicicleta, muitas vezes deixa o ciclista em situação de risco. Trata-se de um fator que se relaciona fortemente com o gerenciamento político do sistema viário e de transportes da cidade, mesmo que se refira a um aspecto do ambiente construído. Este, por sua vez, interfere não só nas alternativas de transporte, como o uso da bicicleta, mas também na circulação dos meios motorizados, expondo todos os ocupantes do trânsito ao risco da ocorrência de acidentes.

Desse modo, o hábito de pedalar se constitui na avaliação entre as barreiras e os facilitadores, levando em consideração que os/as participantes eram pessoas que faziam a opção deliberada de utilizar esse modal. Ademais, é importante considerar essa escolha a partir da implicação ético-política com a cidade (BOMFIM, 2010), ou seja, como uma ação politicamente comprometida com a transformação de si mesmo pelas mudanças da vida urbana.

Ambiente de trânsito e comportamento de risco

O comportamento humano no trânsito é complexo e envolve uma série de variáveis relacionadas aos diferentes aspectos do fenômeno, estando diretamente relacionados à possibilidade de ocorrência de acidentes (MARIM; QUEIROZ, 2000). Estes, por sua vez, impõem à sociedade uma pesada carga social e econômica. No âmbito da psicologia, tradições de pesquisa distintas têm tentado explicar as diferenças individuais no comportamento de risco e envolvimento em acidentes de trânsito. É reconhecido que fatores humanos podem contribuir para o envolvimento em acidentes de trânsito (FERRAZ; RAIÁ JUNIOR; BEZERRA, 2008; GRAYSON; MAYCOCK, 1988; ROZESTRATEN, 2003).

Dentre as variáveis relacionadas ao comportamento dos condutores estão a idade (ABERG; RIMMO, 1998), o gênero (LAAPOTTI; KESKINEN, 2004), as características de personalidade e os estados emocionais (BARTHOLOMEU, 2008) e o estilo de vida (MOLLER, 2004), além da experiência de condução (BATTISTON, 2016). No entanto, entende-se que os fatores ambientais, nos estudos psicológicos têm sido negligenciados ou considerados como aspectos isolados e não na sua interação com o usuário. Um conceito que vem sendo explorado como uma alternativa para a compreensão da relação entre comportamento de risco e ambiente de trânsito é o de *affordance* (BATTISTON, 2016).

A teoria das *affordances* pode ser entendida como um contraponto à visão representacionista da percepção, na qual aspectos da memória e representações mentais são necessárias para a percepção do meio, sendo esta mediada por essas representações (GIBSON, 1977). A perspectiva gibsoniana é externalista, e considera que a percepção ocorre de forma direta, necessitando apenas das informações já disponíveis no meio para que o agente identifique as possibilidades de ação propiciadas pelo seu entorno, configurando-se como um tipo de percepção-ação, ou seja, uma percepção imediatamente

associada a uma ação (WITHAGEN; CHEMERO, 2012). A partir do conceito de *affordances* é possível pensar o comportamento de risco como diretamente relacionado às informações disponíveis no meio e a percepção dessas informações por parte dos condutores. No ambiente de trânsito, estariam, portanto, relacionadas aos elementos que compõem esse sistema: pessoas, vias e veículos. Mais especificamente nas interseções entre estes elementos (BATTISTON, 2016).

Com o objetivo de identificar as *affordances* associadas aos comportamentos de risco de motoristas, foi realizada pesquisa documental de acidentes de trânsito ocorridos em Florianópolis no período de julho de 2014 a agosto de 2015, além de observações dos locais com maior número dessas ocorrências. Identificou-se como *affordances* a presença de interseções do tipo entroncamento e a presença de semáforos nas imediações destas interseções, além da colisão traseira como o tipo de ocorrência mais frequente. Essas características estão em acordo com achados recentes, que apontam as interseções, semaforizadas ou não, como pontos de conflito de tráfego que geram um montante significativo de acidentes de trânsito (BECK, 2015; KRÖYER, 2016; MINACHI; GLADSEN; KALAANIDHI; GUNASEKARAN, 2015).

As pesquisas que tratam desse fenômeno têm se preocupado com as interações entre essas características e o número dessas ocorrências. Alguns exemplos são os estudos sobre a análise das relações entre o tempo de mudança de cores dos semáforos e as colisões traseiras (NI; LI, 2014); as pesquisas que investigam a probabilidade de ocorrência de acidentes em interseções (CUNTO; CASTRO; NETO; BARREIRA, 2012; JOERER, SEGATA, BLOESSL; CIGNO; SOMMER; DRESSLER, 2014); as que investigam variáveis específicas como a idade e a forma de enfrentamento e desaceleração diante de uma interseção (CHARLTON; CATCHLOVE; SCULLY; KOPPEL; NEWSTEAD, 2013; HONG; MIN; DOI; SUZUKI, 2016); e o comportamento agressivo de condutores diante deste cenário (KAYSI, 2007).

Nessa pesquisa, as inter-relações entre este ambiente (caracterizados pela presença de interseções e semáforos) e os agentes (condutores) resultaram em comportamentos de risco, categorizados como frenagens bruscas, cortar a frente de outros condutores e forçar o acesso à via principal. Este último, ocorrido no acesso às interseções, local no qual os condutores utilizavam vias marginais como “atalhos” para logo após retornarem as vias principais, como um desvio para evitar os semáforos (BATTISTON, 2016).

O estudo identificou que a presença de tais configurações do ambiente de trânsito pode estar associada a *affordances* dinâmicas, que se caracterizam como aquelas constituídas por informações disponíveis no ambiente durante um movimento, no caso do trânsito, informações percebidas durante o processo de deslocamento. Tais inferências são resultado da análise de quase duas mil ocorrências de acidentes de trânsito e de observação sistemática nos locais com maior número dessas ocorrências. Os resultados apontam para a necessidade de uma atuação do estado mais efetiva, como a instalação de dispositivos de regulação de tráfego, como semáforos, lombadas eletrônicas, faixas de pedestres, travessias elevadas e policiamento. Identificou-se que a presença destes dispositivos nestes locais é escassa ou inexistente. A sinalização é precária e o monitoramento ausente, tanto o eletrônico quanto o efetivo policiamento no local.

A associação entre a fiscalização e policiamento ostensivo e a diminuição da ocorrência de acidentes de trânsito foi encontrada também em estudo de Costa (2016). O estudo concluiu que a cada 1% a mais de efetivo policial ou nas horas de serviço operacionais houve uma queda de 12,4% e de 13,8%, respectivamente, no número de acidentes graves. Além disso, Bacchieri e Barros (2011) e Bottesini (2010) destacam que a fiscalização e a aplicação de penalidades são algumas das principais medidas de segurança que podem ser utilizadas como restritivas do comportamento de risco.

Diretamente relacionado ao transporte de pessoas, de produtos e de serviços, é neste cenário que todos estão, em algum momen-

to, transitando. Assim, o entendimento dos comportamentos que podem levar ao risco de ocorrência de acidentes torna-se urgente, tendo em vista os impactos sobre a saúde e economia locais. O conceito de *affordance* pode ser uma alternativa viável para a análise das relações dos agentes do trânsito (sejam eles motoristas, pedestres ou os responsáveis pelo policiamento e fiscalização) com o mobiliário urbano de trânsito (vias, passarelas, interseções, sinalização horizontal e vertical, ciclovias etc.).

A análise da percepção do ambiente de trânsito, dado que é um cenário dinâmico, é dificultada pela constante mudança dos estímulos enquanto o processo de deslocamento ocorre. Assim, a utilização de um conceito que engloba no seu escopo de análise tanto aspectos das estruturas ambientais quanto dos comportamentos decorrentes pode ser uma importante ferramenta para a ampliação da compreensão das ações humanas neste cenário.

Os resultados apontam para a necessidade de um olhar mais aprofundado do poder público sobre as questões urbanas relacionadas à circulação e segurança das pessoas nas vias. Seja como pedestres, seja como condutores ou passageiros, todos estão sujeitos a um sistema de normas organizado para regular a circulação nas vias públicas. No entanto, o Estado parece falhar naquilo que faz com que uma legislação de trânsito, considerada como uma das melhores em âmbito internacional, não alcance seus objetivos, que é a fiscalização. Igualmente importante é o fator humano neste cenário, sendo a forma como a população se relaciona com o ambiente de trânsito determinante para os resultados desta interação. Em que pese a parcela do comportamento humano como responsável pelos usos inadequados das vias urbanas, há que se considerar o Estado como também responsável por este uso. Assim, reitera-se a importância dos estudos sobre as temáticas que articulam as pessoas e os ambientes como fundamentais para orientar àqueles que considerem tais resultados como um dos fundamentos para decisões políticas que repercutem social e economicamente nas áreas urbanas.

O apego à moradia em áreas suscetíveis à ocorrência de desastres socioambientais

Em janeiro de 2010, na região serrana do Rio de Janeiro, ocorreu um dos maiores deslizamentos de terra no Brasil (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012). Moradores fugiam e se escondiam em uma mata enquanto chegavam os helicópteros que traziam os mantimentos. Neles, pairava o temor de serem removidos de suas moradias. Profissionais que atuavam na Defesa Civil, naquele momento, alertavam as pessoas a deixar as suas residências devido ao risco de acidentes fatais, mas elas permaneciam na moradia. Estas situações ocorrem diversas vezes no país. Jornais e noticiários trazem reportagens sobre pessoas que “quiseram permanecer” na casa após o desastre. No debate sobre esta temática, o discurso técnico confronta-se com as práticas cotidianas das pessoas que criam vínculos, associam histórias e momentos com a moradia suscetível a ocorrência de desastre (VARGAS, 2009).

Entende-se o desastre como um fenômeno socioambiental formado por um conjunto de fatores que contribuem para sua ocorrência, tais como a vulnerabilidade da população (GUIMARÃES; GUERREIRO; PEIXOTO, 2008), a ocupação humana no ambiente, a gestão integral do risco municipal, fatores socioeconômicos, políticos, dentre outros. Desta forma o desastre socioambiental é considerado como o impacto causado por fenômenos naturais extremos ou intensos (seca, deslizamentos, inundações, entre outros) sobre um sistema social, que ocasiona prejuízos excedentes a capacidade da comunidade atingida de lidar com tal desastre (BRASIL, 2007). O desastre afeta um grande número de pessoas e traz diversos impactos, seja sob o aspecto dos danos físicos sofridos e perdas materiais, seja pelos danos psicológicos diante das perdas vivenciadas (ALVES; LACERDA; LEGAL, 2012). Tal evento deve ser compreendido dentro do contexto social, político e econômico no qual ocorre (FAVERO; SARRIERA; TRINDADE, 2014).

Frente a ocorrência de um desastre, a moradia passa a ser considerada como um dos lugares mais importantes para o indivíduo, pois nela a pessoa irá se desenvolver e constituir família. Quando a pessoa constrói sua casa, ela não só cria um ambiente físico, mas também um ambiente psicológico, repleto de significados, que o torna singular (ITTELSON; PROSHANSKY; RIVLIN; 2005). Alves, Kuhnen e Battiston (2015) salientam em sua pesquisa que as pessoas que permaneceram na moradia após a ocorrência do desastre consideravam que o residir em áreas de risco, bem como a incerteza em seu modo de vida, era parte de sua identidade. O apego ao lugar era manifestado pelo orgulho da capacidade de ficar e lutar pela sua moradia, prevalecendo sobre a necessidade de mudar-se para outro lugar.

Para tanto, o apego ao lugar pode ser definido como laços afetivos, sentimentos de satisfação, bem-estar e segurança, derivados das cognições positivas acerca do ambiente físico, seja por meio da familiaridade, desempenho deste em satisfazer as necessidades, seja em razão do significado atribuído ao lugar. Esse apego é formado pelas dimensões simbólica social e pela funcionalidade de lugar. A dimensão simbólica social envolve os significados e afetos atribuídos a moradia, assim como as relações que são estabelecidas por residir neste lugar. Já a funcionalidade de lugar engloba os aspectos de julgamento do lugar frente às necessidades do indivíduo, de modo a verificar até que ponto o lugar atende o que a pessoa necessita (GIULIANI, 2004; LEE; KYLE; SCOTT, 2012).

Nesse sentido, essa pesquisa visou analisar as características do apego à moradia de pessoas que residem em área de risco em um município localizado no Vale do Itajaí/SC. O trabalho adotou uma perspectiva qualitativa com abordagem multimétodos. Foram utilizados os instrumentos *Walk-around-the-block* (“caminhada pelo local”) e um roteiro de entrevista semiestruturada. *Walk-around-the-block* é um instrumento onde se estabelece o contato inicial com o lugar de estudo por meio da visita (LYNCH; RIVLIN, 1970) com a uma pessoa chave deste lugar. Nesta pesquisa a visita foi realizada

em companhia de um agente da Defesa Civil, pois este conhecia as principais áreas de risco do município pesquisado. O roteiro de entrevista é um instrumento composto por um roteiro de perguntas ao qual podem ser inseridos novos questionamentos pelo pesquisador a fim de aprofundar ou esclarecer determinados pontos, possibilitando flexibilidade para compreender o objeto de estudo (MAY, 2004). A pesquisa foi analisada por meio da Grounded Theory, com auxílio do *software* Atlas/Ti 7.0[®]. A análise consistiu no estabelecimento de categorias, subcategorias e elementos de análise.

Participaram da pesquisa 18 pessoas residentes em área de muito alto risco para ocorrência de desastre, avaliada pela Defesa Civil. Para estas áreas, são consideradas os condicionantes geológico-geotécnico e o nível de intervenção humana de modo a estarem com muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos, solapamentos ou inundação. Há evidências de instabilidade tanto na moradia quanto no solo, como, trincas na casa, muros de contenção, cicatrizes de deslizamentos, postes ou árvores inclinadas, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos, etc. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa (DEFESA CIVIL, 2013).

Acerca dos participantes, 16 eram do sexo feminino e dois do sexo masculino. Com relação à idade, a média foi de 41 anos e cinco meses. A maioria das pessoas tinha ensino fundamental incompleto e é casada (n=11). No quesito renda familiar, a maioria (n=10) ganhava dois salários mínimos. A média de tempo de residência foi de oito anos. Acerca da ocorrência do desastre socioambiental obteve-se um resultado equivalente, pois seis participantes tiveram sua casa atingida uma vez por um desastre (2013), seis foram afetados duas vezes (2013 e 2011) e seis, três vezes (2008, 2011 e 2013). Todos os participantes possuem casa própria e tinham sua casa interditada pela Defesa Civil devido a esta proporcionar perigo à vida das pessoas que residem neste lugar.

Na análise dos instrumentos, emergiram duas categorias que contemplaram as características do apego ao lugar, a dimensão funcionalidade de lugar e os aspectos simbólicos sociais. A primeira dimensão intitulada funcionalidade de lugar foi a mais evidenciada pelos participantes. Isto ocorreu em virtude da importância da satisfação de algumas necessidades, como ter um lugar para morar e cuidar dos filhos, não precisar ficar na casa dos outros e não ter que pagar aluguel. Para os participantes, ter estas necessidades supridas mostrou-se mais importante do que o risco que correm, demonstrando uma relação de dependência com o lugar. Já a insatisfação de algumas necessidades (conforto, segurança e bem-estar) foram evidenciadas devido à ocorrência do desastre, da perda dos móveis e do risco que correm, de modo a propiciar sentimento de insegurança e medo. Embora ocorra tais sentimentos, na perspectiva dos participantes não haverá outro lugar que possa atender todas as necessidades supridas nesta comunidade.

No que consiste ao processo de apropriação do lugar, foi relatado que estes apropriam-se do terreno por meio da usucapião como direito de posse adquirido sobre um bem imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal, contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem. Esta prática está regulamentada pela Constituição Federal de 1988, juntamente com o Código Civil e o Estatuto da Cidade, por meio da Lei nº 10.257/01. Identifica-se que essa prática traz à tona o processo de urbanização, no qual repercutem diversos problemas sociais e estruturais, como ocupação em áreas sem habitabilidade, desemprego, desigualdade social e ausência da garantia dos direitos humanos. Assim, o legislador constituinte, atento inclusive às tensões sociais resultantes dos problemas enfrentados neste cotidiano, instituiu por meio dos artigos 182 e 183 da Lei nº 10.257/2001 as regras de política urbana, objetivando uma solução para o problema da moradia no Brasil (RAMOS, 2012). Diante desta problemática, a instituição da Usucapião Urbana foi posta como uma forma de garantir o direito à moradia.

Embora todos esses direitos sejam garantidos por lei, muitos deles não são executados para a população de baixa renda, principalmente no que tange à infraestrutura urbana e ao saneamento básico. As habitações acabam sendo construídas nas margens imediatas do rio ou nos morros com fundações em forma de estacas, lembrando palafitas. Não há saneamento básico, sendo a destinação dos efluentes no próprio solo ou no leito dos córregos e rios. Evidencia-se também uma relação de poder público, onde os serviços voltados ao tratamento de água, de eletricidade e de coleta seletiva de lixo não ocorre nestas localidades. Estas medidas demonstram o estabelecimento de regras e dominação do lugar (FELIPPE, 2010). Para Valencio (2010), as famílias de baixa renda acabam tendo como única opção residir nessas áreas de risco. Frente a ocorrência do desastre, os afetados acabam, muitas vezes, sendo responsabilizados pela Defesa Civil de modo a inviabilizar a corresponsabilidade pública no processo de gestão de riscos de desastres. Associado a isso, há recomendações paliativas para que essas pessoas se adequem à realidade da desigualdade social, territorial e subcidadania.

Na dimensão simbólica do apego ao lugar, foi identificado a importância que a residência tem para a pessoa, de modo que a moradia significou a possibilidade de ter seu próprio lar e o esforço dedicado à construção da tão sonhada moradia (Ver nesse livro texto de Albuquerque e Günther). Evidenciou que as pessoas se sentem pertencentes tanto à moradia quanto à comunidade que reside no entorno. Para alguns participantes, esta foi sua primeira casa própria, sendo um sonho que foi concretizado. Também foi relatado o sentimento de orgulho por ter esse lar, de falta quando não está perto e de sofrimento com a cogitação da possibilidade de ter que deixar esse lugar. Neste sentido, a moradia está ligada ao caráter simbólico que o ambiente físico tem para o sujeito e/ou grupo bem como aos espaços que são familiares, de modo a fazer parte da vida. É um ambiente que emerge afetividade, constituído por objetos naturais e/ou artefatos sociais que servem como pontos de referência para o sujeito (VENABLES et al., 2012).

Considerações finais

O propósito desse texto foi analisar as dinâmicas socioespaciais de moradores de diferentes cidades com o local onde vivem, problematizando sua relação com a cidade como um todo, especificamente pela mobilidade urbana e pela habitabilidade. A partir do relato de três pesquisas conduzidas em duas cidades do estado de Santa Catarina, Brasil, aponta-se para os impactos da expansão urbana sobre os modos de habitar e circular nesses espaços. Do ponto de vista da mobilidade urbana, as cidades têm sido produzidas como palco privilegiado para a circulação de automotores individuais, o que se desdobra em certa ideia de risco no trânsito para os motoristas e como barreiras para outros modais. Do ponto de vista da habitação, políticas de expansão imobiliária em determinadas regiões da cidade, consolidadas pelo Plano Diretor e pelas leis de zoneamento, desincentivam de modo intencional outros modos de ocupação territorial de modo que o acesso à moradia torna-se valor de troca.

Diante disso, destaca-se o fato de que, mesmo que as políticas públicas para mobilidade e habitação estabeleçam normas e regulamentem o uso dos espaços urbanos, os habitantes desenvolvem, individual ou coletivamente, estratégias para habitar e circular. A partir dos estudos relatados, os conceitos de identidade de lugar, *affordance* e apego ao lugar dão sustentação teórica a essas estratégias, permitindo o acesso de dimensões cognitivas, afetivas, comportamentais e perceptivas da relação das pessoas com o ambiente.

Nesse sentido, pensar a rotina de mobilidade por bicicletas na cidade a partir do conceito de identidade de lugar permite justamente inserir movimento em um fenômeno que, na tradição das ciências sociais e humanas, possui estatuto de imobilidade e estabilidade, a dizer, identidade e lugar. Desse modo, identificar-se com a cidade por meio da pedalada sugere a possibilidade de afetar-se com a cidade, sentir suas inconsistências, conhecê-la a partir de outros pon-

tos de vista. Em movimento, os participantes da pesquisa puderam elaborar uma paisagem geral da cidade que conjugava seus aspectos positivos e negativos, as barreiras e os facilitadores de seu acesso, suas belezas e seus entraves.

A implementação de estratégias que visem a fluidez do trânsito, como, por exemplo, o uso da bicicleta como alternativa de transporte, é um importante aspecto da vida na cidade. Do ponto de vista da circulação urbana, considera-se fundamental que sejam destacados os itens de segurança das vias, tanto para aqueles que utilizam os meios de transporte mecanizados (automóveis, motocicletas etc.) quanto para aqueles que utilizam a própria força motriz para sua locomoção (pedestres, ciclistas etc.). Apesar do alerta científico e ambiental para a promoção da saúde, as cidades ainda são voltadas para o transporte individual motorizado em detrimento do transporte coletivo ou mesmo dos transportes alternativos como a bicicleta. Salientam-se ainda as questões do fator humano e a necessidade de identificar possíveis associações entre o ambiente de trânsito e os comportamentos de risco.

Diante deste cenário, o conceito de *affordance* pode ser uma ferramenta útil no campo de estudos sobre o comportamento humano no trânsito e sua relação com a ocorrência de acidentes, campo que está constantemente em busca de novos olhares capazes de auxiliar a mitigar as perdas associadas aos acidentes de trânsito. Pode-se perceber na pesquisa apresentada, que a presença de aspectos específicos no desenho da via (interseções) e aparatos de controle de circulação (semáforos) estão associados a comportamentos de risco, como frenagens bruscas e ultrapassagens forçadas. É nesta relação direta que emerge a *affordance* e a ação associada à percepção desta, neste caso, a ação de frear e de acelerar, respectivamente. O aprofundamento do conceito e ampliação dos estudos pode fundamentar estratégias de intervenção que possibilitem a diminuição efetiva dos sinistros de trânsito, por meio de interferências no ambiente físico, repercutindo diretamente no comportamento dos motoristas.

O apego ao lugar é um fenômeno importante para entender a relação complexa estabelecida pelos participantes com a moradia em área de risco. Nesta pesquisa, foi evidenciado que tal relação contempla aspectos simbólicos, sociais e funcionais com o lugar de modo a contribuírem para a permanência e apropriação da moradia. Ao permanecer neste lugar há, muitas vezes, a culpabilização do morador pelo poder público, sendo entendida tal ação como ato de resistência. Frente a esta problemática, salienta-se a importância da criação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC) nos municípios suscetíveis a desastres para que haja uma participação efetiva e representativa da população na Política de Proteção e Defesa Civil, e assim possam ser elaboradas políticas públicas habitacionais e estratégias para mitigar os riscos de desastres.

Por fim, destaca-se a importância da elaboração e implementação do Plano Diretor do município, de modo a orientar e organizar as estratégias e as ações do poder público direcionadas ao planejamento territorial da cidade, considerando o crescimento e o pleno funcionamento urbano. Essas ações possibilitam a participação da população no Plano Diretor, garantindo assim o direito à gestão democrática da cidade de modo a corresponsabilizar o poder público e os cidadãos pelo cuidado e gerenciamento da cidade. Sugere-se que outras pesquisas possam oportunizar aos gestores e profissionais que trabalham com políticas públicas e que fomentam o Plano Diretor, que participem, fornecendo dados que permitam uma análise mais integralizada do tema.

Referências

ABERG, L.; RIMMO, P. A. Dimensions of Aberrant Driver Behaviour. **Ergonomics**, v. 41, n. 1, p. 39-56, 1998.

ALVES, R. B.; KUHNEN, A.; BATTISTON, M. “Lar Doce Lar”: Apego ao Lugar em Área de Risco diante de Desastres Naturais. **Psico**, PUCRS, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 159-168, 2015. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.2.17484>

ALVES, R. B; LACERDA, M. A. C.; LEGAL, E. J. A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 307-315, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000200014>

BACCHIERI, G.; BARROS, A. J. D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 949-963, 2011.

BARTHOLOMEU, D. Traços de personalidade e comportamento de risco no trânsito: Um estudo correlacional. **Psicologia Argumento**, v. 26, n. 54, p. 193-206, 2008.

BATTISTON, M. **Percepção de *affordances* do ambiente de trânsito e comportamento de risco em motoristas**. Doutorado (Tese em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BECK, D. **Investigation of key crash types: Rear-end crashes in urban and rural environments**. Sydney: Australia, 2015.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BOTTESINI, G. **Influência de Medidas de Segurança de Trânsito no Comportamento dos Motoristas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta o Estatuto da Cidade e outros procedimentos. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília, DF: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2007.

CHARLTON, J. L.; CATCHLOVE, M.; SCULLY, M.; KOPPEL, S.; NEWSTEAD, S. Older driver distraction: A naturalistic study of behaviour at intersections. **Accident, Analysis & Prevention**, n. 58, p. 271-278, 2013

COSTA, D. A.T. A. **A influência do policiamento e da fiscalização nos acidentes de trânsito**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

CUNTO, F. J. C.; CASTRO NETO, M. M.; BARREIRA, D. S. Modelos de previsão de acidentes de trânsito em interseções semaforizadas de Fortaleza. **Revista Transportes**, v. 20, n. 1, p. 55-62, 2012.

DEFESA CIVIL. **Mapa de Indícios de Risco Geológico-Geotécnico Vila da Paz**, 2013. Disponível em:< <http://defesacivil.itajai.sc.gov.br/c/mapas>>

DOURADO, F.; ARRAES, T. C.; SILVA, M. F. O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro: as causas do evento, os mecanismos dos movimentos de massa e a distribuição espacial dos investimentos de reconstrução no pós-desastre. **Anu. Inst. Geocienc.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 43-54, 2012.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C.; TRINDADE, M. C. O Desastre na Perspectiva Sociológica e Psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-737221560003>

FERRAZ, A. C. P.; RAIA JÚNIOR, A.; BEZERRA, B. S. **Segurança no trânsito**. São Carlos, SP: São Francisco, 2008.

FELIPPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010.

GALINDO, M. P; GILMARTIN, A. G; CORRALIZA, J. A. El Médico Natural. In: ARAGONÉS, J. I; AMÉRIGO, M. (Orgs.). **Psicologia Ambiental**. Madrid: Pirâmide, 2002. p. 281-307.

GATERSLEBEN, B.; HADDAD, H. Who is the typical bicyclist? **Transportation Research Part F**, v. 13, p. 41-48, 2010.

GIBSON, J. J. The theory of affordances. In: Shaw, R. J. (Ed.). **Perceiving, acting and knowing: Toward an ecological psychology**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977. p. 67-82.

GRAYSON, G. B.; MAYCOCK, G. From proneness to liability. In: Rothengatter, J. A.; Bruin, R. (Eds.). **Road User Behavior: Theory and Research**. Van Gorcum, Amsterdam: Assen, 1988. p. 234-242.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E. T., RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (Orgs.). **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

GUIMARÃES, R. B.; GUERREIRO, J. A. S.; PEIXOTO, J. A. S. Considerações sobre os riscos ambientais e urbanos no tocante aos desastres e emergências. **Revista Vera Cidade**, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2008.

HONG, S.; MIN, B.; DOI, S.; SUZUKI, K. Approaching and stopping behaviors to the intersections of aged drivers compared with young drivers. **International Journal of Industrial Ergonomics**, n. 54, p. 32-41, 2016.

ITTELSON, W. H.; PROSHANSKY, H. M.; RIVLIN, L. G. Homem ambiental. Série: **Textos de Psicologia Ambiental**, n.14, p. 1-9, 2005.

JOERER, S.; SEGATA, M.; BLOESSL, B.; CIGNO, R. L.; SOMMER, C.; DRESSLER, F. A vehicular networking perspective on estimating vehicle collision probability at intersections. **IEEE Transactions on Vehicular Technology**, v. 63, n. 4, p. 1802-1812, 2014.

KAYSI, A. I. S. A. A. Modeling aggressive driver behavior at unsignalized intersections. **Accident Analysis & Prevention**, v. 39, n. 4, p. 671-678., 2007.

KRÖYER, H. R. G. Pedestrian and bicyclist flows in accident modelling at intersections. Influence of the length of observational period. **Safety Science**, n. 82, p. 315-324, 2016.

LAAPOTTI, S.; KESKINEN, E. Has the Difference in Accident Patterns Between Male and Female Drivers Changed Between 1984 e 2000? **Accident Analysis and Prevention**, n. 36, p. 577-584, 2004

LEE, J. J.; KYLE, G.; SCOTT, D. The Mediating Effect of Place Attachment on the Relationship between Festival Satisfaction and Loyalty to the Festival Hosting Destination. **Journal of Travel Research**, v. 51, n. 6, p. 754-767, 2012. doi: 10.1177/0047287512437859

LYNCH, K.; RIVLIN, M. A walk around the block. In: H. Proshansky, W. Ittelson, & L. Rivlin, **Environmental psychology**: man and his physical setting. Nova York: Rinehartand Winston, 1970. p. 631-642.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos, 2004.

MINACHI, C.; GLADSEN, J.; KALANIDHI, S.; GUNASEKARAN, K. Development of accident prediction models for safety evaluation of urban intersections. **Indian Highways**, v. 43 n. 5, p. 15-19, 2015.

MOLLER, M. An explorative study of the relationship between lifestyle and driving behaviour among young drivers. **Accident Analysis and Prevention**, n. 36, p. 1081-1088, 2004.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

NI, Y.; LI, K. Estimating rear-end accident probabilities at signalized intersections: A comparison study of intersections with and without green signal countdown devices. **Traffic Injury Prevention**, v. 15, n. 6, p. 583-590, 2014.

OLEKSZECHEN, N. **Mover-se na cidade**: produção da identidade de lugar em ciclistas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

_____; KUHNEN, A. Barreiras e facilitadores no uso da bicicleta como meio de transporte entre universitários. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 13, n. 2, p. 119-140, 2016.

PASSAFARO, P.; RIMANO, A.; PICCINI, M. P.; METASTASIO, R.; GAMBARDELLA, V.; GULLACE, G.; LETTIERI, C. The bicycle and the city: desires and emotions versus attitudes, habits and norms. **Journal of Environmental Psychology**, v. 38, p. 76-83, 2014.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. A. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. **Psicologia Argumento**, v. 27, n. 59, p. 345-354, 2010.

RAMOS, L. C. **Usucapião Especial Urbana**: Um princípio à função social da propriedade. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2012. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8912..

ROZESTRATEN, R. J. A. Ambiente, trânsito e psicologia. In: HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C. (Orgs.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 33-46.

TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P. A invenção do urbano e o poético: uma cartografia afetiva - estudo sobre o bairro paulistano da Barra Funda. In: TASSARA, E. T. O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 211-264.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde & Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400003>.

VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui”: a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, SP: RiMa Editora, 2009. p. 80-95.

VENABLES, D. et al. Living with nuclear power: sense of place, proximity, and risk perceptions in local host communities. **Journal of Environmental Psychology**, v. 32, n. 4, p. 371-383, 2012.

WITHAGEN, R.; CHEMERO, A. Affordances and classification: On the significance of a sidebar in James Gibson's last book. **Philosophical Psychology**, v. 25, n. 4, p. 521-537, 2012.

Capítulo 9

A natureza: espaço de desenvolvimento, qualidade de vida e afetividade

Camila Klein¹

Patrícia M. Schubert Peres²

Gilvana da Silva Machado³

A presença de natureza no espaço urbano

A presença de natureza no contexto urbano é comumente avistada em áreas delimitadas. Nesses lugares denominados espaços verdes urbanos (por exemplo, parques, bosques, jardins comunitários, reservas naturais, ou ainda, zoológicos, jardins botânicos, praças, entre outros) as pessoas podem manter contato

.....
¹ Psicóloga, mestre em Psicologia e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Pesquisadora Colaboradora do Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPAM. kleincamila.ck@gmail.com

² Bióloga, mestre em Psicologia e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pesquisadora Colaboradora do LAPAM/UFSC. pmschu@hotmail.com

³ Bióloga, mestre em Psicologia e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pesquisadora Colaboradora do LAPAM/UFSC. gilvanamachado@gmail.com

direto com a natureza (CHIESURA, 2004). Eles podem variar em tamanho, escala, função e localização (GILL et al., 2008), e podem ser privados ou públicos. Para pensar os estudos em Psicologia Ambiental (PA) em contextos da natureza, propõe-se o diálogo entre três pesquisas empíricas realizadas pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPAM-UFSC). Nesses estudos, as interações das pessoas com a natureza assumem distintas formas, desde o uso para atividades físicas, contemplação e brincadeiras, até a extração de recursos naturais.

No estudo conduzido por Peres (2013), o objetivo foi identificar quais atividades os pais percebiam como possíveis de serem realizadas por crianças em uma área de preservação permanente. Nesta pesquisa, a relação da criança com a natureza é compreendida a partir da percepção dos pais sobre um espaço com natureza, e que constitui um indicador do potencial de uso desse mesmo espaço por crianças. O estudo realizado por Klein (2016) procurou compreender a interação habitante-praça. O estudo aponta para a importância do espaço da praça e de sua configuração paisagística para o incremento das interações sociais, da autoestima e do sentimento de pertencimento do habitante da cidade, assim como seu papel como locus de descanso e lazer. A pesquisa desenvolvida por Machado (2016) questiona a sustentabilidade da qualidade de vida (QV) a partir de um estudo de caso numa comunidade tradicional açoriana. A análise prospectiva da QV de autóctones é problematizada a partir da descrição da interação das pessoas com seu entorno, considerando-se meio urbano, recursos naturais, práticas sociais e estilo de vida.

As três pesquisas mencionadas referem-se, portanto, a distintos contextos da natureza: um parque, que constitui área de reserva em entorno urbano; uma praça, fruto de intervenção paisagística planejada, e uma comunidade tradicional de pescadores que habitam um espaço constituído em grande parte por uma área de preservação

permanente⁴ (APP). Essa APP se distingue pelo fato de se encontrar sob ameaça de especulação imobiliária e devastação. Estas pesquisas figuram como exemplos das variadas abordagens no estudo da relação pessoa-ambiente, visto que articulam suas temáticas à luz de conceitos distintos, quais sejam: *affordance*, afetividade e lugar, qualidade de vida e sustentabilidade.

O que se almeja é a interlocução entre tais estudos, tendo em vista a relevância dos elementos da natureza e seu papel nas vivências das pessoas nos distintos espaços. Para compreender tal inter-relação esse texto terá como norteadores os seguintes questionamentos: Como se dá a interação pessoa-natureza? Quais as implicações dessa interação no desenvolvimento e na qualidade de vida humana?

A interação pessoa-natureza

A interação pessoa-natureza pode ser mediada de várias formas, como, por exemplo, pela percepção, pela afetividade, pela representação social do lugar e até pela compreensão que se tem da qualidade de vida no lugar. Nesta seção pretende-se expor como três trabalhos do LAPAM-UFSC investigaram a interação das pessoas com contextos urbanos de natureza.

A primeira pesquisa investigou a percepção dos pais sobre *affordances* que podem ser acessadas por crianças em uma paisagem natural situada em parque urbano (PERES, 2013; PERES et al., 2017). *Affordance* foi um termo cunhado por James Gibson (1986) para explicar a percepção visual de informações no ambiente que comunicam funcionalidades aos organismos em geral, definindo, por fim, qualidades de objetos, eventos e pessoas. Por exemplo, uma árvore

.....
⁴ Área de Preservação Permanente – Segundo a Lei no. 12651, de 25 de maio de 2012 do código ambiental brasileiro – Art.3o (II) – área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico, de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

para uma criança possibilita ações como pendurar-se, balançar-se ou pular de cima. Essa condição, em contrapartida, qualifica a árvore como algo que pode ser “pendurável”, “balançável” ou “pulável de cima”.

Uma vez que os pais participam das decisões sobre os lugares a serem visitados pelas crianças, e monitoram suas atividades (REED, 1993, 1996; VEITCH et al., 2006), eles tornam-se fontes de conhecimento sobre *affordances* possíveis de serem acessadas pelos seus filhos. Tendo essa perspectiva em vista, elementos da natureza identificados pelos pais como favorecedores de *affordances* podem ser considerados indicadores do uso potencial da natureza como microcontexto de desenvolvimento, no qual os atributos dos seus elementos atende aos interesses das crianças.

A partir desta perspectiva teórica, foram entrevistados 105 pais que estavam usufruindo de um parque urbano, os quais foram questionados sobre lugares onde certas *affordances* são possíveis de serem acessadas por crianças da faixa etária dos 2 aos 12 anos. As *affordances* abordadas na entrevista com perguntas abertas e fechadas foram adaptadas do estudo de Kytta (2004) para o contexto brasileiro e o tipo de microambiente investigado. Os resultados mostraram que recursos naturais e a combinação destes em áreas específicas do parque possibilitam às crianças o acesso a um grande número de *affordances*.

A evocação de áreas como Lagoa, Borda da Lagoa e Área da Churrasqueira reflete a combinação de recursos que incluem água, areia e vegetação. A lagoa do parque e sua margem foram frequentemente evocadas para atividades aquáticas e também para *affordances* motoras, como andar de bicicleta, jogar bola, pular corda, e pular amarelinha, relacionadas a presença de superfície plana de areia. Dentre os elementos da natureza mais citados, destaca-se a árvore como o lugar que propicia *affordances*, como pendurar-se, balançar-se, escalar e descansar. Este resultado possibilitou verificar que árvores de restinga, por seus atributos físicos, como a presença de ramos baixos e tortuosos, podem ser acessadas pelas crianças, tornan-

do-se estímulos importantes na relação criança-natureza. O mesmo foi observado na área da churrasqueira, onde a presença da areia e a vegetação foram percebidas, oferecendo condições confortáveis para as crianças acessarem *affordances* como correr, pular corda, cavar, construir estruturas, modelar e brincar com plantas e animais. Um dos resultados de destaque do estudo são os lugares percebidos pelos pais como promotores de socialização de crianças com adultos. Essa é uma dimensão das *affordances* que foi enfaticamente percebida pelos pais como possível de ser acessada pelas crianças, principalmente na lagoa.

Esses resultados originados da investigação em parque urbano em área de restinga dialogam com resultados de outros estudos que descrevem e identificam os diversos usos que crianças fazem de elementos da natureza em suas brincadeiras. A areia é um elemento muito presente em áreas de parques infantis nas brincadeiras construtivas (CZALCZYNSKA-PODOLSKA, 2014; MACHADO et al., 2016). Elementos da topografia, como declives e rochas, proporcionam brincadeiras motoras, como subir e escorregar (FJØRTOFT, 2004). Elementos soltos, como pequenas pedras, gravetos, folhas e frutos também, são utilizados pelas crianças em brincadeiras de construção e faz de conta (KERNAN, 2010; KUH; PONTE; CHAU, 2013; MALONE; TRANTER, 2003; REFSHAUGE; STIGSDOTTER; PETERSEN, 2013; SCHÄFFER; KISTEMANN, 2012). Por fim, fontes de água, como rios e riachos, por exemplo, se destacam por proporcionar à criança atividades motoras e interação social (SAID, 2008).

A segunda pesquisa apresentada ancorou-se na afetividade como categoria de análise para compreender e descrever a relação dos habitantes da cidade com uma praça pública (KLEIN, 2016). A melhoria da qualidade de vida nas cidades tem sido vinculada à presença da natureza, mesmo que esta se apresente através de obras planejadas pelo ser humano (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005), como é o caso das praças, cujos elementos naturais, como

vegetação (árvores, flores, vegetação rasteira, folhagens, etc.) pedras e água, melhoram as condições biofísicas do lugar, trazendo benefícios para o entorno e para as pessoas (CARRUS et al., 2015; PEROVIC; FOLIC, 2012; SUGIMOTO, 2013).

Para investigar a relação pessoa-praça pública, foram utilizados dois instrumentos de produção de dados: o mapeamento comportamental e as entrevistas semiestruturadas. Os respondentes foram recrutados no local da pesquisa. Aqui serão destacados os dados das entrevistas que dizem respeito às características físicas do local, com enfoque na discussão sobre a presença de natureza no espaço urbano. Assume-se que os afetos advêm das relações constituídas com outros corpos e com o mundo, e, portanto, geram modificações nas capacidades para a ação e impelem o pensamento a novas direções. Nesta perspectiva, ao serem convidados a discorrer sobre a praça, os participantes o fizeram por meio das cognições, emoções e sentimentos que compõem a afetividade.

Para os participantes, o estar na praça remete a descanso, relaxamento, tranquilidade, cura e alívio. Estas menções associam-se, em geral, aos elementos da natureza. As referências à disposição da vegetação esboçam a relação entre subjetividade e estética, já que a imagem que se tem do ambiente construído é resultado de um processo bilateral entre o observador e o ambiente (LYNCH, 1960). A experiência com um espaço físico é, primariamente, produto da percepção visual, e, por conta disso, cores, textura, iluminação, vegetação, organização dos passeios e pavimento participam conjuntamente na construção subjetiva que se tem dos lugares. A valoração estética associada aos elementos da natureza, como vegetação e água, ganha outra dimensão no contorno das cidades, pois os espaços abertos públicos estão em constante diálogo com os habitantes, não apenas por sua posição no desenho urbano, como também por ser um espaço concebido por e para pessoas (PEROVIC; FOLIC, 2012).

A sensação de ar puro e ambiente arejado são mencionados pelos entrevistados como aspectos físicos que contribuem para o bem-estar

na praça. De fato, o que os entrevistados descrevem como “ar puro” e “arejamento” é objeto de pesquisas sobre *design* de espaços públicos abertos e percepção subjetiva de quão confortável é o ambiente (HAJ-MIRSADEGUI; SHAMSUDDIN; FOROUGUI, 2014). Com efeito, o ambiente de praças públicas, quando providas equilibradamente de vegetação, luz do sol e ventilação, contribui para as condições microclimáticas dos centros urbanos, resultando em conforto térmico (BIARA; ALKAMA; NABOU, 2013; LIN, 2009).

O estudo demonstra que frequentar espaços abertos públicos favorece a manutenção ou melhora da qualidade da saúde mental, por meio do contato com ambientes com elementos naturais e também pelas relações sociais que se dão em tais espaços. A pesquisa também aponta que a fonte de água é um dos elementos preferidos dos usuários da praça, o que é confirmado por estudos de paisagismo, que afirmam que a água é um dos mais importantes atributos dos espaços públicos, capaz de despertar múltiplas emoções (SUGIMOTO, 2013). A presença de elementos verdes, mesmo com baixa biodiversidade, como é o caso das praças, diminui o estresse, aumenta a sensação de bem-estar e tem propriedades restaurativas (CARRUS et al., 2015). Além disso, a interação com a natureza presente em praças públicas também pode ser mediada pela afetividade, que compreende emoções e sentimentos, e orienta a maneira como os indivíduos habitam, circulam e sentem a cidade. Nesta pesquisa verifica-se que as experiências prático-sensíveis que emergem da relação afetiva corpo-praça-natureza inscrevem-se nas subjetividades e lapidam a identificação das pessoas com tais espaços.

A terceira pesquisa propôs-se a analisar a sustentabilidade da qualidade de vida sob a perspectiva de autóctones de uma comunidade tradicional açoriana localizada em uma ilha na região Sul do Brasil (MACHADO, 2016). Para tal investigação considerou-se que qualidade de vida (QV) compreende a condição de vida humana existente em determinado tempo e lugar, em conformidade com os desejos, sonhos ou aspirações idealizadas (VLEK, 2003). Desenvolvimento sustentável (DS) representa a satisfação das necessidades do presente sem

comprometer as possibilidades das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). O lócus de estudo desta tese envolveu, na maior parte de seu território, uma área de preservação permanente (APP), implicando em importante conjunto de ecossistemas que influenciam na qualidade de vida dos habitantes autóctones deste lugar, através de serviços ecossistêmicos (COSTANZA et al., 2017). Estes serviços envolvem características ecológicas, funções, ou processos, que, direta ou indiretamente, contribuem para o bem-estar humano. Para produzi-los, é necessária a interação entre capital natural, social, construído e humano que proporcionam diversos benefícios, dentre eles o serviço de provisionamento relacionado ao fornecimento de recursos, como exemplo o fornecimento de peixes (capital natural) para barcos pesqueiros (capital construído), envolvendo pescadores tradicionais (capital humano) e comunidades pesqueiras (capital social). Além deste serviço, há também o serviço de regulação, que se refere a importância das costas inundáveis, restingas e mangues para proteção contra tempestades e tormentas, regulação da água, manutenção da qualidade do ar, dentre outros, além de serviço cultural referente à recreação, identidade estética, científica e cultural, senso de lugar e outros benefícios culturais associados às atividades ao ar livre e locais públicos, como praças e praias.

A interação das pessoas com a natureza, tratada nesta pesquisa, é perpassada por questões relacionadas à qualidade de vida de habitantes locais (autóctones), bem como questionamentos que apontam para a existência (ou não) de um desenvolvimento sustentável. Para analisar a relação pessoa/ambiente, em uma região costeira, localizada na ilha que é capital do estado de Santa Catarina, foi solicitado a pessoas nascidas no local, integrantes de uma mesma família tradicional açoriana, que desenhassem em uma folha de papel em branco algo que representasse a qualidade de vida de cada um deles. Logo após a finalização do desenho, algumas perguntas (abertas e fechadas) sobre os desenhos e seus significados foram feitas. Este procedimento foi inspirado em Bomfim (2003), que originalmente utilizou o instrumento de pesqui-

sa denominado mapa afetivo. A análise deste mapa elaborado pelos autóctones representantes de três faixas etárias subsequentes (4 avós, 4 filhos, 4 netos) incidiu na consideração de que os critérios de avaliação e o significado da QV no local foram sustentáveis⁵ até então.

Esses critérios demonstraram-se atrelados a um modo de vida que vinha sendo passado de geração a geração, sob a singularidade de uma paisagem natural que contemplava vários serviços ambientais. Foi possível verificar a presença de práticas de manejo pautadas no bom estado de conservação de atributos naturais passadas de geração a geração, que promoveram e ainda promovem a manutenção do fluxo ecossistêmico dos quais se beneficiam. Por outro lado, os participantes deste estudo também demonstraram reconhecer que, em sua condição social (atrelada ao modo de vida tradicional), experimentam um impacto ambiental de forma direta e imediata que está associado ao crescimento urbano e econômico privado. Dentre os aspectos negativos deste impacto, os mais citados referiram-se ao aumento da área de espaços privados destinados a construção de habitações para serem alugadas, principalmente no verão, em detrimento de áreas de uso comum, que até então vinham sendo utilizadas para plantações e criação de animais.

Esse resultado evidencia uma condição de insustentabilidade, pois implica na prospecção de que os descendentes desta família não terão as mesmas condições ambientais e sociais para satisfazerem suas necessidades nas próximas gerações. Nas próximas gerações não haverá mais espaço para o jardim onde atualmente são plantadas e colhidas poucas hortaliças e outras plantas comestíveis (em relação ao que ocorria no passado), assim como não haverá mais condições viáveis para a criação de animais e manutenção de atividades que até então trouxeram autonomia para a sobrevivência desta família, como a pesca. Neste caso, concluiu-se que qualidade de vida almejada pelos participantes mos-

.....
⁵ Sustentável no sentido de que houve condições viáveis de vida onde a satisfação das necessidades da geração passada não prejudicou a satisfação das necessidades das gerações atuais.

tra-se insustentável devido à inviabilidade de manter ciclos ecossistêmicos sob a pressão de padrões e dinâmicas econômicas predatórias.

Os critérios de avaliação de QV para a comunidade tradicional apontam para uma qualidade de vida insustentável mesmo que existam evidências de alguns padrões e critérios sustentáveis. Este se dá pelo reconhecimento da importância e da dependência em relação ao capital natural e da manutenção de serviços ecossistêmicos. Tendo isso em vista, o estudo aponta para a necessidade de abertura para novas propostas que promovam maior coesão social através do incentivo e participação de cidadãos e comunidades. Esses atributos, em última instância, expressam necessidades econômicas, culturais e psicológicas na gestão urbana, permitindo atuar e romper um sistema de urbanização planetária socioambientalmente inviável.

Considerações finais

Ao apresentarmos os resultados das pesquisas desenvolvidas, ressaltamos a importância de estudos que inserem a dimensão ambiental como parte inextricável da vida das pessoas. A PA se ocupa dessa perspectiva de forma a contribuir com o bem-estar e qualidade de vida das pessoas. A pesquisa realizada em parque urbano aponta que a percepção parental das *affordances* na natureza indica o potencial de paisagens naturais como lugares para crianças brincarem e socializarem com adultos. Além disso, a percepção reflete uma dimensão da mediação parental, que reconhece a natureza como o “lugar de criança”; ou seja, um espaço onde ela pode explorar e satisfazer suas necessidades de desenvolvimento. Tais resultados permitem repensarmos e criarmos espaços recreativos que levam em consideração a presença de elementos da natureza que, por sua vez, possibilitam uma diversidade de atividades.

Em escala menor, os espaços verdes construídos das praças públicas atraem a presença dos visitantes que se beneficiam não só pelo contato com elementos naturais como também pelas interações sociais

que estes ambientes propiciam. Tais espaços servem como estimuladores do desenvolvimento infantil, dadas as múltiplas possibilidades de realização de atividades físicas e brincadeiras, e também como lócus de convivência e atividade física para adultos e idosos. A valoração estética atribuída à vegetação apresenta-se como aspecto motivador de uso da praça, que se desdobra em bem-estar, conexão com a natureza e estima pelo lugar.

Numa proporção macro, considera-se que ecossistemas de florestas urbanas e zonas úmidas (como mangues) podem melhorar a qualidade de água e do ar, além de proteger contra tempestades, apesar de não serem percebidos pelos indivíduos em geral. Este tipo de análise denota a necessidade de entender como se dá a interação espacial do capital humano, natural, construído, social em determinado local e pode trazer grandes contribuições para o bem-estar humano. As distintas contribuições, diretas e indiretas, dos serviços de ecossistemas para o bem-estar humano ainda estão longe de serem bem compreendidas, considerando-se a multidimensionalidade da relação pessoa-ambiente e as diferentes escalas espaciais e temporais.

Por hora, os resultados destas pesquisas evidenciam a necessidade e importância de se repensar as cidades de maneira a atender as necessidades de desenvolvimento humano, em uma relação sustentável com os espaços verdes. A compreensão da relação do ser humano com a natureza revela uma interdependência, na qual a existência saudável de um depende da existência saudável do outro. Desse modo, é imprescindível conhecer e compreender as diferentes necessidades humanas sejam estas de natureza social, econômica ou psicológica, que estão implicadas na relação com os espaços verdes. Este tipo de análise implica na necessidade de entender como se dá a interação espacial do capital humano, natural, construído, social em determinado local, de forma a trazer grandes contribuições para o bem-estar humano.

Referências

BIARA, R. W.; ALKAMA, D.; NABOU, M. The quest for a quality environment, in the urban outside space in Bechar. **Energy Procedia**, v. 36, p. 34-41, 2013.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2003.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CARRUS, G. et al. Gogreener, feel better? The positive effects of biodiversity on the well-being of individuals visiting urban and peri-urban green areas. **Landscape and Urban Planning**, v. 134, p. 221-228, 2015.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, v. 68, p. 129-138, 2004.

COSTANZA, R.; GROOT, R.; BRAAT, L.; KUBISZEWSKI, I.; FIORAMONTI, L.; SUTTON, P.; FARBER, S.; GRASSO, M. Twenty years of ecosystem services: how far have we come and how far do we still need to go? **Ecosystem Services**, v. 28, p. 1-16, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2017.09.008>

CZALCZYNSKA-PODOLSKA, M. The impact of playground spatial features on children's play and activity forms: An evaluation of contemporary playground's play and social value. **Journal of Environmental Psychology**, v. 38, p. 132-142, 2014.

FJØRTOFT, I. Landscape as playscape: The effects of natural environments on children's play and motor development. **Children, Youth and Environments**, v. 14, n. 2, p. 21-44, 2004.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale, MI: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

GILL, S. E.; HANDLEY, J. F.; ENNOS, A. R.; PAULEIT, S.; THEURAY, N.; LINDLEY, S. J. Characterizing the urban environment of UK cities and towns: A template for landscape planning. **Landscape and Urban**, v. 87, p. 210-222, 2008.

HAJMIRSADEGUI, R.S.; SHAMSUDDIN, S.; FOROUGUI, A. The relationship between behavioral & psychological aspects of design factors and social interaction in public squares. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 140, p. 98-102, 2014.

KERNAN, M. Outdoor affordances in early childhood education and care settings: Adults' and children's perspectives. **Children, Youth and Environments**, v. 20, n. 1, p. 152-177, 2010.

KLEIN, C. **Experiências afetivas urbanas: a relação dos habitantes com sua praça central**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

KUH, L. P.; PONTE, I.; CHAU, C. The impact of a natural play scape on young children's play behaviors. **Children, Youth and Environments**, v. 23, n. 2, p. 49-77, 2013.

KYTTA, M. The extent of children's independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 24, p. 179-198, 2004.

LIN, T. The mal perception, adaptation and attendance in a public square in hot and humid regions. **Building and Environment**, v. 44, p. 2017-2026, 2009.

LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge: MIT Press, 1960.

MACHADO, G. S. **A qualidade de vida é sustentável?** Um estudo de caso em Florianópolis/SC. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MACHADO, Y. S.; PERES, P. M. S.; ALBUQUERQUE, D. S.; KUHNEN, A. Nature and children's play: Investigation of child-nature interaction in urban green parks. **Trends in Psychology**, v. 24, p. 669-680, 2016.

MALONE, K.; TRANTER, P. Children's environmental learning and the use, design and management of school grounds. **Children, Youth and Environments**, v. 13, n. 2, p. 1-45, 2003.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; PELLEGRINO, P. R. M. A natureza do cotidiano urbano – o projeto da paisagem na cidade de Maringá. **Acta Scientiarum. Technology**, v. 27, n. 2, p. 167-173, 2005.

PERES, P. M. S. **Percepção da interação criança-natureza por cuidadores no Parque Municipal da Lagoa do Peri, em Florianópolis, Santa Catarina**.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2013.

PERES, P. M. S.; RAYMUNDO, L. S.; FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. Parents' perceptions of affordances for children in nature. **Psychology: Bilingual Journal of Environmental Psychology**, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2017.

PEROVIC, S.; FOLIC, N. K. Visual perception of public open spaces in Niksic. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 68, p. 921-933, 2012.

REED, E. S. The intention to use a specific affordance: A conceptual framework for psychology. In: WOZNIAK R. H.; FISCHER, K. W. (Eds.). **Development in context: Acting and thinking in specific environments**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1993. p. 45-76.

REED, E. S. **Encountering the world: Toward an ecological psychology**. New York: Oxford University Press, 1996.

REFSHAUGE, A. D.; STIGSDOTTER, U. K.; PETERSEN, L. S. Play and behavior characteristics in relation to the design of four Danish public playgrounds. **Children, Youth and Environments**, v. 23, n. 2, p. 22-48, 2013.

SAID, I. Evaluating affordances of streams and rivers pertaining to children's functioning in natural environments. **Journal of King Saud University—Architecture and Planning Division**, v. 20, p. 51-62, 2008.

SCHÄFFER, S. D.; KISTEMANN, T. German forest kindergartens: Healthy childcare under the leaf canopy. **Children, Youth and Environments**, v. 22, n. 1, p. 270-279, 2012.

SUGIMOTO, K. Quantitative measurement of visitors' reactions to the settings in urban parks: Spatial and temporal analysis of photographs. **Landscape and Urban Planning**, v. 110, p. 59-63, 2013.

VEITCH, J.; BAGLEY, S.; BALL, K.; SALMON, J. Where do children usually play? A qualitative study of parent's perceptions of influences on children's active free-play. **Health & Place**, v. 12, p. 383-393, 2006.

VLEK, C. Globalização, dilemas dos comuns e QV sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 8, n. 2, p. 221-234, 2003.